

DAVI SIQUEIRA SANTOS

*A AMÉRICA LATINA*, DE MANOEL BOMFIM, E *ARIEL*, DE JOSÉ ENRIQUE RODÓ:  
DOIS ENSAIOS DE INTERPRETAÇÃO LATINO-AMERICANA

ASSIS

2011

DAVI SIQUEIRA SANTOS

*A AMÉRICA LATINA*, DE MANOEL BOMFIM, E *ARIEL*, DE JOSÉ ENRIQUE RODÓ:  
DOIS ENSAIOS DE INTERPRETAÇÃO LATINO-AMERICANA

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Mestre em Letras (Área de Conhecimento: Literatura e Vida Social).

Orientador: Dr. Luiz Roberto Velloso Cairo

ASSIS

2011

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

Santos, Davi Siqueira  
S237a      A América Latina, de Manoel Bomfim, e Ariel, de José  
Enrique Rodó: ensaios de interpretação latino-americana /  
Davi Siqueira Santos. Assis, 2011  
146 f. : il.

Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras  
de Assis – Universidade Estadual Paulista.  
Orientador: Prof. Luiz Roberto Velloso Cairo

1. Literatura comparada. 2. Literatura – História e crítica.  
3. Ensaios. 4. Bomfim, Manoel, 1868 – 1932. 5. Rodó, José  
Enrique, 1871 – 1917. I. Título.

CDD 801.95  
809

*Ao meu avô Célio (in memoriam)*

*Ao meu tio Nazário*

*professores que não tive em sala de aula, mas tive/tenho em vida.*

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer ao professor Luiz Roberto Velloso Cairo, pela dedicação e apoio integral ao longo de todo esse percurso. Agradeço por sempre compartilhar comigo suas leituras, ideias e sugestões, bem como disponibilizar uma quantidade significativa de material teórico.

Também gostaria de expressar minha gratidão ao meu pai, Adi, por todo apoio afetivo, além de sempre estimular em mim a discussão de assuntos diversos, enriquecendo aos poucos meu horizonte de conhecimento.

À minha mãe, Haydée, sabendo que nunca conseguirei retribuir tanto amor recebido, agradeço os incontáveis conselhos ao longo desse percurso, bem como seu exemplo acadêmico que muito influenciou minha trajetória.

Aos meus irmãos, Gabriel e Maria, pela parceria constante não apenas nessa jornada, mas em outras tantas percorridas.

Sou grato às minhas avós Luiza e Aydée, pelo carinho.

Agradeço aos meus tios Lourenço; Isa; Norma; Cícero e Sônia. Aproveito também para deixar meu abraço aos meus primos e primas.

Aos meus queridos, Mari, Fábio, Silvia, Jane, Aldemário, Sueli, Dolô, Carolina, Toco, Angélica, Mariana, Marília, Romário, Alícia, Júlia, Celina, Esequiel, Amable, Naiara, Carla, Marcos, Vani, Elias, Tatiara, Michel, Leandro, Oséias, Maria Clara, Aline, Pedro, Paula, Renato, Dodô, Mé, Douglas, Alex, muito obrigado.

Ao Jaison, pela amizade tão sincera e pelas incontáveis contribuições nos momentos mais importantes da pesquisa.

Gostaria de utilizar esse espaço para prestar uma homenagem às professoras Maria Lúcia Lichtscheidl Maretti, Patrícia Peterle e Sandra Aparecida Ferreira, além do professor Luiz Roberto Cairo, pelas aulas durante o curso de Mestrado que muito me enriqueceram.

Agradeço também à professora Silvia Maria Azevedo, ao professor Marcos Antonio Moraes e ao professor Márcio Roberto Pereira pela leitura atenta que fizeram do trabalho.

Ao CNPq pelo incentivo inicial e à FAPESP pela Bolsa de Mestrado, sem a qual não seria possível viabilizar a pesquisa.

Por fim, agradeço à minha preciosa Rebeca que, com persistência, ensina-me diariamente coisas nobres sobre o amor, a generosidade e a paciência; sabedorias raras que oferta com a maior simplicidade.

SANTOS, Davi Siqueira. *A América Latina*, de Manoel Bomfim e *Ariel*, de José Enrique Rodó: dois ensaios de interpretação latino-americana. Assis, 2011, 146 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, UNESP – Universidade Estadual Paulista.

## RESUMO

A presente dissertação centra-se no estudo de *A América Latina* e *Ariel*, dois ensaios importantes no contexto latino-americano da passagem do século XIX para o século XX. Seus autores, o brasileiro Manoel Bomfim (1868-1932) e o uruguaio José Enrique Rodó (1871-1917), revelam pontos de convergência e pontos de divergência ao longo de suas análises. Enquanto o primeiro se detém com maior atenção nas características e consequências da colonização ibérica em solo americano, o segundo se volta contra um possível processo de recolonização via Estados Unidos da América. Contudo, apesar dessa focalização distinta, ambos os autores tecem, em seus ensaios, relações de base antitética. Assim, *Ariel/Caliban*, para José Enrique Rodó, e os parasitas/parasitados, para Manoel Bomfim, são representações antagônicas que simbolizam alternativas desejáveis e indesejáveis para os povos latino-americanos. O intuito inicial do trabalho é traçar uma breve apreciação biográfica dos autores, seguida de um exame da recepção crítica das obras, de uma análise das questões mais centrais de cada ensaio e, por fim, de uma investigação dos personagens simbólicos criados ao longo das narrativas. Com base nesse cotejo entre as obras, pretendemos compreender melhor o quanto elas contribuem para a construção identitária do imaginário latino-americano.

**PALAVRAS-CHAVE:** Literatura comparada; Literatura – História e crítica; Ensaio; Manoel Bomfim; José Enrique Rodó; *A América Latina*; *Ariel*.

SANTOS, Davi Siqueira. *A América Latina* of Manoel Bomfim and *Ariel* of José Enrique Rodó: two essays of Latin-American interpretation. Assis, 2011, 146 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, UNESP – Universidade Estadual Paulista.

## **ABSTRACT**

The presented dissertation revolves around the study of *A América Latina* and *Ariel*, two important essays in the Latin American context of the passing of the nineteenth to the twentieth century. The writers of these essays, the Brazilian Manoel Bomfim (1868-1932) and the Uruguayan José Enrique Rodó (1871-1917), reveal convergence and divergence points all over their analysis. While the former dwells on the characteristics and consequences of the Iberian colonization in American ground, the latter turns against a possible process of resettlement via the United States of America. However in despite of this distinct focalization both writers draw, in their essays, antithetical-based relationship. Hence, *Ariel*/Caliban of Rodó and parasite/parasitized of Bomfim are antagonistic representations that symbolize desirable and undesirable alternatives for the peoples of the Latin America. The first purpose of the text is to draw a brief biographical appreciation of the authors, followed by an examination of the critical reception of their works, an analysis of the most central questions of each essay and, at last, an investigation about the symbolic characters created along the narratives. Based in the confrontation of the two texts, we shall understand better how much they contribute for the identity construction of the Latin American imaginary.

**KEY WORDS:** Comparative Literature; Literature – History and criticism; Essays; Manoel Bomfim; José Enrique Rodó; *A América Latina*; *Ariel*.

**Toda ideia geratriz,  
Que tem no passado a raiz  
Tem por folhagem o porvir**

**Victor Hugo**

**Não há proa que possa cortar uma nuvem  
de ideias**

**José Martí**



## SUMÁRIO

|                 |    |
|-----------------|----|
| Introdução..... | 11 |
|-----------------|----|

### PRIMEIRA PARTE

#### UM LANCE DE DADOS BIOGRÁFICOS

|                                           |    |
|-------------------------------------------|----|
| Manoel Bomfim e sua origem.....           | 14 |
| José Enrique Rodó: esboço biográfico..... | 18 |

### SEGUNDA PARTE

#### MANOEL BOMFIM: EXPERIÊNCIAS E EXPRESSÕES

|                                                                   |    |
|-------------------------------------------------------------------|----|
| Uma leitura de <i>A América Latina</i> : males de origem.....     | 23 |
| Recepção crítica.....                                             | 29 |
| Fundamentação teórica.....                                        | 36 |
| Pré-produção: os bastidores de <i>A América Latina</i> .....      | 41 |
| O procedimento crítico: por um discurso “subjetivo”.....          | 43 |
| O papel das metáforas.....                                        | 49 |
| Os parasitados no centro d’ <i>América Latina</i> .....           | 53 |
| O conceito de conservadorismo.....                                | 56 |
| Manoel Bomfim, intelectual.....                                   | 60 |
| Relações de poder: a América Latina frente à Europa e os EUA..... | 63 |

#### JOSÉ ENRIQUE RODÓ: TRÂNSITO ENTRE CRIAÇÕES

|                                                       |    |
|-------------------------------------------------------|----|
| Uma leitura de <i>Ariel</i> .....                     | 67 |
| Contexto que antecede a escrita de <i>Ariel</i> ..... | 70 |
| Recepção crítica.....                                 | 77 |
| José Veríssimo, leitor de <i>Ariel</i> .....          | 80 |
| Dualismo em foco.....                                 | 82 |
| Os personagens e seus múltiplos papéis.....           | 84 |
| Crítica ao utilitarismo.....                          | 86 |
| Deformação democrática.....                           | 88 |
| Aspectos culturais.....                               | 92 |
| A invasão cosmopolita e o discurso da derrota.....    | 95 |
| O modernismo de José Enrique Rodó.....                | 97 |

## TERCEIRA PARTE

### APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS

|                                                        |     |
|--------------------------------------------------------|-----|
| Reflexões sobre o gênero ensaio.....                   | 102 |
| Recursos de linguagem em <i>A América Latina</i> ..... | 107 |
| O universo ficcional de <i>Ariel</i> .....             | 109 |

### PERSONAGENS SIMBÓLICOS

|                                                          |     |
|----------------------------------------------------------|-----|
| Parasitas e parasitados.....                             | 111 |
| O sertanejo.....                                         | 114 |
| O escravo.....                                           | 117 |
| O índio.....                                             | 120 |
| William Shakespeare e <i>A tempestade</i> .....          | 123 |
| Dos palcos ao ensaísmo crítico de José Enrique Rodó..... | 125 |
| Ariel em <i>A tempestade</i> .....                       | 128 |
| Ariel em <i>Ariel</i> .....                              | 129 |
| Caliban em <i>A tempestade</i> .....                     | 131 |
| Caliban em <i>Ariel</i> .....                            | 132 |
| Próspero em <i>A tempestade</i> .....                    | 133 |
| Próspero em <i>Ariel</i> .....                           | 134 |

|                           |     |
|---------------------------|-----|
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 136 |
|---------------------------|-----|

|                   |     |
|-------------------|-----|
| BIBLIOGRAFIA..... | 140 |
|-------------------|-----|

## INTRODUÇÃO

*Só quem sabe ver e medir os pequenos resultados,  
obtidos dia a dia, por um esforço contínuo, é capaz de  
conceber esperanças fortes.*

(Manoel Bomfim, *A América Latina: males de origem*)

*A fé no futuro, a confiança na eficácia do esforço  
humano constituem o antecedente necessário de toda a  
ação enérgica e de todo propósito fecundo.*

(José Enrique Rodó, *Ariel*)

Estudar duas obras ensaísticas como *A América Latina: males de origem* (1905), do brasileiro Manoel Bomfim (1868-1932), e *Ariel* (1900), do uruguaio José Enrique Rodó (1871-1917), exige do pesquisador certa versatilidade que muitas vezes agride o desejo de organizar e definir com clareza seu objeto de estudo. Por serem textos situados na fronteira entre o factual e o ficcional, retirá-los desse espaço legítimo de criação para analisá-los, acarretaria em certo reducionismo. Assim, a alternativa mais apropriada é admitir a ambiguidade como elemento essencial do gênero ensaístico e se preparar para a tarefa escorregadia de lidar com obras de tensão constante entre a dimensão histórica e a ficcional.

História e literatura compartilham uma relação simbiótica há muito colocada em destaque pelos mais variados teóricos do pensamento ocidental. Já na Antiguidade, os poemas homéricos, contando a história da guerra de Troia, por exemplo, são testemunhas dessa frágil divisão entre o fantasioso e o registro histórico. Entretanto, o entrecruzamento de horizontes se torna ainda mais intrigante quando observamos que ambas, história e literatura, são construções baseadas em material discursivo, ou ainda, são construções discursivas que constantemente se nutrem do passado, fazendo desse um elemento indispensável para a produção de novos conteúdos.

Decorre dessa relação entre conceitos distintos que se correlacionam, a gênese do ensaio como forma. Sua estrutura é complexa e híbrida, não se limitando a ser um

texto científico, por um lado, ou uma ficção, por outro. É justamente a síntese entre essas duas necessidades de expressão, revelando em seu produto final o parentesco com ordens distintas como a conotação e a denotação, a subjetividade e a objetividade, o aproximado e o exato, o inventado e o factual, a sombra e a luz. A presente pesquisa, como se observa, não visa a uma análise de obras científicas, papel que talvez não nos coubesse, mas sim a um estudo comparado de obras ensaísticas que buscam trabalhar sobre um tema comum: as sociedades latino-americanas. Porém, sendo *A América Latina* e *Ariel* duas interpretações autônomas, apresentam pontos de convergência e divergência.

As aproximações se dão basicamente no esforço de se pensar a realidade latino-americana utilizando-se de dualismos. Enquanto Bomfim oferece dois modelos de atuação, os parasitas e os parasitados, Rodó apresenta dois personagens, Ariel e Caliban, que em seu simbolismo representam ideias antagônicas de bondade e maldade; beleza e feiura; superioridade e inferioridade.

Os distanciamentos se dão no plano interpretativo, enquanto Bomfim é acentuadamente lusófono, voltando sua análise aos acontecimentos vividos durante o processo de colonização ibérica, Rodó discute basicamente um momento posterior, quando os países latino-americanos emancipados, precisam decidir que modelo de modernização irão adotar: o proposto pela Europa (a tradição) ou o oferecido pelos EUA (a novidade). Para Rodó, a autonomia plena das culturas latino-americanas só aconteceria quando estas assumissem sua verdadeira identidade latina.

Assim, esse trabalho nasce do desejo de conjugar duas interpretações distintas sobre os povos da América Latina. Entretanto, ambas são formuladas em um período que abarca o final do século XIX até as primeiras décadas do século XX. Neste momento, ocorre a independência das últimas possessões do antigo império espanhol, o que leva a possibilidade de se pensar no estabelecimento de uma identidade comum entre os povos dessa região.

Diante do quadro exposto, temos a divisão do estudo em três partes. Na primeira, traçamos um panorama dos principais acontecimentos biográficos que estabelecem relações com suas produções intelectuais. Por esse motivo, procuramos destacar elementos relevantes na formação cultural da dupla de autores. Os biógrafos Ronaldo Conde Aguiar e Emir Rodríguez Monegal, estudiosos dedicados às obras de Manoel Bomfim e José Enrique Rodó, respectivamente, são importantes fontes de

informação para o desenvolvimento desse estudo inicial, mais pautado nos registros pessoais dos autores.

Na segunda parte, nos voltamos para uma análise mais centrada nas obras enquanto discursos de natureza crítico-social sobre temas americanos. O plano seguido procura respeitar a seguinte sequência: primeiro um mapeamento inicial dos textos, sua divisão em capítulos e síntese das ideias mais importantes. Em seguida, uma análise do contexto de produção das obras, bem como da recepção crítica por elas obtida. Concluindo essa segunda parte, destacamos alguns pontos de marcante expressão em cada obra, como, por exemplo, o jogo de antíteses presente em *Ariel* e o emprego do artifício metafórico em *A América Latina*.

Na terceira parte, propomos uma leitura dos ensaios sob um viés mais concentrado nos aspectos ficcionais que emanam de sua leitura. Haja vista que, na parte anterior, o trabalho oferece um embasamento mais próximo ao discurso crítico e teórico, o objetivo desse terceiro espaço é justamente proporcionar uma interpretação das possíveis relações que esses textos abrem a um observador situado em um campo de conhecimento literário.

Essa relação se mostrou fecunda em ambos os ensaios, porém, enquanto na obra de Bomfim, buscamos estabelecer elos com textos pertencentes ao cânone literário brasileiro, destacando aproximações com os escritos de Euclides da Cunha, Graciliano Ramos, Gonçalves Dias entre outros. No caso de *Ariel*, procuramos demonstrar o quanto sua base simbólica é literária por natureza, uma vez que se trata de uma apropriação de três personagens centrais da peça *A tempestade*, de William Shakespeare.

Esses são, pois, os nossos desafios: observar e analisar duas obras que se situam em tensão constante entre a tentativa de apreender o passado factual e objetivo, e a impossibilidade de se conseguir abandonar o polo imaginativo presente na subjetividade dos intérpretes. A sede pelo discurso científico, tão em voga no contexto aqui trabalhado, não foi empecilho para que Manoel Bomfim e José Enrique Rodó conseguissem concretizar suas interpretações latino-americanas, fundindo temperos discursivos mil até chegarem a um resultado final complexo e aberto, por ser de base simbólica e figurativa.

## PRIMEIRA PARTE

### UM LANCE DE DADOS BIOGRÁFICOS

#### Manoel Bomfim e sua origem

*A vista do sofrimento é talvez mais dolorosa  
que o próprio sofrimento; por isso, a  
alegria, o riso, só é puro nos lábios da  
criança, que ainda não viu, nem  
compreendeu a dor.*  
(Manoel Bomfim, *A América Latina*)

A oito de agosto de 1868, nasce Manoel José do Bomfim em um pequeno “pedaço de terra americana”<sup>1</sup>, Aracaju, capital da então província de Sergipe. Filho de Paulino José, vaqueiro natural do povoado sertanejo de Bom Fim do Carira<sup>2</sup>, e Maria Joaquina, jovem viúva da cidade de Laranjeiras, “Nezinho”, como é conhecido em família, vive uma infância simples em meio a uma realidade social precária.

Por volta de 1858, logo após se casarem, Paulino José e Maria Joaquina, passam a residir em Aracaju, onde estabelecem a loja *Casa Bomfim e Cia*, localizada na principal rua da cidade, em prédio assobradado, construído pelo próprio casal, justamente para abrigar, na parte superior, a residência da família, que se torna numerosa, com treze filhos, e, embaixo, o comércio de variedades, onde se vende de tecidos a material de construção.

Em 1867, um ano antes do nascimento de Manoel, a região passa por um período de grande estiagem, o que resulta na falência de muitos engenhos no Nordeste.

---

<sup>1</sup> Manoel Bomfim dedica *A América Latina* à Sergipe, acrescentando: “Ao pedaço de terra americana em que nasci”.

<sup>2</sup> O sobrenome de Manoel Bomfim tem sua origem no povoado Bom Fim do Carira, em que nascera seu pai Paulino José. Este, por não ter registro de nascimento precisou providenciar às pressas uma documentação formal de identificação para poder se casar. Como sua maior referência era sua terra natal, incorporou o nome do lugarejo ao seu sobrenome, passando a se chamar Paulino José do Bomfim. Por essa razão conservo a grafia do sobrenome de Manoel com a letra m em seu interior, fazendo uma constante menção ao povoado sertanejo.

Paulino José – cujo sonho é adquirir um engenho e transformar-se em senhor de engenho, acompanhado de um grupo de escravos e tudo o que manda a tradição – consegue comprar um pequeno pedaço de terra, localizado próximo a Aracaju, cujo nome será *Engenho Bomfim*. Dessa forma, delineiam-se os dois grandes negócios da família, o comércio e o engenho. Enquanto o primeiro traz os lucros, o segundo sobrevive alimentado pelo sonho dos louros de outrora que permanecem na imaginação de Paulino José.

Manoel Bomfim, entre os dois caminhos abertos pela recente tradição familiar de seus pais – o comércio e o engenho –, não opta por nenhum deles, decidindo seguir seus anseios na carreira médica. Porém, antes desse momento crucial de escolha profissional, é válido observar que Bomfim, durante sua infância e adolescência, desenvolve uma cognição notável, o que somado a um espírito inquieto e investigativo, o permite se transformar, futuramente, em um singular pensador brasileiro. Analisando esses primeiros sinais que se destacam na personalidade de Bomfim, seu biógrafo, Ronaldo Conde Aguiar, comenta:

Apesar da idade, Manoel José tinha, para os padrões culturais do lugar e da época, um surpreendente nível de leitura, adquirido em velhas brochuras que haviam pertencido ao pai de Maria Joaquina – português, comerciante e poeta nas horas vagas. O rapaz acostumara-se também a ler os jornais que Paulino José recebia [...]. Era fato comum, por exemplo, descobrir-se Manoel José, diante de uma aturdida plateia de irmãos, escravos e agregados, comentando os acontecimentos que mais o haviam impressionado no noticiário (AGUIAR, 2000, p.96).

Demonstrando seu interesse pelos estudos, Bomfim, em 1886, ingressa na Faculdade de Medicina da Bahia. Nessa oportunidade, revela-se um estudante aplicado, permanecendo por longas horas pesquisando e estudando nos laboratórios da Faculdade. Porém, não se limita somente ao estudo específico da medicina, mantendo-se sempre preocupado em desenvolver um conhecimento diversificado. Segundo Aguiar, tecendo considerações sobre seu interesse pela leitura nesses anos em que viveu na Bahia, Manoel Bomfim: “Era ávido e eclético em matéria de leitura: gostava tanto de ler filosofia como história, poesia como direito e literatura” (AGUIAR, 2000, p.123).

Em abril de 1888, muito estimulado pelo amigo Alcindo Guanabara, transfere seus estudos da Bahia para o Rio de Janeiro. Logo chegando à capital federal conhece figuras importantes no cenário intelectual da época, estabelecendo fortes elos de

amizade com Olavo Bilac e José do Patrocínio, além do antigo companheiro nos anos da Bahia, Alcindo Guanabara.

Nas ruas da capital do império brasileiro, Manoel Bomfim acompanha muitas das transformações que ficaram gravadas nas páginas da história nacional. Em 13 de maio de 1888, por exemplo, assiste em frente ao Paço da Cidade, onde a Princesa Isabel assinou a lei que declarava extinta a escravidão no Brasil, Joaquim Nabuco transmitir, da sacada, a notícia a todos. Em 1889, acompanha o desenlace final do período monarquista brasileiro, sendo testemunha ocular da proclamação da República.

Em meio a esse período transformativo no cenário político e social do país, Bomfim conclui seu curso de Medicina em 1890, com a tese *Das Nephrytes*, e já no ano seguinte, na qualidade de médico-cirurgião da Brigada Policial do Rio de Janeiro, passa a integrar uma expedição militar que percorre a porção sul do Rio Doce. Assim, entra em contato direto com os índios botocudos que, com a desativação dos aldeamentos, espalham-se sem rumo pelas matas. A excursão tem entre seus objetivos principais averiguar os fatos e apaziguar os ânimos. Apesar das surpresas e perigos que tal empreitada pressupõe, do ponto de vista da formação humana e sociológica de Manoel Bomfim, é o que de mais importante lhe acontece, pois serve para aumentar sua admiração e respeito pelos indígenas, dando-lhe a base necessária para uma melhor avaliação das condições dos ameríndios.

De regresso ao Rio de Janeiro, casa-se com Natividade Aurora de Oliveira com quem tem dois filhos. Logo em seguida, em 1892, passa a escrever seus primeiros artigos para a imprensa. Sob um período de grande efervescência política, a intelectualidade divide-se basicamente em dois grupos: os que apoiam a permanência de Floriano Peixoto – vice de Deodoro da Fonseca que renunciara –, e os que defendem a realização de eleições para presidente da República. Bomfim encontra-se nesse segundo grupo formado por intelectuais antimilitaristas que temem o autoritarismo do marechal de ferro, Floriano Peixoto. Em relação a esse estado de divergência, Aguiar observa:

Manoel Bomfim sentia-se pessoalmente intranquilo diante dos últimos acontecimentos políticos. Em razão dos artigos e versos que vinham escrevendo contra Floriano, alguns amigos seus, como Olavo Bilac, José do Patrocínio, Pardal Mallet, Luís Murat e Guimarães Passos, estavam sendo vigiados dia e noite pela polícia. Bomfim sabia que sua própria segurança pessoal encontrava-se ameaçada, afinal ele também se opunha publicamente ao continuísmo de Floriano (AGUIAR, 2000, p.166).



Será então por razões políticas que, em 1893, muda-se com a família para o município de Mococa, no interior do estado de São Paulo. Lá se dedica exclusivamente à medicina, evitando todo e qualquer envolvimento político. Nessa ocasião, também vive um dos maiores traumas de sua vida, a morte de sua filha Maria, com um ano e dez meses, de tifo endêmico. Meses após esse trágico acontecimento, deixa Mococa, com suas lembranças amargas, e retorna ao Rio de Janeiro.

Abandona definitivamente a medicina, passando a se dedicar a estudos nas áreas de pedagogia e psicologia. Em 1896, ingressa no *Pedagogium*, onde organiza cursos de aperfeiçoamento e funda os periódicos *Educação e Ensino* e *Revista Pedagógica*. Começa também a dar aulas de instrução moral e cívica na Escola Normal do Rio de Janeiro.

Em 1902, recebe uma bolsa do governo brasileiro para estudar psicologia experimental com Alfred Binet e Georges Dumas, na Sorbonne. Convive por oito meses, na capital francesa, com a intelectualidade de uma das mais renomadas instituições acadêmicas da Europa. Ao longo deste período, frequenta com assiduidade os laboratórios de Binet e Dumas, além de desenvolver leituras e estudos por conta própria, com uma visada mais sociológica.

Esse estágio na capital francesa não apenas o incita a sintetizar um conjunto de ideias renovadoras nas letras brasileiras, mas também facilita enormemente seu conhecimento dos mais recentes autores e livros da intelectualidade europeia. De volta ao Brasil, em 1903, com o livro *A América Latina* parcialmente redigido, dá prosseguimento ao seu trabalho de investigação do ser humano em amplas frentes, seja por meio de suas múltiplas experiências relacionadas à educação, originando livros de leitura, em parceria com Olavo Bilac: *Livro de Composição* (1899), *Livro de Leitura* (1901) e *Através do Brasil* (1910), ou mesmo escrevendo sozinho, como é o caso de dois livros ainda nesse mesmo gênero: *Primeiras Saudades* (1920) e *Crianças e Homens* (s/d).

Há também produção de obras propriamente didáticas como: *Compêndio de Zoologia Geral* (1902), *Elementos de Zoologia e Botânica Gerais* (1904), *A Cartilha* (1922), *Lições e Leituras* (1922) e *Livro dos Mestres* (1922). Permeia, ainda, a tênue fronteira, em se tratando do pensamento de Manoel Bomfim, entre Pedagogia e Psicologia, com os seguintes estudos: *Lições de Pedagogia: teoria e prática da educação* (1915), *Noções de Psicologia* (1917), *Pensar e Dizer: estudo do símbolo no pensamento*

e na linguagem (1923) e *O Método dos Testes*: com aplicações à linguagem do ensino primário (1926).

Toda essa copiosa produção segue ao lado de seu relevante trabalho no campo do ensaísmo de interpretação latino-americana e, posteriormente, brasileira, com obras que, além da mencionada *A América Latina*: males de origem (1905), compreendem uma trilogia sobre a formação da nação brasileira, composta por *O Brasil na América*: caracterização da formação brasileira (1929), *O Brasil na História*: deturpação das tradições, degradação política (1930) e *O Brasil Nação*: realidade da soberania brasileira (1931).

A primeira obra, no campo do ensaísmo sociológico, desse fecundo intelectual brasileiro será o centro desse estudo que visa focar suas contribuições no plano da criação de um imaginário nacional, bem como da construção identitária latino-americana, principalmente por meio do cotejo com outro ensaísta de destaque no período, o uruguaio José Enrique Rodó. Por essa razão, buscaremos estabelecer diálogos entre Manoel Bomfim e José Enrique Rodó, que sob pontos de vistas singulares, revelaram aspectos fundamentais da constituição complexa deste conjunto de multiplicidades culturais, conhecido por América Latina.

### **José Enrique Rodó: esboço biográfico**

*Presumo tener entre las pocas excelencias  
de mi espíritu, la virtud literalmente cardial,  
de la amplitud.*  
(José Enrique Rodó)

José Enrique Rodó nasce em 15 de julho de 1871, na cidade de Montevideu, Uruguai. Sétimo filho do casal, José Rodó y Janer e Rosario Piñeiro de Rodó, é criado em um ambiente de grande estímulo à leitura e à cultura, uma vez que sua família dispõe de uma confortável situação econômica. Conforme Emir Rodríguez Monegal observa: “Aunque no pudieran calificarse de intelectuales, los padres de Rodó poseían escogida biblioteca y eran amantes de la lectura” (MONEGAL, 1957, p.19).

Adentrando com mais cuidado nas estantes da biblioteca paterna desse autor uruguaio, Monegal observa:

En su biblioteca poseía don José colecciones de los mejores periódicos de la época: *El Comercio del Plata* y *El Iniciador*; también poseía obras de Sarmiento, Echeverría, Juan María Gutiérrez, Juan Carlos Gómez, Juan Bautista Alberdi; es decir, de la promoción literaria que modificó profundamente el rumbo de la cultura rioplatense, orientándola hacia el Romanticismo (MONEGAL, 1957, p.19).

A lista de autores pertencente às pilhas de livros é ainda mais extensa, e revela a multiplicidade de obras que ajudaram a compor a expressão artística e argumentativa de Rodó: “[...] allí pudo leer a Dante y a Quevedo, a Cervantes y a Santa Teresa, las Partidas y Menéndez Pelayo, Juan Valera y la Biblioteca Clásica Española. Pronto, libros de las bibliotecas de sus tíos vinieron a engrosar su caudal de lecturas” (MONEGAL, 1957, p.20).

Desde suas primeiras fotografias aos três ou quatro anos de idade, Rodó já revela possuir uma postura séria, de distinta autoridade. Esta expressão austera será sua marca por toda a vida e sua iconografia registrará isso com nitidez. Ligado a esse aspecto de introspectividade infantil, o autor aprende a ler, por intermédio de uma de suas irmãs, muito cedo. Obtém seus primeiros estudos em uma instituição educacional<sup>3</sup> de reconhecida importância em Montevideu. Nos três primeiros anos de estudo, destaca-se dos demais alunos e inicia seus primeiros passos no exercício da escrita.

Amante incondicional da leitura acentua, com o correr dos anos, sua inclinação à arte literária. Em 1895, aos 23 anos de idade, ingressa definitivamente no universo das letras com a publicação da *Revista Nacional de Literatura y Ciencias Sociales*, que ajuda a fundar em companhia dos irmãos Carlos e Daniel Martínez Vigil e seu biógrafo e amigo Victor Pérez Petit. Esse grupo de jovens autores passa a ser conhecido como “Os mosqueteiros”, devido ao fato de se envolverem com os elementos culturais buscando neles observar seus instrumentos de transformação. Porém, em relação ao conceito final desse periódico, o organizador de suas *Obras completas*, observa.

La *Revista Nacional* era una típica empresa juvenil, pero estaba planeada y ejecutada con sentido común. No fué una publicación revolucionaria. Por el contrario, acogió las tendencias más opuestas. En sus páginas colaboraron representantes de la vieja generación, los valores oficiales, junto a los más jóvenes del ambiente y a los nuevos grandes dioses del Modernismo” (MONEGAL, 1957, p.25).

---

<sup>3</sup> Conforme registra Angel Rama: “[...] la Escuela Elbio Fernández, que constituía una de las más avanzadas expresiones de la reforma escolar que había impuesto el educador José Pedro Varela en el Uruguay”. (RAMA, s/d, p.324)

Apesar de sua curta duração (1895-1897), a *Revista Nacional* teve grande influência na vida intelectual uruguaia, promovendo uma maior entrada do modernismo e uma revisão crítica do passado literário nas letras hispânicas.

Em 1897, é publicado o primeiro volume do conjunto de estudos reunidos por Rodó sob o nome de *La Vida Nueva*. Nesse volume, estão inseridos dois ensaios “El que vendrá”, texto de temática abrangente que busca refletir a respeito da crise no pensamento ocidental, gerador de inquietações e constantes modificações, e “La novela nueva”, reflexão com o intuito de revitalizar a sensibilidade do espírito em fins do século XIX.

O segundo volume de *La Vida Nueva* aparecerá em 1899, contendo o ensaio “Rubén Darío”, um estudo em torno do poeta nicaraguense e suas *Prosas Profanas* (1888). Para muitos dos críticos de Rodó é neste ensaio que o uruguaio se consagra como um dos expoentes da crítica literária em língua espanhola. No entanto, sua atuação crítica não se destacará por aspectos quantitativos, uma vez que, segundo Monegal (1957, p.116): “Rodó practicó la crítica literaria, como actividad principal, únicamente entre 1895 y 1899 [...]”. Sua importância no universo literário é resultado da perspicácia de suas leituras, prova disso pode ser obtida quando Rubén Darío incorpora, à segunda edição de sua obra o ensaio de Rodó, fazendo deste o seu prólogo.

Concluindo sua “colección de opúsculos literarios”, para utilizarmos palavras do próprio Rodó, tem-se que o terceiro volume lançado em 1900 é nada mais nada menos que *Ariel*, um estudo que busca despertar na vida dos povos latino-americanos a necessidade de se viver um ideal elevado, em oposição à crescente tendência do materialismo utilitário. O discurso de *Ariel*, entretanto, não contém apenas materiais de teor sociológico e filosófico, mas também construções pertencentes ao rico universo fabular. Como bem observa o próprio Rodó: “Este simpático tema ha sido desenvuelto en una forma plenamente literaria, aunque por el fondo la obra tendrá un carácter principalmente histórico y de propaganda” (RODÓ, 1957, p.195).

Entre os anos de 1902 a 1905, envolve-se em atividades parlamentares, sendo eleito deputado. Por essa razão, somente em 1906 lançará o folheto *Liberalismo y jacobinismo*. O ano de 1909 marca a publicação de *Motivos de Proteo*, livro que teve seus dois mil exemplares esgotados em apenas dois meses. Essa obra extensa, de caráter digressivo e repleta de divagações, oferece ao leitor uma reflexão inesgotável. Alguns críticos como Carlos Real de Azúa consideram *Motivos de Proteo* um livro atemporal:

“También se ha querido ver en *Motivos...* un libro, en cierto modo, ucrónico y utópico, no sólo dirigido a los hombres de cualquier tiempo y latitud sino también como inmune y como indiferente al aquí y al entonces en que fue forjado” (AZÚA, 1976, p.XLIX). Em 1913, publica *El mirador de Próspero*, uma coleção de textos sobre temas diversos, demonstrando suas acuradas reflexões em esferas díspares do saber.

Aos 45 anos, em 1917, durante sua estadia na Europa, passa por terríveis problemas de saúde – nefrites e tifo abdominal. Em Palermo, recolhe-se em um hotel, saindo tardiamente em busca de tratamento médico. Frágil, morre no hospital poucos dias depois. Essa notícia comove toda a intelectualidade americana e homenagens ao *maestro* se espalham por todo o continente.

O fato mais importante é que seus pensamentos de profunda dimensão literária, filosófica e social permanecem revelando a abundante fertilidade que possuem, mesmo passado um século de sua produção. Um fator que auxilia na preservação histórica da memória desse importante intelectual uruguaio é sua copiosa bibliografia. Rodó possuía uma manifesta devoção à atividade de escritor, comprova isso o grande fluxo de correspondência que mantém ao longo de toda a vida com intelectuais uruguaios e estrangeiros.

Os nomes de seus interlocutores são tantos que Emir Monegal os organiza em três séries. Entre os representantes da primeira série de correspondentes, destacamos: Leopoldo Alas e Enrique José Varona; na segunda: Rubén Darío, Miguel de Unamuno, Horacio Quiroga e Alcides Arguedas; por fim, na terceira série temos nomes como: Francisco García Calderón, Max Henríquez Ureña, Pedro Henríquez Ureña e Alfonso Reyes.

Por toda essa trajetória de profunda imersão no universo literário e social, José Enrique Rodó é considerado um grande mestre da prosa modernista hispanoamericana. *Ariel*, sua mais difundida demonstração de reflexão intelectual, recebeu ampla divulgação e estudo. Como toda obra canônica foi e é admirada por uns e contestada por outros, porém não se discute a qualidade de seus escritos, principalmente os recursos literários por ele magistralmente orquestrados, nem a profundidade de suas análises, advindas de um autor sempre dedicado ao estudo.



Fotografia de Manoel Bomfim, presente na capa de sua obra *A América Latina: males de origem* (1905)



Fotografia de José Enrique Rodó, publicada em suas *Obras Completas* (1957)

## SEGUNDA PARTE

### MANOEL BOMFIM: EXPERIÊNCIAS E EXPRESSÕES

#### Uma leitura de *A América Latina: males de origem*

*Trata-se de alentada análise do continente, em que se busca, como consta no subtítulo, a origem dos males que o atormentam, sob o signo do parasitismo.*

(Francisco Iglésias, “Segundo momento: 1838-1931”)

*Para ele [Manoel Bomfim], os “males de origem”, como os chama, são devidos às características sociais dos países colonizadores, que se refletiram no processo de colonização.*

(Antonio Candido, “Os brasileiros e nossa América”)

Com a intenção de melhor contextualizar 1905, ano de publicação da obra de Manoel Bomfim, Ronaldo Conde Aguiar, se lança em um interessante levantamento de alguns acontecimentos marcantes no cenário intelectual mundial. Essa multiplicidade de fatos nos auxilia a construir um mosaico, que todo exercício de contextualização histórica, de certa forma, termina por proporcionar. Das considerações de Aguiar destacamos alguns fatos importantes:

Na Rússia, cresceram as greves e a agitação social: motim no encouraçado *Potemkin*. Max Weber publicou *A ética do protestantismo e o espírito do capitalismo* [...]. Freud divulgou ensaios fundamentais sobre a teoria da sexualidade e um estudo psicanalítico dos chistes. [...] Ao doutorar-se em Zurique, Einstein publicou uma memória em que lançava os fundamentos da teoria da relatividade. Nasceu em Paris, Jean-Paul Sartre. [...] No *front* latino-americano, os Estados Unidos invadiram e ocuparam Santo Domingo, atual República Dominicana: mais um episódio da política do *big stick*

(“*Walk softly and carry a big stick*”, foi a frase original de Theodore Roosevelt, que dessa maneira definiu a geopolítica dos Estados Unidos nas suas relações com as chamadas *banana republics*) (AGUIAR, 2000, p.299-300, grifos do autor).

Somado a todos esses eventos díspares, Manoel Bomfim publica pela editora Francisco Alves, seu mais conhecido estudo, *A América Latina: males de origem*, obra que trazia amarrada consigo, em estado de gestação, há alguns anos, porém, somente em 1905, apresenta-se madura o suficiente para vir à público.

O trabalho se subdivide em cinco partes, acrescido ainda de um “Resumo e Conclusão”. De forma concisa, podemos dizer que a primeira parte, “A América Latina: estudo de parasitismo social”, abriga suas impressões mais vivas a respeito das considerações negativas advindas da opinião pública europeia em relação à América Latina, percepção trazida de sua estadia, por oito meses, na capital francesa, comissionado pelo Estado brasileiro com o intuito de estudar psicologia experimental na Sorbonne. Logo nas primeiras páginas, discute as consequências que o olhar enviesado europeu trazia para as novas nacionalidades latino-americanas, servindo para estimular o desejo de “proteção” por parte dos Estados Unidos, com seu já tão difundido monroísmo<sup>4</sup>.

A segunda parte, “Parasitismo e degeneração”, introduz seu conceito metafórico oriundo de seus conhecimentos médicos em zoobiologia, que se transformará na cadeia basal de seu sistema argumentativo. Em “Organismo biológicos e organismos sociais”, distingue os fatos biológicos dos sociológicos; as sociedades dos organismos biológicos: “Está um tanto desacreditado, em sociologia, esse vício de assimilar, em tudo e para tudo, as sociedades aos organismos biológicos” (BOMFIM, 2005, p.57).

Apesar de trazer certa consciência diferenciadora, não deixa, entretanto, de observar a sociedade como um organismo vivo e social, pendendo-se em alguns momentos a aceitar mecanismos de compreensão dos fatos que, outrora, condenara textualmente. Torna-se evidente essa confusão quando o autor sobrepõe os distintos campos de conhecimento, dizendo: “É noção banal em sociologia que o progresso social se faz segundo um paralelismo perfeito com o progresso orgânico” (BOMFIM, 2005, p.65).

---

<sup>4</sup> Referente à Doutrina promulgada pelo então presidente dos Estados Unidos, James Monroe (1823), popularmente conhecida pela sintética ideia de “América para os americanos”.



Em “Causa da degeneração”, reflete sob o princípio da causalidade advindo das experiências trazidas pelo processo de colonização. Observa, por exemplo, que indivíduos podem retroagir moralmente, caso se acostumem a viver parasitariamente:

Ora, uma sociedade que viva parasitariamente sobre outra perde o hábito de lutar contra a natureza; não sente necessidade de apurar os seus processos, nem de pôr em contribuição a inteligência, porque não é da natureza diretamente que ela tira a subsistência, e sim do trabalho de outro grupo; com o fruto desse trabalho ela pode ter tudo. Não há mais necessidade de ver, observar, guardar a experiência e manter-se em contato com a natureza (BOMFIM, 2005, p.67).

“As nações colonizadoras da América do Sul” é a terceira parte constitutiva dessa obra. Nela, Bomfim elabora um retorno histórico para melhor compreender o processo de formação dos povos da península ibérica. Primeiramente, analisa a educação guerreira e ativa recebida, fruto de um espírito formado em meio a guerras, lutas permanentes, vida belicosa como predisposição natural. Características que acarretarão em perversas depredações, como registra na passagem a seguir:

Como se vê, já é a perversão do heroísmo – *peleyar por peleyar*. Esta perversão toma aspectos vários: a audácia do bandido, a intrepidez cruel do toureiro, a selvageria das festas e torneios – tudo resulta, na península, dessa cultura intensiva dos instintos guerreiros (Idem, p.84).

Ainda na terceira parte, observa, retomando um pouco o subcapítulo da parte anterior, “Causa da degeneração”, o processo de transformação sedentária e degenerativa, vivido por espanhóis e portugueses, e afirma: “Acabou o parasitismo heroico; começa o sedentarismo” (BOMFIM, 2005, p.113). Logo em seguida, lançando mão de um exemplo, expõe melhor a ideia: “É um parasitismo depredador [fase heroica] – o tráfico de escravos, mas que prepara por si mesmo o parasitismo sedentário” (Idem, p.115).

Na quarta parte, o autor estrutura a crítica ao regime colonial aplicado pelos países ibéricos às antigas colônias americanas. Subdivide os “Efeitos do parasitismo sobre as novas sociedades” em duas seções. A seção *a*, contém os efeitos gerais, que são “modificações e perturbações que ocorrem ao organismo parasitado, pelo simples fato de que ele é *parasitado*” (BOMFIM, 2005, p.135, grifo do autor), em que a mais marcante dessas perturbações é o enfraquecimento do parasitado. Na seção *b*, expõe os efeitos especiais do parasitismo das metrópoles sobre as sociedades coloniais, que estão

concentrados em determinantes como a hereditariedade e a educação, acrescidos de tradições e imitações facilmente transmitidas.

Esse complexo aspecto leva a uma construção identitária peculiar uma vez que produz, pós-parasitismo via colonização ibérica, um afastamento do antigo opressor, ao mesmo tempo em que se observa, de forma explícita, o vínculo direto – herança – com esse alguém que lhe usurpou a liberdade e as riquezas ao longo de séculos. Esse conflito gera a problemática vivida entre as jovens nacionalidades latino-americanas, que não sabem se imitam ou rejeitam os efeitos de hereditariedade cultural e educacional que se manifestam, continuamente, em suas sociedades.

O fato de que o organismo parasitado deriva diretamente do parasita e é por ele educado dá a essa influência um aspecto completo e contraditório: o novo organismo nacional procura, ao mesmo tempo, imitar e repelir as instituições e o regime da metrópole (BOMFIM, 2005, p.172).

A quinta parte, “As Novas Sociedades”, é o espaço reservado pelo autor para tecer considerações a respeito das nacionalidades latino-americanas com um olhar mais focado em seu contexto imediato. O último subcapítulo, “As nações sul-americanas em face à civilização e ao progresso”, permite uma análise atualizada de alguns países latino-americanos, dentro da dimensão histórica em que se insere o autor:

O México e a Argentina são, atualmente, países mais progressistas que algumas das nações secundárias da Europa [...]. Outras, como o Brasil e o Chile, já se desabilitaram bastante dos levantes e conflitos armados, o que prova que esse estado de agitação guerreira não é um mal incurável nas outras nacionalidades. Convertidas, hoje, a sociedades pacíficas, é-lhes muito mais fácil promover o progresso e adotar costumes políticos livres e democráticos (BOMFIM, 2005 p.241).

Nesse capítulo, Bomfim também faz considerações importantes sobre sua interpretação em relação às consequências do parasitismo social. Retoma a discussão para dizer que o parasitismo social – para os parasitados – é um evento retornável, de cura perfeitamente possível. “[...] o parasitismo social não é irredutível como o parasitismo biológico” (BOMFIM, 2005, p.343).

O fecho de *A América Latina* se faz com um breve ensaio intitulado “Resumo e conclusão”, síntese dos aspectos mais relevantes do livro. Nessa última parte, Bomfim, começa por afirmar que “a natureza e a origem dos males nos indicarão o remédio”

(Idem, p.351). Aflorando sua formação em medicina, fala em males, mas também prescreve um remédio para a cura de tais dissabores.

Abre novamente a discussão para uma comparação entre a colonização inglesa e a ibérica. Assim, pretende comprovar a especificidade do passado histórico latino-americano e traçar um melhor panorama dos males que quer expor:

Vinham da península, não para fazer aqui uma nova pátria – americana e livre, como essas da América inglesa –, mas unicamente para entesourar [...]. Na colônia, só o cativo trabalhava; todo mundo explorava e oprimia; a produção dependia, apenas, do número de cativo e da crueza dos açoites; o progresso foi condenado por inútil, a inteligência perseguida como perigosa. O colono sobre o cativo, o fisco sobre o colono, o absolutismo e o arcaísmo religioso sobre todos, afundavam, de mais a mais, estas sociedades na miséria, no aviltamento e no obscurantismo (BOMFIM, 2005, p.354).

Mais adiante expõe as consequências desse passado:

O resultado desse passado recalcitrante é esta sociedade que aí está: pobre, esgotada, ignara, embrutecida, apática, sem noção do próprio valor, esperando dos céus o remédio à sua miséria, pedindo fortuna ao azar – loterias, jogo de bichos, romarias, “ex-votos”; analfabetismo, incompetência, falta de preparo para a vida, superstições e credices, teias de aranha sobre inteligências abandonadas... (BOMFIM, 2005, p.358).

Diante de tão graves e complexos males, o “médico social” Manoel Bomfim oferece, por diversas vezes, a indicação de um remédio: “Eis a conclusão última desta longa demonstração: a necessidade imprescritível de atender-se à instrução popular, se a América Latina se quer salvar” (BOMFIM, 2005, p.360). Ou ainda:

Reclamando a difusão da instrução, a prática da ciência, como o meio de *curar* os nossos males essenciais, e de avançar para o progresso, não queremos atribuir à cultura intelectual nenhuma virtude miraculosa, senão a importância que ela teve e tem na história da civilização (BOMFIM, 2005, p.363, grifos nossos).

Como é possível perceber em seu “Resumo e conclusão” o autor traça, com maior nitidez, o percurso que constrói, com bastante sinuosidade, ao longo de toda *América Latina*. E, talvez, o mais importante, prescreve um remédio para os males latino-americanos, oferecendo a instrução popular como saída do imenso atraso frente às metas de se atingir estágios mais elevados de “civilização e progresso”. Desse modo, a América Latina para Bomfim tem “cura” e seus médicos são professores como ele,

que no magistério encontram o ambiente ideal para operar transformações fundamentais na sociedade.

Uma ex-aluna notável de Bomfim, a poetisa Cecília Meireles, de certo modo delega esse poder ao professor quando, em seu poema “O quadro negro”, descreve a atuação docente e seu ofício de transmitir conceitos ou desfazê-los, apagando com sua esponja as coisas outrora ditas.

Depois que os teoremas ficam demonstrados,  
quando as equações se tiverem transformado,  
desenvolvido, revelado;  
e o mistério das palavras estiver todo aberto em flores;

quando todos os nomes e números se acharem escritos  
e supostamente compreendidos,  
com vagaroso e leve movimento  
o Professor passará uma silenciosa esponja  
sobre as coisas escritas:

e nos sentiremos outra vez cegos,  
sem podermos recordar o que julgávamos ter aprendido,  
e que apenas entrevíamos,  
como em sonho (MEIRELES, 2001, p.1454-1455)

Um reflexo de Bomfim (professor) podemos obter através das palavras de Meireles (aluna), uma vez que seu poema sugere a ideia de explicação, ou quem sabe orientação, advinda da figura do professor, tanto é assim que a cegueira sentida após a limpeza do quadro negro parece remeter à certa sensação de vazio existencial. Esse vazio é diagnosticado por Bomfim na sociedade latino-americana do começo do século XX, uma vez que esta vive um alto grau de analfabetismo. Para o autor, a saída pela instrução é a única forma de recuperar uma sociedade parasitada, como demonstra ao afirmar:

Eduquem-se as almas inconstantes destas populações, habituem-nas a vencer as impressões do momento, ensinem-lhes a conhecer as consequências últimas dos atos imorais, esclareçam-lhes as inteligências, de forma que possam prever as consequências longínquas do seu proceder atual, haja em torno delas uma opinião pública, cada vez mais justa e livre, e daí sairão as gerações de fortes, capazes de dominar-se a si mesmos, capazes de lutar e progredir. Desenvolva-se a educação social pela propaganda dos interesses coletivos e das aspirações altruísticas, faça-se apelo aos instintos de simpatia, fale-se de bondade e amor; ponham-se a nu as iniquidades, comentem-se as injustiças – e a noção do dever próprio e direito alheio se imporá a todos, e os indivíduos irão, pouco a pouco, habituando-se a cobrir os apetites baixos e a evitar tudo o que possa ofender a liberdade dos outros; e os homens se esforçarão por

satisfazer seus instintos de bondade e compaixão. (BOMFIM, 2005, p.339)

Diante da exposição desse programa de atividades sócio-pedagógicas elaborado por Bomfim, encerramos esse percurso panorâmico sobre *A América Latina*. Nosso objetivo maior foi pensar a respeito do longo trabalho interpretativo proposto por Bomfim em sua obra de 1905, por essa razão, recorreremos a cada um dos capítulos que compõe o todo da obra, buscando, por fim, demonstrar os numerosos caminhos abertos pelo ensaísta em sua discussão.

### Recepção crítica

*Não há quem ignore quanto é difícil a  
circulação de ideias entre nós.*  
(Araripe Jr., “Movimento literário do  
ano de 1893”)

O primeiro grande leitor crítico dessa *A América Latina: males de origem* (1905) é Silvio Romero, que escreve um conjunto de 25 artigos, publicando-os no semanário *Os Annaes*, de Domingos Olímpio, sob o título geral de *Uma suposta teoria nova da história latino-americana*, com o objetivo de refutar os posicionamentos críticos de Manoel Bomfim. No ano seguinte, Romero reúne todos esses escritos em um só volume e está pronta sua *A América Latina* (Análise do livro de igual título do Dr. M. Bomfim) (1906), uma obra resposta que critica em vários aspectos a perspectiva analítica adotada por seu conterrâneo.

No decorrer de suas argumentações, Romero procura demonstrar a cada momento seu alto nível de erudição, sua capacidade de organizar e correlacionar informações enquanto expõe seu vasto conhecimento teórico permeado por citações de pensadores europeus e norte-americanos. Deseja, em muitos instantes, por meio de construções textuais que chamam diretamente a pessoa de Bomfim para a luta, questionar o médico sergipano no que concerne à autenticidade de suas teorias. Provoca o adversário chamando-o de “professorzinho”, de “mestiço ibero-americano”, de “trapalhão”, de membro de um “bando de malfeitores do bom senso e bom gosto”, de “manoelzinho que nos surge com essas novidades de leituras mal digeridas”, entre outras tantas expressões de afronta.

Sua crítica é pautada na emoção do Silvio “turbilhão” tão bem percebido por Antonio Candido, quando analisa o movimento crítico característico de sua escritura, que, ora assume um caráter duro de ataque dilacerante, ora recua desfazendo seu tom resoluto. Essa habitual oscilação imprime um ritmo forte e ao mesmo tempo inconstante aos posicionamentos de Romero, capaz de fazê-lo arrastar consigo um conjunto de ideias e paixões sem ponderá-las devidamente. Candido, observando essa agitação turbilhonar, revela a consciência, entre os homens de letras contemporâneos a Silvio, da presença de um crítico contraditório, que bem cedo se revelou: “impaciente, injusto, mais apto para a generalização do que para a análise” (CANDIDO, 1978, p IX).

No entanto, após essa polêmica, mas sem dúvida importante recepção realizada por Romero, a obra de Bomfim se oculta no cipoal da produção crítica de uma intelectualidade nacional em expansão. O fato de o autor ter permanecido por mais de duas décadas sem produzir um trabalho de peso no campo do ensaísmo e da historiografia, pode ter sido determinante para o arrefecimento de suas leituras críticas, uma vez que a trilogia: *O Brasil na América* (1929), *O Brasil na História* (1930) e *O Brasil Nação* (1931) só vem a público no findar da década de 20, início de 30.

O ano de 1935, contudo, marca uma retomada no interesse pelas obras de Bomfim. Seu maior divulgador dessa vez é o jornalista Carlos Maul, que organiza uma coletânea intitulada *O Brasil*<sup>5</sup>, contendo os excertos mais nacionalistas resultantes da pena de Bomfim. Para essa organização, Maul lança mão de fragmentos presentes na trilogia mencionada acima, organizando-os de maneira tão comprometedora que chega a levar alguns analistas dessa antologia, como Alfredo Bosi em sua *História concisa da literatura brasileira*, a considerar Bomfim um pensador fascista, situando-o ao lado de um Oliveira Vianna e de um Alberto Torres<sup>6</sup>.

A nosso ver, na medida em que Maul não seleciona nenhum texto pertencente à primeira obra de Bomfim, *A América Latina*, para compor sua coletânea, esta deixa de

---

<sup>5</sup> Segundo José Carlos Reis (2006), Manoel Bomfim tornou-se um autor mais popular com a publicação feita por Carlos Maul, porém autores como Sussekind e Ventura (1984), Aguiar (2000) e Iglesias (2000), não recomendam a antologia feita por Maul, pois alegam que o compilador deturpou, com sua seleção de excertos, o pensamento de Bomfim.

<sup>6</sup> Oliveira Viana (1883-1951) foi jurista, professor, etnólogo, historiador e sociólogo. Seu pensamento sociológico serviu de referencial teórico para Getúlio Vargas na elaboração de uma proposta modernizadora do Estado e da sociedade brasileira, ao longo da década de 30.

Alberto Torres (1865-1917) foi político, jornalista e bacharel em direito. Refutou as teses socialistas como incompatíveis à realidade nacional. Procurou conhecer e entender objetivamente a sociedade brasileira com o intuito de propor mudanças pragmáticas. Acreditava que o país mudaria de sorte se apresentasse uma unidade nacional dominada por um Estado forte.

fornecer uma maior repercussão para a obra que ora analisamos, servindo apenas para uma divulgação do posicionamento crítico do autor em sua última fase, quando este já se concentra em um estudo focado na perspectiva brasileira, afastando-se de um olhar mais amplo, capaz de abranger a América Latina.

Em 1938, é preparada uma segunda edição de *A América Latina*, esta é prefaciada por Azevedo Amaral, que acredita viver um momento histórico muito apropriado para o entendimento das discussões levantadas por Bomfim no início do século. No que se refere ao público leitor, Amaral afirma:

Ao nosso público inteligente e culto, aos que entre nós sabem ler livros deste calibre, não preciso recomendar a obra de Manoel Bomfim. Os que já a conhecem de outras edições vão relê-la, certos de que há livros em que cada nova leitura nos traz mais alguns ensinamentos. Aos mais moços, a que porventura *A América Latina* seja apenas conhecida pela sua fama, esta reedição é uma dádiva que saberão devidamente apreciar (AMARAL, 2005, p.33).

É interessante destacarmos alguns aspectos dessa observação de Amaral. Primeiro, o fato de não precisar recomendar a obra, pressupondo certo conhecimento, ao menos do público culto. Em seguida, imaginar uma releitura de seus ensinamentos, e, para finalizar, recomendar a presente reedição (segunda) aos mais moços que, apenas conheciam sua fama. Isso nos leva a pensar que, ou Azevedo Amaral estava completamente desinformado a respeito da parca repercussão que vinha obtendo a obra, ou o sepultamento de *A América Latina* durou menos que o esperado, nunca sendo realmente esquecida como se pensa mais contemporaneamente.

Seguindo um percurso ascendente, a década de 40, sob uma análise da repercussão crítica da obra de Bomfim, pode ser considerada como sua “Idade Média”, no que esta teve de esmorecimento do conhecimento artístico-científico, pois, ao longo desse decênio, a divulgação do pensamento do autor é extremamente reduzida, não havendo registros de uma repercussão significativa de sua obra.

O “renascimento” dessa se faz em meados dos anos 50, quando Dante Moreira Leite, em tese de doutorado defendida em 1954, e reescrita apenas em 1968 para publicação, reserva parte de um capítulo de seu livro à Bomfim. Lançando-se na busca pelas razões que explicam a parca divulgação da obra do sergipano até seu presente momento, Moreira Leite as encontra no fato de Bomfim “estar adiantado com relação aos intelectuais de seu tempo [...]” (LEITE, 1976, p.251).

Antonio Candido, por meio de estudo redigido no ano de 1956, mas somente publicado em 59, na *Enciclopédia Delta-Larousse*<sup>7</sup>, elabora sua primeira contribuição à obra de Manoel Bomfim, ajudando a dissipar, ainda que levemente, as névoas ao redor do incompreendido autor. Em seu texto, Candido revela um ponto de vista ainda em processo, visto que é repensado anos depois. Por essa razão, ao longo das décadas de 70 a 90, Antonio Candido se volta, ao menos por três vezes, às obras de Manoel Bomfim.

Primeiramente em “Literatura e Subdesenvolvimento” onde situa Bomfim em um período de “consciência amena de atraso”, na medida em que este professa uma “ideologia ilustrada”, na qual a instrução traz automaticamente todas as melhorias capazes de elevar o homem e dinamizar o progresso da sociedade.

Em “Os brasileiros e nossa América”, procura traçar um painel de intelectuais brasileiros no período que se estende do final do Império ao amadurecimento da República (1880-1920). Bomfim, nesta interpretação, é visto como um contraponto em relação aos demais pensadores nacionais:

Pensemos agora naqueles que enfrentaram o problema do “americanismo” sem paixão nacionalista, de um ângulo que procura superar a visão unilateral das elites e das versões convencionais. Foi o caso raro de Manoel Bomfim, que publicou em 1905 *A América Latina*, livro duro para com os preconceitos do tempo, que ficou esquecido e nunca teve o merecido apreço (CANDIDO, 1993, p.136-137).

No entanto, a contribuição de Candido mais dedicada à obra de Manoel Bomfim, está no artigo “Radicalismos”, onde investiga as ideias de Joaquim Nabuco, Manoel Bomfim e Sérgio Buarque de Holanda, sucessivamente. No que se refere à Bomfim, acredita que este foi um radical permanente, analisando com dureza as bases da sociedade brasileira. Quando preocupado em investigar a insuficiente recepção de sua obra pelos leitores brasileiros, observa:

[...] como não tinha a personalidade fulgurante nem a escrita admirável de um Nabuco, foi fácil deixá-lo em segundo plano. E deve ter contribuído para isso o fato de haver sido contestado com abundante (e falaciosa) veemência por Silvio Romero, cuja palavra tinha força naquele tempo. O fato é que ficou na sombra até bem pouco [...] (CANDIDO, 1995, p.276).

---

<sup>7</sup> *Enciclopédia Delta-Larousse* (Rio de Janeiro, Delta S.A., pp.2216-2232; 2. ed. 1964, tomo IV, pp. 2107-2123. Esse texto recebeu nova publicação em sua forma integral passado meio século de sua produção na Revista de Sociologia da USP: *Tempo Social*, v.18, n.1, 2006. Em nota ao artigo publicado, Candido afirma ter cometido grave erro ao fazer uma avaliação deficiente da obra de Manoel Bomfim “cuja importância e verdadeiro significado só mais tarde compreendi” (CANDIDO, 2006, p.272)



Definido o quadro de atuações críticas de Antonio Candido sobre a obra de Manoel Bomfim, retornemos aos anos 60, pois neste período Vamireh Chacon formulou aquela que foi, talvez, a indagação mais repetida pelos diversos estudiosos da obra do autor de *A América Latina*: “Por que não se fala neste Manoel Bomfim?” A resposta de Chacon para o aludido silêncio se constrói medindo o nível de periculosidade da obra e constatando que os assuntos trabalhados por Bomfim não eram oportunos à elite pensante de seu momento.

A fonte desse perigo estava na denúncia, por parte de Bomfim, de uma história tida como oficial, quando, na realidade, nada mais era do que um ponto de vista assumido por historiadores de cunho colonialista, preocupados apenas em subjugar e condenar ao perpétuo atraso nacionalidades sedentas por mudanças, como as latino-americanas. Bomfim, segundo Chacon, escrevia tomado por um viés oposto ao oficial, em prol de uma história infra-estrutural, subterrânea e popular.

Após um novo estágio de relativo silêncio em relação ao pensamento de Manoel Bomfim, período que coincide com o momento mais repressivo de ditadura militar, sua obra tem uma curiosa retomada no ano de 1979. O sociólogo Aluísio Alves Filho publica *O pensamento político no Brasil: Manoel Bomfim um ensaísta esquecido*, enquanto Flora Süssekind e Roberto Ventura divulgam um estudo em versão mimeografada intitulado “Uma teoria biológica da mais-valia?” que, posteriormente, em 1984, assume maior visibilidade quando lançado como ensaio introdutório para uma antologia de textos de Manoel Bomfim.

Essa nova antologia com alguns excertos de Bomfim é ideologicamente distinta da publicada por Carlos Maul, em 1935. O objetivo dos autores não é, em momento algum, alimentar um Bomfim nacionalista, pelo contrário, procura-se aproximá-lo mais à imagem de um rebelde e inconformado que ficou muito bem registrado no tom de seu discurso em *A América Latina*. Porém, é bom lembrarmos que a antologia privilegia toda a produção ensaística do autor, sempre realçando o Bomfim mais contestador e radical.

Na medida em que os autores elaboram um estudo mais voltado para o discurso metafórico presente nos textos de Bomfim, a análise da recepção de sua obra não poderia escapar das questões postas pela linguagem, como podemos observar na citação a seguir:

Dizer que Bomfim estava além da “bela metáfora” (Chacon), ou adiantado com relação ao seu tempo (Moreira Leite), não nos parece explicação suficiente para seu atual desconhecimento. Ambas as razões dariam conta de uma possível não-repercussão quando da publicação de suas obras. No caso de *A América Latina*, houve, ao contrário, repercussão, suscitando até a elaboração do livro-resposta de Silvio Romero. O alegado “adiantamento” levaria também a se esperar uma futura recepção de seu texto, com o arrolamento deste na ilustre galeria dos “precursores”, das “exceções”, o que não se realizou tampouco. Se historicamente esta recepção ocorreu de forma inversa às expectativas geradas pelas hipóteses de Chacon e Moreira Leite, deve-se então procurar em outro lugar as razões de seu atual mutismo. Acreditamos que este lugar deve ser escavado na metáfora, terreno privilegiado no discurso de Bomfim (SÜSSEKIND & VENTURA, 1984, p.23-24).

No ano de publicação desta antologia, organizada pelos então jovens professores de letras Sússekink e Ventura, o antropólogo Darcy Ribeiro escreve um importante e apaixonado texto em defesa de Manoel Bomfim, intitulado “Manoel Bomfim antropólogo”. Nessa ocasião Darcy, o eleva a categoria de “fundador da antropologia do Brasil e dos brasileiros” (RIBEIRO, 2005, p.20). Acreditando caber à antropologia da civilização a tarefa de indagar como um povo surgiu e como veio a ser o que ele é, percebe que o pensamento de Bomfim se volta inteiramente a este fim. Aproveita ainda a oportunidade de analisar a obra de Bomfim, para criticar a recepção inicial feita por Silvio Romero:

Por que esta obra extraordinária não serviu de cimento na construção de nossas consciências nacionais? Por que, tendo em mãos todo aquele cimento forte e tanta pedra de cantaria, nossos pensadores ficaram catando cacos, escavando cáries, para exibir leiturinhas europeias? Nem se pode dizer que a obra de Manoel Bomfim não foi vista. Pouco depois de publicada, ela foi objeto de todo um livro de contestação do genioso Silvio Romero. Nesta polêmica Silvio desanca Manoel Bomfim, procurando demonstrar que ele é um completo idiota. Idiota era Silvio, coitado. Tão diligente no esforço de compreender o Brasil, mas tão habitado pelos pensadores europeus em moda que só sabia papagaiá-los (RIBEIRO, 2005, p.14-15).

Do final dos anos 80 aos dias atuais, a obra de Bomfim tem passado por uma fase de extrema difusão nos meios acadêmicos, haja vista o número de pesquisas realizadas nas mais diferentes áreas do conhecimento, tornando-se objeto de estudo em geografia, com a tese de doutorado de Tereza Alves de Oliva (1999) “Pensamento Geográfico em Manoel Bomfim”; em sociologia, com “O Batismo da instrução: atraso, educação e modernidade em Manoel Bomfim”, dissertação de mestrado de André Pereira Botelho (1997); em história, “Manoel Bomfim (1868-1932) e O Brasil na

história”, dissertação de mestrado de Rebeca Gontijo (2001), e em literatura “Disputa intelectual ou a impertinência de um polemista? Uma análise comparativa entre *As Américas* de Silvio Romero e Manoel Bomfim”; dissertação de mestrado de Isabel Cristina Domingues Aguiar (2009).

Esses são só alguns dos muitos trabalhos que o pensamento de Bomfim vem inspirando. Além desses novos leitores, outros mais antigos, privilegiados em nossa análise, continuaram e continuarão, por muito tempo a escrever e pensar sobre as contribuições de Manoel Bomfim, como foi o caso do ilustre Roberto Ventura, como é o caso de Flora Süssekind e Aluizio Alves Filho. Acreditamos que a persistência do interesse desses críticos em relação às discussões propostas pelo sergipano seja um índice revelador do quanto sua obra é perene e profunda.

Outro termômetro que nos ajuda a perceber que, contemporaneamente, passamos por um período de intensas releituras e reflexões sobre os pensamentos de Bomfim está nas sucessivas reedições de suas obras. Em 1993, sua *A América Latina* recebeu uma terceira edição pela Topbooks, e, em 2005, foi impressa, pela mesma editora, uma edição comemorativa do centenário da obra. Historicamente, essas duas últimas edições foram as que ocorreram mais próximas uma da outra, apenas 12 anos de diferença, o que é uma grande mudança se pensarmos nos 55 anos que separam a 2ª (1938) da 3ª edição (1993).

Nosso objetivo ao traçar essa linha do tempo, tendo como objeto central a recepção da obra *A América Latina* de Manoel Bomfim, é demonstrar de forma sucinta como oscilam as relações entre leitor e obra ao longo do tempo. Não pretendemos, todavia, dar por encerrada a observação das repercussões aqui trabalhadas, uma vez que estamos cientes da ausência de outros grandes intérpretes de Bomfim, como, por exemplo, Renato Ortiz, com sua análise da identidade nacional e miscigenação social, Ronaldo Conde Aguiar e sua monumental biografia sobre o autor, José Carlos Reis que vê Bomfim como um pensador que “escova a história do Brasil a contrapelo”, além de muitos outros estudiosos.

Para concluir essa trajetória investigativa, trazemos novamente à luz a tão reiterada pergunta formulada por Vamireh Chacon nos anos 60: “Por que não se fala neste Manoel Bomfim?”. No entanto, agora, tendo percorrido todo esse percurso de recepção crítica da obra, parece um tanto ilógico continuarmos propagando essa indagação, uma vez que o pensamento de Bomfim tem sido bastante estudado e nos

parece que, contemporaneamente, tem recebido seu justo valor. A pergunta, agora, talvez se transforme em “Como se tem falado desse Manoel Bomfim?” ou “De qual Manoel Bomfim falamos?”, haja vista que tem ficado cada vez mais nítida uma transformação de seu pensamento ao longo de sua vida.

### **Fundamentação teórica**

*Uma sociedade é um fenômeno vasto demais... Uma sociedade é o oceano.*  
(Manoel Bomfim, *A América Latina*)

Como forma de melhor nos situarmos no campo teórico que Manoel Bomfim tem em mãos quando passa a redigir sua obra, faz-se de suma importância a reserva de um espaço para pensarmos quais foram as fontes que embasaram seu pensamento. Silvio Romero lidera a fila daqueles que pretendem atacar a precariedade do apoio teórico em *A América Latina*. Esse fato fica bem demonstrado ao longo de toda sua obra-resposta, uma vez que a preenche com uma enormidade de pensadores europeus e norte-americanos, sugerindo a Manoel Bomfim a leitura deles para uma melhor discussão conceitual dos problemas que “ousava” questionar.

O compatriota cobra a presença de teóricos como “Le Play, H de Tourville, Ed.Demoulin, P.de Rousiers, P.de Prévile, P. Bureau, e tantos outros, aos quais se devem os melhores trabalhos existentes sobre a índole das nações” (ROMERO, 1906, p.7). Mais adiante, desconsidera a relevância do trabalho que critica, a ponto de dizer: “sua ciência histórica é bebida, além do extravagante e apressado Oliveira Martins, em ignóbeis compêndios de historia universal que andam aí estupidificando a mocidade” (Idem, p.77).

Ao discutir o conteúdo das ideias teóricas de Manoel Bomfim, Romero lança-se na enorme empreitada de refutar vários dos temas trabalhados por Bomfim, de modo a deixar seu “adversário” sem possibilidades de reação. “[...] o novo produto do jovem professor não passa de um acervo de erros, sofismas e contradições palmares. Falsa é sua base científica, falsa a etnográfica, falsa a história, falsa a economia” (ROMERO, 1906, p.11).

Ataca novamente o frágil embasamento teórico de Manoel Bomfim ao dizer: “Não é o talento do autor que vai entrar em jogo; é, sim, a pouca segurança de muitas de suas vistas, a erronia das suas doutrinas capitais, a falsidade da maior parte de seus conceitos, a precipitação de suas conclusões, o nenhum valor das fontes em que bebeu” (ROMERO, 1906, p.12). Em síntese, no seu livro, Romero avança sem freios tentando mostrar o quão pensa ser infundada e limitada a bagagem teórica de Manoel Bomfim. Desse modo, extravasa sua insatisfação e não poupa críticas contra o português Oliveira Martins e os pensadores belgas Jean de Massart e Émile Vandervelde que, em 1898, publicam a obra *Parasitisme biologique et parasitisme social*, servindo de fonte direta para o estudo de Manoel Bomfim.

Toda a moxinifada<sup>8</sup> bomfinica não passa da aposta do autor consigo mesmo para aplicar à península a teoria lacunosa de Massart e Vandervelde sobre as fases do parasitismo social, e da inocente preocupação de revelar erudição à custa de Oliveira Martins (ROMERO, 1906, p.101).

Antonio Candido, em tom mais ameno, também faz sua crítica às frágeis bases em que se sustentava Bomfim. Tanto em “Os brasileiros e nossa América” quanto em “Radicalismos”, demonstra sua preocupação em situar quais foram os estímulos teóricos responsáveis pelo florescimento de *A América Latina*. No primeiro dos ensaios mencionados observa:

Os adversários de Manoel Bomfim diziam que a sua informação na matéria se limitava ao que lera em Rocha Pombo. Não será toda a verdade, mas é parte dela, como se verifica inclusive pela repetição dos mesmos erros do compêndio em *A América Latina*. Mas o fato é que Bomfim tinha uma imaginação histórico-social que faltava a Rocha Pombo e lhe permitiu construir com informação limitada e mesmo insuficiente uma visão profunda e renovadora (CANDIDO, 1993, p.137).

Em “Radicalismos”, volta ao assunto, porém, tecendo, agora, maiores observações a respeito da questão. Segundo Candido, o *Compêndio* de Rocha Pombo:

[...] parece ter sido, além de estímulo, a principal fonte de Manoel Bomfim sobre a América Espanhola, pois ele chega a repetir alguns dos seus erros. De Oliveira Martins tomou não apenas a visão calamitosa da decadência ibérica e da colonização espanhola e portuguesa, mas também o tom justiceiro com que a aborda. Silvio Romero acusou-o (com injustiça apenas parcial neste tópico) de não ter tido outra bibliografia, o que Aluísio Alves Filho contesta,

<sup>8</sup> Segundo o *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, moxinifada quer dizer: “confusão, embrulhada, salsada, miscelânea, mistifório”.

lembrando que o próprio Bomfim menciona a influência recebida de um livro de Bagehot. Seja como for, as suas bases são poucas e a impregnação de Oliveira Martins é avassaladora [...] (CANDIDO, 1995, p.278).

Süssekind e Ventura, em consonância com o posicionamento de Antonio Candido ao constatar a escassez bibliográfica de Bomfim, fazem poucas considerações às obras de referências diretas em *A América Latina*. Em um dos únicos momentos em que mencionam esse fato, observam:

A escolha do parasitismo prende-se às fontes teóricas por ele adotadas e a uma conceituação organológica do histórico-social de que não se desprende. Dentre as fontes, destacam-se J.D.Vandervelde e J.Massart. Estes, em *Parasitisme biologique et parasitismo social*, formularam uma teoria do parasitismo, bifurcada em dois domínios: a biologia e a sociologia. [...] No Oliveira Martins da *História de Portugal*, fartamente empregado por Bomfim na explicação da evolução portuguesa, aparece igualmente a noção de “parasita”. Oliveira Martins não erige, contudo, esta noção em molde interpretativo do processo histórico-social, como Bomfim o fará (SÜSSEKIND & VENTURA, 1984, p.33).

Entretanto, no que concerne à construção de veios comunicativos com autores e obras exteriores à materialidade textual de *A América Latina*, Süssekind e Ventura são prolíferos em aproximações. A maior e mais importante delas se dá com os escritos de Karl Marx e essa correlação se concretiza no próprio título dado ao ensaio: “Uma teoria biológica da mais-valia?”. Os autores partem ainda de certa simbiose bem humorada entre Marx e Bomfim: “Os parasitados nada têm a perder na revolução a não ser os ferreões. Têm um mundo a ganhar. Parasitados de todos os países, uni-vos!” (Idem, p.11). O intuito é ressaltar a estranheza do texto de Bomfim, e, ao mesmo tempo, estabelecer certa afinidade com os posicionamentos de Marx.

Outro importante observador das bases teóricas de *A América Latina* é Ronaldo Conde Aguiar. Apesar de praticamente ocultar a influência que o historiador português Oliveira Martins teve sobre Manoel Bomfim, é ele, dentre os estudiosos do autor, o que mais se esforça para pensar em outras referências além daquelas textualmente verificáveis. Diz, entre outras coisas, que:

[...] é certo, por exemplo, que Bomfim já tinha lido teóricos anarquistas, como Proudhon, Bakunin e Kropotkin, este por indicação de Alcindo Guanabara [...]. Desse último, aliás, Bomfim tivera a inspiração de ler, pela primeira vez, *A origem das espécies*, de Charles Darwin, entendendo, tal como percebera antes o pensador anarquista, que os conceitos de “luta pela sobrevivência”, “seleção natural” e

“perseverança do mais capaz” não se aplicavam à espécie humana, cujos “processos” se orientavam, sobretudo, pela “ajuda mútua” (Kropotkin) ou pela “solidariedade” (Manoel Bomfim) (AGUIAR, 2000, p.244).

E segue estendendo as bases teóricas de Bomfim, afirmando, por exemplo, que: “Há evidências de que, na época, além dos autores anarquistas, Manoel Bomfim já havia lido, em edições francesas, pelo menos o *Manifesto do partido comunista* (1848), *As lutas de classe na França* (1850) e *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* (1852)” (AGUIAR, 2000, p.244).

Voltando, contudo, aos teóricos mais marcados textualmente, Ronaldo Conde Aguiar observa: “A verdade é que o parecer sobre o *Compêndio da História da América*, de Rocha Pombo, e o artigo sobre “a sociedade do futuro”, de B.Clark, podem ser vistos como uma espécie de prévia dos livros e ensaios que Bomfim iria escrever nos anos seguintes” (AGUIAR, 2000, p.245).

Todavia, Aguiar, assim como Aluísio Alves Filho, na observação de Antonio Candido citada anteriormente, não parece concordar com a hipótese de precariedade teórica na formação de *A América Latina*. Buscando em todas as direções possíveis referências para uma melhor compreensão das origens que fundamentam um livro de tão alto teor argumentativo, o autor menciona:

Bomfim, portanto, deve ter lido o livro de Bagehot em fins de 1893. Passou a reunir informações e notas a partir de 1894. Em Paris, Bomfim conheceu obras de Waitz, Martin de Moussy e Quatrefages, entre outros, que muito o auxiliaram na refutação do racismo científico que dominava o pensamento social brasileiro da virada do século (AGUIAR, 2000, p.301).

José Carlos Reis vai ainda mais longe, fazendo algumas considerações inusitadas que, no entanto, resultam na inserção de novos autores no horizonte de expectativas de Manoel Bomfim. O que observamos ao longo desta trajetória em busca das fontes é que quanto mais nos concentramos no aprofundamento das bases teóricas, mais a possível fonte em que Bomfim provavelmente bebeu se enriquece. Afastando-se, gradualmente, do “jovem professor” raso, que Romero queria nos apresentar, percebemos agora um autor-leitor de muitas e diferentes obras do conhecimento humano. Segundo Reis:

Ele pode ser visto como um “grande homem” nietzschiano-benjaminiano, que interpretou e fez a história a contrapelo. Ele pensava em liberdade e pagava o preço da solidão. Para Aguiar, ele tinha um espírito anarquista-socialista, cultivado nas leituras de Proudhon, Bakunin e Kropotkin. Leu Marx em francês. Aprendeu com

Marx e os anarquistas que a espécie humana não se orienta pela seleção das espécies, pela vitória do mais apto, mas pela solidariedade e pela ajuda mútua. O que me permite supor que Bomfim tivesse também uma formação cristã, embora se dissesse ateu, o que era muito comum entre os próprios comunistas. Ele viveu cercado de positivismo, evolucionismo, naturalismo, transformismo, racismo, de Comte, Spencer, Taine, Buckle, Darwin, Haeckel e Gobineau. Mas Bomfim valorizava o pensamento como uma “criação própria” e ele, de fato, conseguiu produzir uma síntese nova, ao mesmo tempo apropriando-se e superando todas essas e outras importações. A sua interpretação do Brasil revela um pensamento histórico-sociológico admiravelmente independente, autóctone, local, brasileiro (REIS, 2006, p.186).

É válido ressaltar as epígrafes que pululam na obra de Bomfim, demonstrando seu conhecimento e suas leituras. Alguns nomes são conhecidos como os de Auguste Comte, Olavo Bilac, Darwin, Montaigne, Virgílio, Goethe e Machado de Assis. Outros são de autores mais específicos, e por isso menos recorrentes, ou pertencentes a uma galeria mais seleta de conhecedores, tais como L.Cumplowicz, Plínio, Paul Combes, Henrik Ibsen, Conde dos Arcos, Haeckel, Martim Francisco, P.L.Courier, Louis Havet, G.Clemenceau, entre outros.<sup>9</sup>

Além deste trabalho de caça às fontes, o que talvez possa melhor demonstrar a singularidade da obra de Bomfim não é o critério quantitativo de sua base bibliográfica, mas sim a sofisticação de suas leituras. Por essa razão, concordamos com Candido quando pretende alijar a discussão quantitativa de fontes, centralizando sua atenção na seguinte questão: “A sua imaginação histórica e a retidão dos seus pontos de vista foram o elemento principal na descoberta que fez de muitas relações entre os fatos e na elaboração de novas interpretações” (CANDIDO, 1995, p.278).

Assim, a fecundidade do texto de Bomfim, se não é proveniente de ricos arsenais teóricos, com certeza é resultante de uma acurada imaginação histórica, somada a um

---

<sup>9</sup> *Ludwig Gumpowicz* (1838-1909): sociólogo polonês que fez escola na Alemanha como representante típico do darwinismo social.

*Caio Plínio Segundo* (23 d.C-79 d.C): talvez o estudioso da natureza mais importante da Antiguidade.

*Henrik Johan Ibsen* (1828-1906): dramaturgo norueguês, considerado um dos criadores do teatro realista moderno.

*Luís de Lima Brito e Nogueira*, Primeiro Conde dos Arcos, (1600-1647): porém, a epígrafe é retirada do pronunciamento de algum descendente contemporâneo à Revolução de 17 em Pernambuco.

*Ernst Heinrich Philipp August Haeckel* (1834-1919): naturalista alemão que popularizou o trabalho de Charles Darwin e um dos grandes expoentes do cientificismo positivista.

*Martim Francisco Ribeiro de Andrada* (1775-1844): político brasileiro, irmão de José Bonifácio de Andrada e Silva.

*Paul Louis Courier* (1773-1825): escritor político francês, amante da literatura e cultura grega.

*Pierre Antoine Louis Havet* (1849-1925): escritor e conhecedor profundo da cultura grega e latina.

*Georges Benjamin Clemenceau* (1841-1929): médico, estadista e jornalista francês.



diálogo constante com os acontecimentos mais importantes de seu contexto de produção.

### **Pré-produção: os bastidores de *A América Latina***

*Somos capazes de progresso somente na  
medida em que somos capazes de adaptar  
nossos atos a condições cada vez mais  
distantes de nós, no tempo e no espaço.*  
(José Enrique Rodó, *Ariel*)

O nascer do novo século coincide com o período de composição cumulativa de *A América Latina*, publicada em 1905. Referimo-nos a um trabalho processual de composição, uma vez que a escritura dessa obra foi-se construindo ao longo de um período em que Bomfim passou a se envolver, criticamente, com assuntos concernentes à América Latina.

Esse percurso preparatório pode ser verificado quando, no ano de 1899<sup>10</sup>, Bomfim, na condição de membro efetivo do Conselho Superior de Instrução Pública do Distrito Federal, divulga seu longo e detalhado parecer sobre a monografia *Compêndio de História da América*, escrita pelo historiador paranaense Rocha Pombo. Por determinação do então diretor de Instrução Pública, Medeiros e Albuquerque, esse *Compêndio* passa a servir como material didático para os cursos de “História da América” das escolas normais do Distrito Federal.

A esse respeito, Antonio Candido, em dois de seus ensaios sobre os escritos de Manoel Bomfim, “Radicalismos” e “Os brasileiros e nossa América”, tece observações. No primeiro, afirma: “É provável que *A América Latina* tenha nascido da experiência ocasional de Manoel Bomfim como relator no julgamento de um concurso [...]” (CANDIDO, 1995, p.277). No segundo, aponta novamente para a importância que o exercício de parecerista, em 1899, teve como função dinamizadora na realização da futura obra de Manoel Bomfim. Por esse motivo, Candido retrocede no tempo e resgata algumas informações que julga serem relevantes:

Em 1897 o diretor da Instrução Pública do Distrito Federal, Medeiros e Albuquerque, instituiu o curso de História da América nas escolas de

---

<sup>10</sup> Neste mesmo ano Bomfim estreia como o autor de livros didáticos. Em parceria com Olavo Bilac, publica *Livro de Composição*.

formação de professores, abrindo concurso para escolher o melhor compêndio a ser especialmente escrito para este fim. Apresentou-se um único concorrente, o jovem historiador Rocha Pombo, cuja obra foi aceita em 1899 com base em parecer de Manoel Bomfim. Este parecer é o gérmen do seu livro futuro e já marca divergência com pontos de vista tradicionais (alguns dos quais aceitos por Rocha Pombo), inclusive ao discordar da apresentação negativa de Rosas, Francia e López, o que no Brasil daquele tempo era uma prova da mais extrema liberdade de espírito (CANDIDO, 1993, p.137).

Confirmando a importância que o parecer ao *Compêndio* teve para a organização e sistematização de seus conceitos, o próprio autor não deixa de fazer sua observação na “Advertência” que faz à obra:

Em 1897, quando o diretor geral de Instrução Pública fez anunciar o concurso de um compêndio de História da América, solicitei a honra de, na qualidade de membro do Conselho Superior de Instrução Pública, dar o parecer sobre as obras que se apresentassem: tal era o interesse que esse assunto apresentava para mim; e só assim se explica essa pretensão de tratar de matéria fora da minha especificidade, e à qual não podia apresentar nenhum título de competência oficial (BOMFIM, 2005, p.37).

Para uma melhor compreensão do período final, presente no fragmento supracitado, é importante registrar que o exercício da medicina é definitivamente abandonado por Bomfim no ano de 1894, após a morte prematura de sua filha.<sup>11</sup> Essa fatalidade o leva ao martírio, e aniquila suas últimas forças para prosseguir no exercício da profissão. Segundo Aguiar, nesse período de transição profissional, Manoel Bomfim passa por uma série de apertos financeiros, obtendo seus rendimentos do trabalho de professor particular (ensinava português e ciências, sobretudo história natural); revisor de provas gráficas; e do pouco que recebia por artigos que publicava em jornais da cidade.

Em 1895, já de volta à capital federal, é convidado<sup>12</sup> para o cargo de subdiretor do *Pedagogium*, instituição que, nos planos de Rui Barbosa, seria um “museu pedagógico nacional”; nos intentos de Manoel Bomfim, um centro de cultura superior aberto ao público, porém, na prática foi, como observa André Botelho, uma instituição criada, em 1890, com o intuito de centralizar as propostas pedagógicas para as reformas do ensino público.

<sup>11</sup> Possivelmente acometida por tifo epidêmico, cujo tratamento na época era extremamente precário. A família, no período de 1893-1894, vivia em Mococa, cidade do interior do estado de São Paulo, em razão de perseguições políticas sofridas por Manoel Bomfim no governo de Floriano Peixoto.

<sup>12</sup> Quem o convida é o prefeito do Distrito Federal, Francisco Furquim Werneck, apresentado por seu amigo Alcindo Guanabara, que na ocasião era deputado federal.

Medeiros e Albuquerque o convida, em 1897, a exercer as funções de Diretor Geral do *Pedagogium*, justamente no mesmo ano em que será anunciado o concurso do *Compêndio*. Assim, em 1903, passados seis anos de um processo crescente de organização de seu pensamento, rememorando o nascedouro de *A América Latina* na produção do parecer à monografia de Rocha Pombo, considera que se encontrava, ainda, frente a uma matéria fora de sua especialidade, uma vez que era recente seu abandono definitivo das atividades médicas, não se sentindo apto a apresentar nenhuma “competência oficial” sobre o assunto.

No entanto, Ronaldo Conde Aguiar, seu mais minucioso biógrafo até o presente momento, antecipa ainda mais o marco zero do envolvimento de Manoel Bomfim em assuntos concernentes às questões sócio-históricas latino-americanas, ao fazer a seguinte observação:

Desde 1894, talvez um ano antes, Manoel Bomfim vinha estudando e reunindo notas, observações e ideias sobre a história política da América, sobretudo da porção americana situada abaixo do Rio Grande. Tal interesse se explicava no contexto dos debates críticos em voga sobre a identidade nacional e as perspectivas – reais ou fictícias – de progresso do país. (...) Nesse sentido, o tema geral do concurso não era estranho a Manoel Bomfim, que percebeu, na ocasião, uma rara e bem-vinda oportunidade de exercitar os argumentos sobre os quais vinha construindo um pensamento crítico (AGUIAR, 2000, p.230).

Seja em 1894 ou 1899 os primeiros sinais de existência d’*A América Latina*, o fato é que ela somente será publicada em 1905. Parece-nos que, por mais longo que tenha sido seu período de gestação, o trabalho prático de sua produção textual se deu em um espaço mais reduzido de tempo. Iniciando-se na viagem que Bomfim faz à Europa (1902-1903), finalizando-se em terras brasileiras (1903), e recebendo os últimos retoques no ano de sua publicação (1905).

### **O procedimento crítico: por um discurso “subjetivo”**

*Metafórico, sentimental, sem a requerida  
objetividade, numa intelectualidade  
fascinada pelo cientificismo.*  
(Flora Süssekind e Roberto Ventura, “Uma  
teoria biológica da mais-valia?”)

Após o delineamento da conjuntura histórica que antecede a escrita da obra, e da análise do período de composição da mesma, cumpre investigar algo de fundamental importância, em se tratando da análise dos primeiros intentos de Bomfim no campo de pensamento histórico-social. Ou seja, centralizar seu mais declarado instrumento de observação crítica: o sentimento de “amor” e “interesse” por assuntos latino-americanos. Como observam Sússekink e Ventura, o autor faz do interesse sua principal ferramenta de investigação:

Utiliza antes o “interesse” como perspectiva de análise, abalando a “neutralidade”, pressuposto básico da ciência do último quartel do século XIX. O que torna sua crítica de difícil aceitação, por colocar em risco a própria certeza científica de seus contemporâneos (SÜSSEKIND & VENTURA, 1984, p.12).

E como o próprio Bomfim confirma:

Este livro deriva diretamente do *amor* de um brasileiro pelo Brasil, da *solicitude* de um americano pela América. Começou no momento indeterminado em que nasceram esses *sentimentos*; exprime um pouco o *desejo* de ver esta pátria feliz, próspera, adiantada e livre. Foram esses *sentimentos* que me arrastaram o espírito para refletir sobre essas coisas, e o fizeram trabalhar essas ideias – o desejo vivo de conhecer os motivos dos males de que nos queixamos todos. Desse modo, as notações, as analogias, as observações, as reflexões se acumulam (BOMFIM, 2005, p.36, grifos nossos).

Formulada essa declaração, o autor deixa explícito que conduz sua argumentação, amparado em um sentimento de apreço àquilo que observa. Assim, seus interesses invadem sem dissimulação, e ainda com clara tonalidade emocional, a enunciação de seu discurso. Por essa razão, não apresenta pretensões de imparcialidade, condição indispensável a uma análise objetiva e isenta de impressões pessoais. Sússekink e Ventura afirmam que: “para Bomfim, não é a pouca imparcialidade que caracteriza uma formulação como não confiável, mas a dissimulação dos interesses que a orientam. Daí considerar necessária a enunciação ‘afetiva’ no discurso científico” (SÜSSEKIND & VENTURA, 1984, p.26).

Desse modo, os fatos históricos em *A América Latina* são tratados por um sujeito-autor intimamente interessado naquilo que estuda. O trabalho com os pressupostos científicos, a elaboração de um discurso crítico consistente, dentre outros elementos básicos da produção técnica sociológica, estão subordinados aos seus sentimentos e interesses singulares.

Talvez pelo fato de possuir uma formação profissional médica, incorpora certa posição de amador em relação às ciências sociais, o que de certa forma o favorece, conduzindo-o a assumir um posicionamento original, uma vez que possibilita um olhar inovador de alguém que não se encontra impregnado pelos vícios e costumes das especialidades.

Bomfim se sente “autor” a partir do momento em que se vê interessado por aquilo que analisa. Por essa razão, podemos dizer que se envolve afetivamente com o que pretende estudar, assumindo um ponto de vista autônomo, sem grandes filiações conceituais, seja com o positivismo, o evolucionismo, o naturalismo, o racismo, o idealismo, entre outras correntes teóricas. Atitude de desprendimento que o alto cientificismo finisse secular não admitia.

Dessa maneira, podemos afirmar que no processo engenhoso de formação d’A *América Latina*, primeiramente passa a existir a paixão como estímulo, para somente em seguida, tomar forma seu desejo de racionalizar o sentimento sob uma forma discursiva. Surge então um texto singular, pois ao mesmo tempo em que é movido pelo entusiasmo, precisa, a todo o momento, estabilizar-se em uma racionalidade de expressão para assumir contornos lógicos. Bomfim assume essa situação de fronteira entre paixão e rigor lógico ao enunciar: “prefiro dizer o que penso, com a paixão que o assunto me inspira; paixão nem sempre é cegueira, nem impede o rigor da lógica” (BOMFIM, 2005, p.38).

A explicitação de um interesse particular do universo interpretativo do autor, aspecto tão caracterizador da obra de Manoel Bomfim, nos remete às considerações propostas por Hugo Achugar, em seu ensaio, “Sobre o ‘balbucio teórico’ latino-americano”, quando diz da importância das “histórias locais” na produção de discursos teóricos latino-americanos. São palavras de Achugar:

O sujeito social pensa, ou produz conhecimento, a partir de sua “história local”, ou seja, a partir do modo que “lê” ou “vive” a “história local”, em virtude de suas obsessões e do horizonte ideológico em que está situado. A “história local”, a partir da qual o presente trabalho está inscrito, tem a ver com *interesses* locais concretos, os quais não têm valor universal, e ambos não podem ser propostos como válidos para toda a América Latina e, talvez, menos ainda, para esse conjunto que alguns chamam de “as Américas” (ACHUGAR, 2006, p.29, grifo nosso).

Como bem observa Achugar, as “histórias locais” são os múltiplos espaços de onde partem as mais diferentes análises na busca pela compreensão dos fatos.

Aplicando essas ideias ao nosso objeto de estudo, temos a seguinte problemática, apesar de se colocar como uma observação particular e local, Manoel Bomfim, manifesta uma pretensão de abarcar o universal, e isso pode ser percebido quando explicita seu desejo de alcançar “a verdade” efetiva:

É um livro nascido, animado, alimentado e divulgado pelo sentimento; *não o sentimento dos interesses pessoais*, que obscurecem a razão e pervertem o julgamento, mas um sentimento que só aspira alcançar a verdade – a causa efetiva desses males, dentro dos quais somos todos infelizes; o desejo de subir à civilização, à justiça, a todos os progressos (BOMFIM, 2005, p.37, grifo nosso)

Alguns questionamentos podem ser levantados a partir dessa afirmação: como se explica o fato de criticar a motivação via interesses pessoais nos teóricos opositores ao seu pensamento, ao mesmo tempo em que não se afasta desta mesma linha de abordagem? O conflito se estabelece com maior nitidez quando refletimos sobre declarações como: “este livro deriva *diretamente do amor* de um brasileiro pelo Brasil, da solicitude de um americano pela América” (BOMFIM, 2005, p.36, grifo nosso). Fica evidente certa fragilidade argumentativa na medida em que não reconhece seus interesses “de amor” como interesses pessoais. Desse modo, Bomfim deixa transparecer seu juízo de que somente as demais interpretações, contrárias à sua, contém sentimentos capazes de turvar a razão.

Apesar dessa aparente contradição em seu pensamento, oscilando entre a objetividade e a subjetividade, percebermos que o autor visa criticar, em última instância, os teóricos que ocultam seus sentimentos particulares afirmando emitirem comprovações científicas inquestionáveis. Negam, assim, a particularidade dos “interesses pessoais” em suas pesquisas, quando, na realidade, tal particularidade se faz presente. Como exemplo desse aspecto, podemos pensar nas amplamente difundidas teorias raciais, constantemente motivadas por interesses de dominação. Confrontando o posicionamento assumido por Manoel Bomfim com o do também médico e seu contemporâneo, Nina Rodrigues (1862-1906), podemos perceber melhor essa discussão.

Rodrigues, autor de uma copiosa bibliografia produzida no final do século XIX e início do XX, com títulos como *As raças humanas e a responsabilidade penal do Brasil* (1894), *Negros criminosos* (1895), *Mestiçagem, degenerescência e crime* (1899), refletiu por diversas vezes sobre seu procedimento científico. Considerado por Lilia Moritz Schwarcz (2009) um “radical do pessimismo”, o médico-pesquisador defende a

tese de que toda mistura entre espécies diferentes acarreta em degeneração. Em seu posicionamento investigativo, acredita que a ciência “está no seu pleno direito exercendo livremente a crítica e a estendendo com a mesma imparcialidade a todos os elementos étnicos de um povo” (RODRIGUES *apud* SÜSSEKIND & VENTURA, 1984, p.13). Reflexões como essa de Nina Rodrigues são frequentes no contexto histórico do findar no século XIX e início do século XX, não é em vão que Schwarcz destaca a singularidade de seu contexto de produção discursiva quando observa: “[...] nesse momento a grande pergunta, que restava sem resposta, girava em torno do lugar que ocuparia a população negra recém-saída da escravidão e sujeita ao arbítrio da República, e sua igualdade cidadã” (SCHWARCZ, 2009, p.94).

Assim, o autor, pensando estar livre de qualquer parcialidade, em um momento em que se avolumam os questionamentos sobre o novo papel que exerceria o contingente negro no país, afirma: “o critério científico da inferioridade da raça negra nada tem de comum com a revoltante exploração que dele fizeram os interesses escravagistas dos norte-americanos”. Será que foram apenas os norte-americanos? E mais adiante conclui: “Para a ciência não é esta inferioridade mais do que um fenômeno de ordem perfeitamente natural” (RODRIGUES *apud* SÜSSEKIND & VENTURA, 1984, p.13-14). Fica a dúvida: será que a “ciência” continuaria afirmando a inferioridade da raça negra, sendo a ordem dos fatores invertida, ou seja, os inferiores passando a assumir papéis superiores? Não seria essa imparcialidade científica completamente questionável, além de facilmente manipulada por interesses pessoais disfarçados de verdades absolutas?

Está claro o quanto a etnologia de Nina Rodrigues busca ocultar, em uma suposta neutralidade, os crimes e atentados legitimados pela ciência. Flora Süssekind, em *Tal Brasil, qual romance*, desenvolve uma análise sobre o amplo emprego da linguagem científica nos meios intelectuais em que se situam os autores aqui mencionados. Em dado momento, ao investigar mais especificamente a relação ficção e ciência, observa:

A grande vedete na virada do século brasileira é a implantação de uma *racionalidade científica* que vai dos discursos de Joaquim Murinho aos romances de Aluísio Azevedo e às críticas de Araripe Jr. ou Silvio Romero. Não é de estranhar, também, que ao escritor se associem virtudes próprias àquele capaz de empreender uma cientifização na linguagem literária, política e econômica do país: o cientista. (SÜSSEKIND, 1984, p.108, grifos da autora)

Diante do entusiasmo em relação à implantação de uma “racionalidade cientística”, Bomfim se posiciona de maneira bastante crítica, uma vez que deixa explícito na introdução de sua obra: “como seria fácil impingir teorias e conclusões sociológicas, destemperando a linguagem e moldando a forma à hipócrita imparcialidade, exigida pelos críticos de curta vista!” (BOMFIM, 2005, p.38). Uma imparcialidade que, como vimos com o exemplo de Nina Rodrigues, é, no máximo, elaborada discursivamente, por ser um elemento de difícil obtenção, visto que toda escolha feita por um autor carrega traços de seu posicionamento individual.

Com base em todos esses fatores, percebemos que a crítica bomfiniana se volta contra “a linguagem de uma ciência “neutra” que oculta o lugar da metáfora e do *interesse* no conhecimento científico” (SÜSSEKIND & VENTURA, 1984, p.15, grifos nossos). Por essa razão, a centralidade do artifício metafórico em seu texto abre-lhe a possibilidade de dialogar, de modo polêmico, com as pesquisas científicas vigentes, sobretudo ao abordar temas recorrentes nos estudos sociais da época, utilizando-se de recursos de linguagem para compor reflexões imagéticas e figurativas. Desse modo, seu discurso crítico não é literal, mas sim sugestivo e simbólico, com imagens de exploração colonial apresentadas sob a forma do parasitismo social.

Esse aspecto metafórico sustenta a crítica que Silvio Romero prepara a Bomfim, baseando-se em grande medida na clássica oposição entre conceito e metáfora. Assim, para Romero a metáfora apresenta marcas de falsidade, falta de rigor científico, extensão demasiada e indeterminação, enquanto reserva ao conceito as características de rigor, lógica e produção de definições dignas de crédito. Desse modo, Romero tenta contestar o discurso de Bomfim, considerando-o carregado de ambiguidades advindas do metafórico, o que o leva, em sua obra-reposta, a reprovar o parasitismo, atribuindo-o toda dose de inadequação discursiva, como podemos notar no excerto que segue:

Mas, assim concebida, é claro, a qualidade de parasita é um predicado que, por demasiado extenso, não define o sujeito. É pálido, incolor, indeterminado, incharacterístico, indefinido, e, como tal, não pode exercer a função lógica de distinguir e classificar. [...] Nessa acepção genérica, é apenas uma metáfora, que amplia e, implicitamente, falseia, o significado rigoroso que tem o qualificativo em história natural (ROMERO, 1906, p.47).

Silvio Romero defende um pensamento baseado nos tratados filosóficos e nas conquistas científicas do final do século XIX e, por esse motivo, são compreensíveis parte das críticas levantadas por ele, principalmente se levarmos em conta o fato do



discurso científico primar por clareza e precisão de linguagem, qualidades que a metáfora não apresenta como característica principal. No entanto, nossa leitura de *A América Latina*, ao contrário da realizada por Romero, procura valorizar os recursos de linguagem empregados em sua escrita, uma vez que sustentamos seu produto final como um ensaio, não como uma tese ou tratado científico; desse modo o “predicado demasiado extenso” que não define o sujeito, atribuído ao parasitismo enquanto metáfora constitui o ponto sustentador do “interesse” de nossa abordagem.

### O papel das metáforas

*Quando falamos de árvores, de cores, de neve e de flores, acreditamos saber alguma coisa das próprias coisas e, no entanto, apenas possuímos metáforas das coisas, que não correspondem em modo algum às entidades originais.*

(Friedrich Nietzsche, “Introdução teórica à verdade e à mentira no sentido extramoral”)

Um estudo criterioso da metáfora encontra suas raízes entre a retórica e a poética de Aristóteles (384 a.C - 322 a.C), um dos primeiros teóricos a tratar do assunto. Diante dessa bifurcação, uma análise do discurso crítico de Manoel Bomfim exige, naturalmente, um aprofundamento nos desdobramentos retóricos que o ato de metaforizar também contempla. O seu discurso prende-se, então, ao eixo argumentativo presente na tríade: retórica – prova – persuasão. Assim, neste presente estudo, investigaremos o uso da metáfora, em *A América Latina*, sob um viés de crítica social.

Para abrir essa discussão, complexa e profunda no interior da linguagem humana, acreditamos ser de grande valia observarmos a esquematização, essencialmente prática, elaborada por John R. Searle em seu estudo sobre metáfora. Segundo o autor: “a forma geral da emissão metafórica é o falante emitir uma sentença da forma ‘S é P’ e querer dizer metaforicamente que ‘S é R’” (SEARLE, 1995, p.133). Segundo ele:

Na forma mais simples, o problema da metáfora é tentar obter uma caracterização das relações entre os três conjuntos S, P e R, e uma especialização de outras informações e princípios usados pelos falantes e ouvintes, de maneira a explicar como é possível emitir “S é

P” e querer significar “S é R”, e como é possível a transmissão desse significado do falante ao ouvinte (SEARLE, 1995, p.133).

Paul Ricoeur, em seu estudo *A metáfora viva*, faz também considerações interessantes sobre alguns traços característicos da metáfora na linguagem humana. Dentre eles destacam-se considerações como: “A metáfora é algo que acontece ao nome” (RICOEUR, 2000, p.29); “é definida em termos de movimento: a *epiphora* de uma palavra é descrita como uma sorte de deslocamento de... para...” (idem, p.30); “a metáfora é assim definida em termos de desvio” (idem, p.33). Porém, o autor observa que, além de conter a ideia de desvio, implica também em uma necessidade de empréstimo. Assim, grosso modo, metaforizar consiste em dar a alguma coisa um nome pertencente à outra, lançando mão de um empréstimo que, por se apresentar em forma de desvio, produz a ideia de deslocamento de um lugar de origem para outro de destino. Esse fenômeno amplia o campo de significação do vocábulo ao abrir diferentes possibilidades de interpretação.

Contribuindo para o entendimento desse recurso comunicativo, Stephen Ullmann tece observações dignas de nota. Segundo o autor, não há dúvidas acerca da importância crucial da metáfora na linguagem e na literatura, pois se trata de um excelente artifício expressivo capaz de atrair o pensamento para a construção de uma linguagem figurada, poética, colorida e fantasiosa. Declara, por outro lado, sob uma perspectiva mais próxima ao emprego persuasivo, ser a metáfora: “[...] uma comparação condensada que afirma uma identidade intuitiva e concreta” (ULLMANN, 1964, p.443).

Mas, talvez a maior contribuição do pensamento de Ullmann para o presente estudo esteja em observar que “um fator importante na eficácia da metáfora é o afastamento entre o teor e o veículo” <sup>13</sup> (ULLMANN, 1964, p.444). Dessa forma, se os dois termos estão muito próximos um do outro, a metáfora será apropriada, mas desprovida de grande qualidade expressiva, perdendo seu apelo de novidade. Valoriza-se, então, segundo essa perspectiva de Ullmann, a produção de efeitos surpreendentes por meio de paralelos pouco esperados, advindos cada qual (teor e veículo) de universos díspares.

Podemos dizer que, de alguma maneira essa ideia se concretiza no texto de Manoel Bomfim, uma vez que toma de empréstimo o termo – parasitismo – para servir

---

<sup>13</sup> Para o autor, a estrutura básica da metáfora contempla dois termos: o teor – ou seja, o conteúdo de nosso discurso – e o veículo – termo que lançamos mão para expressá-lo. No texto de Bomfim, por exemplo, teríamos: colonialismo/exploração como teor e parasitismo como veículo.

de veículo à sua mensagem sociológica. Contudo, uma vez que esse termo tem sua origem presa a conteúdos de ciências naturais, mais especificamente aos estudos biozoológicos, o rompimento das rígidas barreiras epistemológicas se dá por meio do processo de transferência, presente em todo encadeamento metafórico.

Cumpramos retomar mais uma vez o esquema proposto por Searle, em que a sentença “S é P” é apreendida em termos de “S é R”, para verificarmos o quanto essa aparentemente simples transposição proporciona, à mensagem, um novo componente imagético. Assim, ao ser transferido para o campo dos estudos histórico-sociais, o termo parasitismo ganha um novo vigor, pois se insere em um espaço de reflexão distante de sua origem. Parasita passa a ser o colonizador, e parasitado o colonizado. Com isso, observamos que o estranhamento inicial produzido no leitor é fator necessário para se realçar o conteúdo da mensagem subjacente à metáfora, ou seja, a denúncia do processo de exploração que se entregam, por séculos, países europeus, como Portugal e Espanha, deixando consequências profundas nas nacionalidades diretamente derivadas desse processo.

Dentre os inúmeros leitores-críticos de Bomfim ao longo do século XX, início do XXI, um traço singular que chama a atenção na maioria das leituras é, sem dúvida, esse trabalho de transportação de linguagem: a retirada de um termo amplamente explorado no campo dos estudos naturais e sua posterior aplicação à explicação do processo de exploração entre diferentes sociedades.

Diante do exposto, cumpre questionar, como se realiza esse emprego metafórico textualmente? Antes de averiguarmos, convém dizer que o objetivo inicial será selecionar alguns pontos da obra em que o biológico é trazido em estado puro. Assim, será possível perceber que, para a estruturação de sua metáfora-conceito, Bomfim passa a fazer uma série de correlações utilizando-se do exemplo de insetos, plantas e animais. Afirma, por exemplo, que alguns grupos de insetos como formigas e abelhas possuem um organismo social mais “perfeito” que as nações, e aprofunda esse seu comentário provocativo, estudando algumas formas de parasitismo nas sociedades das formigas escravagistas que roubam os ovos de outras formigas, transportam-nos para os seus formigueiros e, posteriormente, vivem do trabalho das que nascem dos ovos roubados.

Dentre os inúmeros exemplos de parasitismo entre as formigas, o autor seleciona alguns singulares como o caso da *formiga fusca* que, mesmo sendo escravagista, ainda partilha do trabalho com as escravas; a *Poluergus* que apenas trabalha quando se vê

privada de escravas; a *Strongilognathus*, por sua vez, não trabalha, nem é capaz disso, morrendo de fome quando não há escravas; já a *Str. Testaceus* se tornou incapaz de façanhas guerreiras, devido à ociosidade advinda do parasitismo; a *Anigates* chega ao extremo de, em seus formigueiros, só se encontrarem operárias escravas de outras espécies porque as *Anigates* operárias extinguíram-se; por fim, a *Rufescens*, devido ao fato de viver e descansar do trabalho alheio, tornou-se tão aristocrática que não consegue sequer comer sem que uma escrava lhe coloque a comida na boca.

Bomfim também analisa casos de parasitismo entre grupos distintos, é o caso das traças de rapina que, ao caírem sobre um formigueiro, fazem com que as formigas pereçam devido ao alto grau de exploração a que são submetidas, logo, não há formigas suficientes, em número, para desempenhar o ofício de coveiras de suas antigas companheiras. Como consequência de tamanho ato exploratório, os cadáveres das exploradas começam a se acumular pelas câmaras e galerias do formigueiro.

Trabalhando ainda com a ideia de “enfraquecimento” – primeira grande manifestação parasitária derivada da exploração predatória – Bomfim retoma alguns outros modelos práticos. Lembra que as vespas, ao “piratearem” sobre o trabalho das laboriosas abelhas, fadigam as operárias que, debilitadas, adoecem uma após outra, ocorrendo um progressivo despovoamento do cortiço.

Após sucessivos exemplos estritamente zoo-biológicos, Bomfim se lança a traçar um paralelo mais rente entre os organismos naturais e a política resultante da colonização exploratória no passado das nações latino-americanas, consolidando, assim, o processo metafórico, uma vez que vê chegada a hora de “teor” e “veículo” expressarem um conceito novo. Por essa razão, estabelece a seguinte comparação:

O processo dos capitães ibéricos, na América, não foi nem o mesmo do da vespa preguiçosa e agressiva, que invade a colmeia pacífica e se farta de mel alheio, matando, destruindo as abelhas que se lhe querem opor, mas que, em todo caso, deixa subsistir o cortiço; que será aproveitado pelas sobreviventes. Não; aqui chegando, eles encontraram impérios constituídos, populosos, civilizações vivazes; e, para se apoderarem de alguns carregamentos de ouro, destruíram tudo, tudo. Este proceder não podia deixar de trazer consequências consideráveis para a vida econômica das futuras sociedades coloniais (BOMFIM, 2005, p.144).

Ao analisar o pensamento de Manoel Bomfim em ensaio onde procura contextualizar “a interpretação dissidente” do escritor sergipano, Renato Ortiz também

se atém ao conceito-chave de parasitismo social, presente em *A América Latina*, o que o leva, em determinado momento, a sintetizar seu pensamento e pontuar:

A analogia entre biológico e social leva Manuel Bomfim a construir uma curiosa teoria do imperialismo baseada em termos de parasitismo social. Podemos resumi-la na seguinte forma: 1) o animal parasita possui uma fase depredadora, momento em que ataca sua vítima; 2) durante o período parasitário vive da seiva nutritiva elaborada pelo animal parasitado; 3) partindo-se do princípio de que a “função faz o órgão”, tem-se, em certo período longo de parasitismo, um atrofiamento dos órgãos do animal parasita. A conclusão natural desta comparação é que uma sociedade que vive parasitariamente das outras tende a degenerar, a involuir (ORTIZ, 2005, p.24).

Aproveitando todo essa estrutura construída com o objetivo de explorar figurativamente ideias sociais complexas, encerraremos essa parte de nosso estudo estabelecendo também uma analogia: podemos pensar que o parasitismo está para o texto de Bomfim, assim como os desenhos ilustrativos estão para um livro de histórias infantis. Eles não são seu conteúdo último, porém, são atrativos para os olhos em uma primeira leitura e, muitas vezes, servirão para chamar a atenção de detalhes da narrativa em um momento de leituras mais substanciais.

Conseguimos, então, por meio do parasitismo biológico, enxergar melhor os malefícios da exploração, na medida em que plantas e insetos, sendo seres vivos, decaem, murcham, morrem ou, ao contrário, podem crescer, florescer e reproduzir. Assim também as relações exploratórias no campo social, como a escravidão, por exemplo, deixam sangue e morte por onde passam. É claro que, como observa Bomfim, as questões sociais são mais complexas e não se reduzem a uma simples comparação com frutos murchos de uma árvore adoecida, mesmo que estes sejam muito ilustrativos e abram para diversas reflexões. O que pretendemos com esse rápido mergulho no universo metafórico presente no texto de Bomfim, é evidenciar o tom singular com que muitas de suas ideias são transmitidas, via seu conceito metáfora-chave de parasitismo.

### **Os parasitados no centro d’*A América Latina***

*A defesa, a resistência, é, agora, um dever superior.*

(Manoel Bomfim, *A América Latina*)

Enquanto alguns de seus contemporâneos, como Silvio Romero, admitiam a ideia de miscigenação racial, desde que associada ao incentivo à imigração europeia, objetivando em última instância ao branqueamento do povo brasileiro<sup>14</sup>, Manoel Bomfim traz a discussão da miscigenação e da teoria das raças para outro centro de relações.

Parte do princípio de que as culturas indígenas e africanas influíram em uma proporção menor que a dos brancos europeus na formação das ideias bases da nação, isso se deve ao fato de se encontrarem em um processo mais recente de formação e, por essa razão, não conseguirem provocar a imitação dos demais grupos humanos. Tanto é assim que, novamente estabelecendo uma relação comparativa entre questões sociais e seus conhecimentos em zoobiologia, afirma certas assimetrias:

Os animais rudimentares são muito mais variáveis e adaptáveis que aqueles de organização complexa; os povos jovens são muito mais progressistas – adaptáveis – que os povos feitos, presos a um passado, que ora os seduz, ora os domina, e, em geral, lhes entorpece a marcha para o futuro: as tradições acumuladas, os hábitos e costumes de uma adaptação completa ao viver de outrora, formam uma bagagem muito pesada para quem pretenda correr atrás do progresso. Por isso, ao misturarem-se com outras gentes, já caracterizadas e fixas, as raças rudimentares e maleáveis lhes transmitem uma certa dose de “receptibilidade” moral, quebra-lhes um pouco essa dureza de caráter social, facilitando-lhes um *renovamento*, um progresso mais rápido. (BOMFIM, p.261, grifo do autor)

Percebe-se com base no excerto acima que Bomfim não deposita suas motivações em relação à miscigenação racial presas à solução estética de um possível branqueamento do povo. O autor vê a miscigenação como a possibilidade de misturarem espíritos e disposições de caráter diferentes, um enriquecendo o outro. A plasticidade dos povos jovens (entenda-se índios e negros) dando certa maleabilidade à dureza dos povos feitos (brancos europeus); e a retidão dos povos feitos, por sua vez, proporcionando certa estabilidade ao movimento sem eixo dos povos recentes.

Bomfim, em 1903, dedica-se a escrever sobre raça e miscigenação. A intelectualidade de então passava por um período de recentes transformações, a abolição da escravidão era recente, e o regime republicano ainda se estabelecia. É interessante percebermos que Bomfim, ao analisar o mestiço, já consegue observar que um grande

---

<sup>14</sup> Renato Ortiz em ensaio intitulado *Da raça à cultura: a mestiçagem nacional* aborda essa questão quando diz: “É interessante observar que a política imigratória, além de seu significado econômico, possui uma dimensão ideológica que é o branqueamento da população brasileira”. (ORTIZ, 2005, p.31)

número de pintores e músicos brasileiros pertencia claramente às “raças cruzadas”. Dessa maneira quer mostrar que, no que se refere à capacidade intelectual destes homens, são “admiravelmente bem-dotados”.

Quanto à inteligência, ninguém contestará que os há – os mestiços – admiravelmente bem-dotados. São exceções, dizem. Sim, sem dúvida que são exceções; não só entre os mestiços, mas por toda parte – os grandes talentos, os gênios, constituem exceção, formam uma minoria insignificante sobre a massa geral, banal, medíocre. Dar-se-á, por acaso, que a Inglaterra seja constituída de Shakespeares, Newtons e Bacons, ou que na Alemanha só haja Goethes e Gutenbergs?... (BOMFIM, 2005, p.291-292)

Certa relação dialógica com o fragmento acima desenvolvido por Bomfim pode ser percebida em Darcy Ribeiro, quando em *O povo brasileiro*, faz a seguinte observação a respeito daqueles que receberam destaque público entre os miscigenados:

O mulato, participando biológica e socialmente do mundo branco, pode acerrar-se melhor de sua cultura erudita e nos deu algumas das figuras mais dignas e cultas que tivemos nas letras, nas artes e na política. Entre eles, o artista Aleijadinho; o escritor Machado de Assis; o jurista Rui Barbosa; o compositor José Maurício; o poeta Cruz e Sousa; o tribuno Luís Gama; como políticos, os irmãos Mangabeira e Nelson Cordeiro; e, como intelectuais, Abdias do Nascimento e Guerreiro Ramos”. (RIBEIRO, 2006, p.205)

Deixando um pouco o estudo da miscigenação propriamente dita, e passando a uma breve análise da recepção feita por Bomfim em relação à teoria das “raças inferiores” – que na leitura da ciência oficial do período abrange o sertanejo, o negro e o índio –, podemos perceber que o autor não aceita as argumentações advindas da ideia de raças melhores e piores. Manifestando-se contra esta teoria emite um de seus mais contundentes juízos que, observado atentamente, apresenta uma síntese de seu pensamento. Eis sua opinião sobre a teoria das “raças inferiores”: “(...) tal teoria não passa de um sofisma do egoísmo humano, hipocritamente mascarado de ciência barata, e covardemente aplicado à exploração dos fracos pelos fortes”. (BOMFIM, 2005, p.268). Por meio desse juízo, Bomfim posiciona-se em relação ao racismo. Contudo, posteriormente quando sente necessidade de estender sua argumentação, objetivando atingir maior clareza em sua explanação, disserta:

Levada à prática, a teoria deu o seguinte resultado: vão os “superiores” aos países onde existem esses “povos inferiores”, organizam-lhes a vida conforme as suas tradições – deles superiores; instituem-se em classes dirigentes e obrigam os inferiores a trabalhar para sustentá-las; e se estes o não quiserem, então que os matem e

eliminem de qualquer forma, a fim de ficar a terra para os superiores: os ingleses *governem* o Cabo, e os cafres cavem as minas; sejam os anglos-saxões senhores gozadores exclusivos da Austrália, e destruam-se os australianos como fosse uma espécie daninha... Tal é, em síntese, a teoria das *raças inferiores*. (BOMFIM, 2005, p.270, grifos do autor)

E conclui seu pensamento ao dizer:

Admitir que os mais fracos, entre os homens, são sempre os inferiores, nos levaria a extravagâncias inconciliáveis: os espanhóis e os portugueses eliminaram, rechaçaram, na península, os mouros e os árabes – os espanhóis são essencialmente *superiores*; os mouros-árabes rechaçaram os espanhóis e os portugueses na África, e resistiram-lhes sempre – os mouros-árabes são essencialmente *superiores*; os espanhóis e os portugueses expulsam e eliminam definitivamente os holandeses do Brasil – os espanhóis e os portugueses são *superiores*; os holandeses vencem e expulsam definitivamente os portugueses da Insulíndia, os holandeses são *superiores*... Os abissínios vencem e expulsam os italianos, os abissínios são *superiores* aos italianos; os turcos venceram os gregos e estabeleceram-se definitivamente em Constantinopla e na Ásia Menor, os turcos são *superiores* aos gregos!... (BOMFIM, 2005, p.276-277, grifos do autor)

Após a reprodução destas citações, podemos perceber melhor o quão consciente em seus posicionamentos se mostrava o autor. Ao lermos suas páginas percebemos estar diante de um crítico singular na história intelectual brasileira, uma vez que consegue, por meio de uma linguagem extremamente trabalhada em imagens e conotações, ativar em seu leitor a elaboração de conclusões lógicas e práticas.

Assim, concluímos que sua crítica, como esta à teoria das “raças inferiores” se transformou e se transforma em matéria-prima de inestimável valor para muitos intérpretes do Brasil e da América Latina. Sua linguagem, instalada em um terreno incerto – entre o científico e o ficcional – se apresenta atraente e ambígua ao mesmo tempo, não nos deixando imune ao seu efeito. Por essa razão, seu texto, muitas vezes saboroso, chega a ser indigesto, em alguns momentos.

## O conceito de conservadorismo

*O conservantismo, fruto direto do parasitismo, é assim a causa principal, o grande “mal de origem”.*  
(Antonio Candido, “Os brasileiros e nossa América”)



Antonio Candido, ao analisar a primeira edição da obra, *A América Latina*, chama a atenção para a importância de se observar o título e subtítulo dessa obra. Entre outras coisas, destaca que, na referida edição, postado no alto da página de rosto havia, ainda, uma espécie de pré-título: “O parasitismo social e a evolução”. Com isso, Manoel Bomfim oferecia seus pressupostos teóricos que consistiam, grosso modo, na investigação da exploração econômica sufocante das metrópoles sobre as colônias, processo social que o autor associativamente denominava “parasitismo”, por concebê-lo como algo análogo ao que ocorre no mundo animal e vegetal.

No meio da página, o título propriamente dito, *A América Latina*, define o âmbito em que estava localizado o fenômeno analisado. Por fim, o subtítulo *Males de origem*, sugere a avaliação e o método que o autor adotou em sua análise, pois deixava revelar que havia, em nossa formação histórica, defeitos essenciais responsáveis por graves problemas, os quais seriam investigados sob um ponto de vista histórico, ou seja, a explicação do presente se daria à luz do passado. Por essa razão, a frequente ênfase do seu trabalho recai nos efeitos gerados por causas hereditárias.

A título de exemplo desse método de investigação, destacamos o fragmento a seguir:

Portugal explorava o Brasil, e, para garantir uma exploração fácil e completa, determinou que a colônia fosse exclusivamente agrícola; assim foi, e a tradição ficou. Um dia, um estadista retórico, cujas ideias políticas eram essas mesmas – do Estado colonial – formulou: *O Brasil é uma nação essencialmente agrícola*. Foi o bastante, e ficou assim consagrada a rotina econômica; ninguém teve coragem de tomar essa inépcia, e mostrar quanto é idiota e irracional o conservar-se um país, qualquer que ele seja, como puramente agrícola (BOMFIM, 2005, p.193-194).

É possível observar que o autor retorna primeiramente ao período colonial (“Portugal explorava o Brasil...”) e contrapõe, logo em seguida, àquela imagem um novo momento – pós-independência – onde um “estadista retórico”, cujas ideias políticas eram as mesmas que vigoravam no período colonial, por “tradição”, insiste em pensar a economia brasileira unicamente agrícola. Com isso, o autor deseja mostrar o quão pouca alteração sofreu a lógica de raciocínio dos homens que dirigiram o Brasil pós-colonizado. Se o Brasil era agrário, assim continuou após sua emancipação, não por uma decisão tomada de forma crítica, mas porque se repetia, com automatismos, tudo o que há séculos lhe impuseram como sendo o seu papel na relação internacional.

Com base nesse exemplo, torna-se perceptível que essa “herança”, a qual Manoel Bomfim acusa estar determinando atitudes no proceder dos povos latino-americanos, e que seu método histórico, ao longo de toda sua obra, procura comprovar, é muito mais cultural, do que racial ou mesológica. Para Bomfim, as tradições adquiridas por “contágio” ao longo de um extenso período de parasitismos levam todos a uma imitação servil e inconsciente, que resultava no conservadorismo essencial das elites.

A esse respeito observa: “das qualidades a nós transmitidas, a mais sensível e mais interessante – por ser mais funesta – é um *conservantismo*, não se pode dizer obstinado, por ser, em grande parte, inconsciente, mas que se pode chamar propriamente – um *conservantismo essencial*, mais afetivo que intelectual” (BOMFIM, 2005, p.177). Para Antonio Candido, o fragmento supracitado traz uma das ideias fundamentais de Manoel Bomfim por ser, talvez, sua observação politicamente mais importante no livro e, sem dúvida, uma das mais fecundas e esclarecedoras para uma análise do tradicionalismo dominante nas sociedades latino-americanas.

Por séculos, a força de trabalho empregada no Brasil foi resultado do sistema de produção escravista, o que justifica certas políticas de manutenção de privilégios. Essas políticas resultam em um absoluto desejo de conservação do sistema de produção colonial, o que leva os primeiros administradores, pós-1822, a desenvolverem ideias e comportamentos de verdadeiro culto à estratificação social. Conservar se constitui uma função essencial, a fim de se ver no amanhã, o que está posto no presente, desde o passado. Em outras palavras, vive-se em busca de perpetuar a estagnação anterior, um sintoma manifesto dos “males de origem”. Antonio Candido sintetiza da seguinte maneira este impulso dominante:

O brasileiro seria um homem tornado conservador pela herança social e cultural derivada da mentalidade espoliadora da Colônia, baseada no trabalho escravo, pois esta mentalidade pressupunha a continuação indefinida de um *status quo* favorável à oligarquia, já que qualquer alteração poderia comprometer a sua capacidade espoliadora (CANDIDO, 1995, p.283).

Assim, Bomfim se concentra em elaborar argumentações denunciativas, constatando o fato de que, na América do Sul, a política conservadora se agrava ainda mais por ser generalizada, fruto não apenas de interesses específicos, mas herança fortemente atrelada a uma tradição transmitida via educação. Para o autor, mesmo os

mais ousados entre os homens públicos – os mais revolucionários – eram conservadores de ofício. E as razões para esse sentimento viciado e vicioso eram inúmeras, desde uma forte ambição pelo poder, até um real desejo de concorrer às transformações do país.

Muitas vezes, os mais ousados propõem revoluções, assinam reformas, divulgam novos direitos; mas são tão incapazes de cumpri-los como os mais intransigentes dos conservadores. Segundo Bomfim, “são revolucionários até a hora exata de fazer a revolução, enquanto a reforma se limita às palavras; no momento de execução, o sentimento conservador os domina e o proceder de amanhã é a contradição formal das ideias” (BOMFIM, 2005, p.182).

Dessa maneira, o desejo de preservação do *status quo* permanece, inclusive entre aqueles mais adiantados, pois, ao assumirem papéis de liderança, demonstram possuir um *conservantismo inconsciente*, fazendo com que o que era um processo revolucionário, se transforme, gradativamente, em um estágio mais avançado de exploração.

Esta análise deixa nítida a proposta de denúncia do autor, criticando a disseminação incontrolável de um pensamento conservador que, originário de um longo processo histórico, se mantém vivo por sucessivas gerações. Assim, os membros das classes dominantes, formados no regime da escravidão, transmitiriam aos seus sucessores a atitude de domínio a qualquer custo, não cultivando outra forma de relacionamento que não o poder pelo autoritarismo.

O autor afirma que essa forma de se fazer política, mesmo em nações que possuem um passado capaz de despertar entusiasmos, cujos povos trazem de outras eras “instituições benfazejas e obras grandiosas”, ainda nessas sociedades, o conservadorismo se coloca como algo inadequado por não haver necessidade de se estimular a função de conservação. Segundo Bomfim, essa função se dá sem o menor esforço. Para tanto, utiliza como exemplo um indivíduo comum que não precisa de esforços para conservar seu hábito de andar, e sua faculdade de falar: “não, os seus esforços se fazem no sentido de alterar esta forma, melhorando-a, corrigindo-lhe os defeitos – aperfeiçoando o andar, apurando a linguagem” (BOMFIM, 2005, p.180).

Como forma de explicitação dessa problemática, o autor indaga ainda: por que em sociedades violentamente assaltadas por ataques sucessivos de pilhagem ao longo de séculos, como foi o caso das antigas colônias ibéricas, seus líderes insistem em cultivar um desejo de conservação?

São nações, estas, em que tudo está por fazer, a começar pela educação política e social das populações. Que pretendem então defender, deste passado?... Ele é uma série de crimes, iniquidades, violações de direitos, resistências sistemáticas ao progresso. Que é que pretendem conservar? (BOMFIM, 2005, p.178).

Perguntas como estas, possibilitam o estabelecimento de diálogos críticos com a tradição, o que também implica em uma reavaliação da construção identitária presente no imaginário de uma sociedade ainda essencialmente escravocrata. Quando Bomfim descarta a conservação de valores herdados do passado colonial, está propondo uma reformulação geral dos costumes sociais. Desse modo, sua tarefa de escritor só se justifica quando colocada a serviço de uma causa, o que dá ao seu estilo um caráter vibrante e impetuoso. Sente-se, assim, por diversos momentos que, por trás do ensaísta existe um idealista, plenamente convencido da grandeza de seus propósitos.

### **Manoel Bomfim, intelectual**

*O “contradiscurso” de Manoel Bomfim foi,  
sem dúvida, uma afronta às elites  
dominantes.  
(Ronaldo Conde Aguiar, O rebelde  
esquecido)*

Manoel Bomfim tomou a si o ofício de intelectual, expondo publicamente ideias que julgava estarem ocultas pela névoa resultante dos conceitos e ideologias específicas a uma reduzida elite social. Esta mantinha seu privilégio, justamente, através da elaboração de análises científicas que apregoavam, na maioria das vezes, juízos absolutos, os quais analisados, posteriormente, revelaram-se inconsistentes e até mesmo extremamente relativos.

Segundo Jean-Paul Sartre, o intelectual, sendo produto de sociedades despedaçadas, é também sua testemunha, pois internalizou este despedaçamento. No contexto das sociedades latino-americanas, igualmente fragmentárias e extremamente capilarizadas, isso nos faz reconhecer em Bomfim um ilustre conhecedor, ou melhor, um “agente do saber prático”, cuja primeira das características definidoras de seu perfil se encontra no fato de não estar subordinado ao mandato de ninguém em particular, muito menos de qualquer espécie de autoridade superior para justificar suas abordagens críticas.

Na opinião de Edward W. Said, a questão fundamental deste “ator social” – o intelectual –, reconhecido por suas atividades mentais, se concentra no fato de ser alguém dotado da capacidade de “*representar*, corporizar, articular uma mensagem, um ponto de vista, uma atitude, filosofia ou opinião para, bem como por, um público” (SAID, 2000, p.28). Esse ofício despense muito esforço de sabedoria e um olhar dinâmico para que este “especialista do saber” não (re)produza abordagens, nem faça comentários levianos, partidários e/ou inconsequentes.

Em 1905, ao publicar, sua primeira obra de investigação histórico-social, Manoel Bomfim provocou, em alguns de seus receptores críticos, um significativo mal-estar. Antonio Candido, com o intuito de mostrar a ocorrência de ideias radicais no Brasil, percebendo este estranhamento habitual frente ao texto de Bomfim, irá considerá-lo um representante do pensamento plenamente radical, principalmente pelo fato de manifestar pontos de vistas que eram politicamente incômodos para as ideologias nacionais dominantes: “Manoel Bomfim foi um radical permanente, que analisou com dureza, além do regime de trabalho, as bases da sociedade brasileira e latino-americana” (CANDIDO, 1995, p.276).

Pensando neste radicalismo detectado por Candido nos escritos de Bomfim, é interessante observarmos que Sartre, em sua segunda conferência *Em defesa dos intelectuais*, ressalta que o verdadeiro propósito do intelectual é no pensamento radical e simples:

[...] o radicalismo e o empreendimento intelectual são a mesma coisa, e são os argumentos “moderados” dos reformistas que levam necessariamente o intelectual a esse caminho, mostrando-lhe que é preciso contestar os próprios princípios da classe dominante; caso contrário, vai servir-lhe parecendo contestá-la (SARTRE, 1994, p.38).

Aos poucos, delineia-se em Bomfim, como traço inevitável de seus sucessivos ataques ao poder estabelecido, a *monstruosidade* que é uma das marcas características do “agente intelectual” sartriano, em sua luta travada constantemente contra os seletos conservadores frente a grande maioria resignada. Segundo Antonio Candido, o radicalismo leva a atitudes que fazem, justamente, contrapeso ao movimento conservador predominante, por essa razão o radical é, sobretudo, um revoltado. “Em países como o Brasil o radical pode ter papel transformador de relevo [...] pode atenuar o imenso arbítrio das classes dominantes [...]” (CANDIDO, 1995, p.267). Pode, assim,

tornar-se um agente do horizonte possível, abrindo caminhos por meio de discussões, indagações e denúncias.

É interessante observar que a definição de Candido em relação ao pensador radical aproxima-se muito daquela que Sartre elabora buscando precisar de onde eram *recrutados* os agentes do saber prático, confrontemos:

Gerado na classe média e em setores esclarecidos das classes dominantes, ele não é um pensamento revolucionário, e, embora seja fermento transformador, não se identifica senão em parte com os interesses específicos das classes trabalhadoras, que são o segmento potencialmente revolucionário da sociedade (CANDIDO, 1995, p.266).

Mais adiante Candido conclui seu pensamento, afirmando: “[...] em relação à classe média o radicalismo é normal, talvez a única atitude transformadora possível dentro do seu destino, da sua posição na estrutura da sociedade e da função histórica dos seus setores esclarecidos” (CANDIDO, 1995, p.270).

Sartre, por sua vez, classificará o intelectual da seguinte maneira:

[...] o intelectual, todo o tempo, por seus trabalhos de técnico do saber, por seu salário e por seu nível de vida, ao se designar como pequeno-burguês selecionado, deve combater sua classe, que, sob a influência da classe dominante, reproduz nele necessariamente uma ideologia burguesa, pensamentos e sentimentos pequeno-burgueses. O intelectual é, portanto, um técnico do universal que se apercebe de que, em seu próprio domínio, a universalidade ainda não está pronta, está perpetuamente *a fazer* (SARTRE, 1994, p.35).

Podemos perceber certa sintonia entre as ideias do que vem a ser um pensador radical para Antonio Candido, e o “agente” recrutado para ser um intelectual *sartriano*, principalmente porque, tanto o radical quanto o intelectual, possuem um mesmo posicionamento em meio à estratificação habitual do sistema, ou seja, suas raízes estão presas às camadas médias da sociedade. Assim, como salienta Sartre, podem não ter contato direto com os trabalhadores operários, mas, no entanto, são cúmplices de sua exploração pelo patronato, pois, de qualquer maneira, vivem da mais-valia.

Candido, por sua vez, observa que, embora o pensamento de um radical possa avançar até posições realmente transformadoras, pode também recuar para posições conservadoras. Este recuo Sartre afirma ser influência de certos resquícios de ideologia burguesa incutidos no técnico do saber através de seu constante contato com a classe dominante, resíduos que, mesmo sendo poucos, muitas vezes, o paralisam em sua ação.

Por isso a necessidade de um combate permanente entre sua técnica universalista e a ideologia dominante.

O verdadeiro intelectual trava constantemente uma luta contra si, com o objetivo de ajustar seu foco e assim conseguir obter maior nitidez em suas investigações sobre o universal humano que está sempre por se fazer. Sartre diria que a imagem do intelectual é vista de modo suspeito pelas classes trabalhadoras, ao mesmo tempo em que é tido como traidor das classes dominantes e, por fim, recusado por sua própria classe, sem jamais poder se livrar totalmente dela. Se, por um lado, isso pode parecer uma posição ingrata, típica de alguém que é desprezado, por outro, é a única forma possível de conquista da autonomia.

Supõe-se a existência deste espírito no pensamento do sergipano Manoel Bomfim na medida em que se esboça nas malhas de seus textos, nos ecos das questões fundamentais para a história político-social dos povos latino-americanos, na consciência crítica do conservadorismo essencial e de suas relações com a estagnação cultural e social. Bomfim se mostra independente ao manter como desafio intelectual e fonte de interesse constante, encontrar as causas efetivas dos males subcontinentais.

Em *A América Latina*, Bomfim revela-se no incerto lugar de ex-profissional da medicina que, ainda abusando de certa notoriedade conquistada neste campo de atuação, passa a explorar, progressivamente, outras áreas do saber – psicologia, pedagogia, sociologia – tratando de assuntos que não lhe dizem respeito diretamente, mas, ao se rebelar o “especialista”, nasce em Bomfim, o intelectual.

### **Relações de poder: a América Latina frente à Europa e os EUA**

*É preciso acabar com esses insetos  
daninhos, que roem o osso da pátria que os  
nutre.*  
(José Martí, “Nossa América”)

O primeiro sentimento aflorado em *A América Latina*, de Manoel Bomfim, ao menos na organização interna da obra, é sua reação contra a maledicência europeia. Uma vez que estava em Paris quando sistematiza seu processo de escritura, consegue apreender de maneira intensa os descuidos conceituais europeus em relação à América Latina. Ao mesmo tempo, o deslocamento espacial de seu objeto central de observação

– a América Latina – proporciona o afastamento necessário para enxergar melhor questões que, no centro do redemoinho, se configuram como grandes borrões.

Em relação a esse distanciamento necessário para melhor se perceber as condições do que lhe é próprio, Néstor García Canclini em *Latino-americanos à procura de um lugar neste século* registra:

Para escritores e artistas plásticos, a experiência do estranhamento serve de olhar para o país de origem de um outro modo. Boa parte das “constituições” literárias foram escritas no exterior: Uslar Pietri, a da Venezuela; Miguel Ángel Asturias e Luis Cardoza y Aragon, a da Guatemala; Ricardo Güiraldes e Jorge Luis Borges, a da Argentina; Vicente Huidobro e Gabriela Mistral, a do Chile. Todos peregrinos pensando à distância o sentido do lugar de origem (CANCLINI, 2008, p.29-30).

Podemos acrescentar a esse conjunto de autores o nome de Manoel Bomfim que, em relação não apenas ao Brasil, mas ao conjunto dos países latino-americanos, trouxe de sua experiência europeia, uma nova interpretação para o atraso, os conflitos e os impasses pertencentes ao lugar onde vivia.

De Paris, percebe também, com maior nitidez, o processo de formação dos juízos e conceitos com que a Europa se referia à América Latina. Por essa razão, começa seu texto desejando demonstrar em que medida se construía o conhecimento europeu sobre a América, quais eram os sustentáculos e os valores basais deste conhecimento. Sendo assim, abre seu livro com o seguinte parágrafo.

A opinião pública europeia sabe que existe a América Latina... e sabe mais: que é um pedaço de continente muito extenso, povoado por gentes espanholas, continente riquíssimo e cujas populações revoltam-se frequentemente. Essas coisas, porém, já lhe aparecem num vago mal limitado; riquezas, terras vastas, revoluções e povos, tudo se confunde para formar um mundo lendário, de lendas sem grande encanto porque lhes falta o prestígio da ancianidade. Onde estão as riquezas, o que valem; como se fazem as revoluções, quem as faz, onde as fazem: são questões que se não definem, sequer, no obscuro longínquo desta visão única – a *América do Sul*... É *dela* que se fala. Mesmo quando venham nomes particularizados – Peru, Venezuela, Uruguai... não importa: o que está ali, a imagem que se tem na mente é a da América do Sul (BOMFIM, 2005, p.41)<sup>15</sup>.

Constrói, sobre a vacilante base do conhecimento europeu em relação à América Latina, sua denúncia contra a assimilação passiva das interpretações de além mar, que, por se revelarem frágeis e imprecisas em relação à América, não seriam dignas de

<sup>15</sup> Cumpre destacar que Bomfim usa indistintamente América do Sul e América Latina para se referir ao espaço latino-americano.



reverência. Reprova: “a inteira ignorância das nossas condições e da nossa história social e política, no passado e no presente” (BOMFIM, 2005, p.44). Finalmente, tece duras críticas ao comportamento analítico leviano e superficial, consequência imediata da ignorância europeia.

A esse respeito observa Darcy Ribeiro, em ensaio acalorado, que:

Vivendo em Paris, onde estudava psicologia em 1903, Manoel Bomfim, em lugar de cair na basbaquice de quase todos os brasileiros viajados, escreve indignado, esse livro de protesto e de denúncia contra a visão preconceituosa e interesseira que os europeus têm dos latino-americanos. Toda a sabedoria deles concernente a nós se reduz – nos diz Manoel Bomfim – “a sentenças invariavelmente condenatórias”. Contra nossa maneira de ser e de viver. Contra nossa suposta inferioridade racial de povos mestiços, que nos tornaria inaptos para o progresso. Contra nossa preguiça congênita, que nos impediria de explorar imensas riquezas naturais que detemos imerecidamente. Contra nosso atraso irredutível de povos tropicais e luxuriosos (RIBEIRO, 2005, p.13-14).

Esse posicionamento adotado por Bomfim, se, por um lado, recebe esta afirmativa recepção do antropólogo Darcy Ribeiro, por outro, não passará imune à crítica romeriana. Seu provocativo contrerrâneo, mesmo quando parece ceder a certo elogio, logo o rebate, criticando, por exemplo, o fato de Bomfim se desestabilizar em suas argumentações sempre que repensa sua identidade e se percebe como um pensador latino-americano. Esse fato fica muito claro no fragmento abaixo:

Quando, despreocupado dos fantasmas da arrogância europeia, lança as vistas no continente sul-americano e nomeadamente no Brasil, chega a enxergar alguns atos reais e a dizer a verdade. Mas esse estado de espírito se esvai, sempre que o escritor se lembra que é filho da América e desta tem dito mal alguns europeus ... Então já as máculas, que via no corpo social de nossas gentes, deixam de ser verdadeiras e se transformam em eructações de calunia de estranhos, maus ou invejosos... (ROMERO, 1906, p.16).

Bomfim, no entanto, acredita ser o juízo europeu condenatório às nações latino-americanas, algo extremamente prejudicial, ao menos por duas razões. Primeira, incutia nos próprios latino-americanos uma descrença em suas capacidades e possibilidades de transformação. Isso fica nítido quando, possivelmente se utilizando de seus conhecimentos em psicologia, aborda os prejuízos vividos por aqueles que, desde o princípio, se veem culpados e, por essa razão, inferiorizados: “Somos a criança a quem se repete continuamente: ‘Não prestas para nada; nunca serás nada...’, e que acabará aceitando essa opinião, conformando-se com ela, desmoralizando-se, perdendo todos os

estímulos” (BOMFIM, 2005, p.47). Segundo ponto, esse jugo condenatório europeu contagiava os valores e conceitos norte-americanos, que logo passavam a observar as novas nacionalidades ao sul de seu território com certo ar de desprezo.

Por ora, preserva-nos a teoria de Monroe por detrás do poder e riqueza dos EUA; e é este um dos graves inconvenientes da atitude malévola e agressiva da Europa. A perspectiva de um ataque nem por isso desaparece; nada nos garante que a grande República queira manter, para sempre, esse papel de salvaguarda e defesa das nações sul-americanas. É preciso notar que sobre a opinião pública norte-americana se refletem os efeitos dos juízos e conceitos com que a Europa nos condena, e que os políticos americanos nos consideram também: *ingovernáveis*, *imprestáveis* quase (BOMFIM, 2005, p.48, grifos do autor).

Em uma fórmula simples, podemos sintetizar dizendo que, para Bomfim, quem primeiro age agressivamente sobre os países latino-americanos são os teóricos e pensadores europeus, pois os difamam. Em seguida, os Estados Unidos, por meio da “teoria de Monroe” passam a os “preservar”, porém adotando uma suposta ideia de fragilidade político-social. Por ser assim, consideram-se soberanos para empregar uma política intervencionista em diversos níveis: econômico, político e cultural; da maneira como bem entendem, seguindo a dimensão que achem mais conveniente aos seus próprios interesses.

Bomfim, uma vez que em sua obra dedica-se basicamente à colonização ibérica, desenvolve pouca discussão a respeito da crescente influência estadunidense em assuntos concernentes à América Latina. Entretanto, é possível perceber que mesmo sem se dedicar a um levantamento mais atento dos confrontos de poder entre os Estados Unidos e a América Latina, o autor não deixa de perceber as problemáticas envolvendo as novas relações geopolíticas que se estabeleciam entre as Américas.

## JOSÉ ENRIQUE RODÓ: TRÂNSITO ENTRE CRIAÇÕES

### Uma leitura de *Ariel*

*São obras e não livros, escritores e não  
meros autores que fazem e ilustram uma  
literatura*

(José Veríssimo, *História da literatura  
brasileira*)

A fronteira entre o século XIX e o XX apresenta um singular *elo de transição*, no que se refere à construção discursiva do pensamento latino-americano, materializado nas páginas de *Ariel*, do ensaísta uruguaio José Enrique Rodó. Se, por um lado, o autor conserva como preocupação primordial de suas discussões o estabelecimento de uma identidade comum entre as novas nacionalidades latino-americanas, por outro, não desconsidera a influência dos Estados Unidos no novo cenário geopolítico da América. Ao contrário, procura investigar mais diretamente as propostas intervencionistas estadunidenses sobre o restante do continente americano, localizado ao sul do Rio Bravo.

Por conta desse contexto transformativo, em *Ariel* há uma grande ênfase no processo de capacitação de um restrito conjunto de pessoas, preferencialmente homens imbuídos de um espírito jovem ou, como observa Hugo Achugar, uma juventude “letrada, branca e masculina” (ACHUGAR, 2006, p.112). O maior ofício desses “escolhidos” está na organização e liderança de um povo novo que, em consequência de inúmeros fatores históricos, ainda não se reconhece plenamente constituído, uma vez que não estabelece sintonia identitária. Encontrava-se, dessa forma, alheio a si, variando ao sabor das diferentes tendências – de ação e pensamento – que atingem a porção territorial latino-americana. Nas palavras do autor, esses seriam “povos que ainda estão se formando e modelando sua individualidade nacional” (RODÓ, 1991, p.70).

Há, então, nas páginas de *Ariel*, o esforço em partir do interior desse recente fenômeno latino-americano, com o objetivo de construir uma identidade genuinamente própria, como bem registra na discussão proposta pelo fragmento a seguir.

É possível que falte a nosso caráter coletivo o contorno nítido da “personalidade”. Mas, na ausência dessa índole plenamente diferenciada e autônoma, temos – nós, os latino-americanos – uma herança de raça, uma grande tradição étnica a manter, um vínculo sagrado que nos une a páginas imortais da História, confiando à nossa honra sua continuidade no futuro. O cosmopolitismo, que devemos acatar como uma necessidade irresistível de nossa formação, não exclui esse sentimento de fidelidade ao passado, nem a força diretriz e modeladora com que o gênio da raça deve se impor na refundição dos elementos que constituirão o definitivo americano do futuro (RODÓ, 1991, p.72-73).

Com a finalidade de preparar esse caminho futuro, Rodó elabora um personagem eloquente que se caracteriza por apresentar qualidades professorais, nomeado unanimemente por seus alunos como “Próspero”.<sup>16</sup> Esse mestre, civilizado à europeia, constrói seu discurso por meio de uma fala extremamente simbólica, contendo em seu cerne toda a cultura produzida e acumulada pelo velho mundo. Seu modo de proceder é encontrado costumeiramente nos mais distintos pensadores latino-americanos do período em questão, como bem observa a historiadora Claudia Wasserman, ao estudar o processo de formação das nacionalidades latino-americanas:

Num primeiro momento, até o período que se abre com a 1ª Guerra Mundial, os discursos políticos e historiográficos estiveram altamente influenciados pelos modelos estrangeiros. As nações europeias serviam de parâmetro ideal para a análise das realidades latino-americanas e o paradigma civilizatório era tido como meta a ser alcançada (WASSERMAN, 2007, p.260).

O vínculo com o pensamento de origem europeia, estabelecido por Rodó, pode também ser constatado pela observação de sua matriz teórica. *Ariel* traz referências e/ou citações de autores como Ernest Renan, Jean-Marie Guyau, Auguste Comte, Thomas Carlyle, Hebert Spencer, Friedrich Nietzsche, entre outros. Além disso, a estrutura do comportamento e da relação estabelecida entre Próspero e seus discípulos nos remete aos requintes de organização presentes nas mais altas esferas culturais do mundo europeu.

---

<sup>16</sup> Convém lembrar que, em *Ariel*, há ressonâncias da peça *A Tempestade*, de William Shakespeare, na qual sobressaem três personagens: Próspero, o administrador; Ariel, o espírito ajudador; e Caliban, o bárbaro.

O grupo se reúne em uma sala ricamente adornada com uma bela estátua de Ariel. Nesse ambiente restrito, o mestre se prepara para expor, pela última vez, seus ideais diante da plateia de fiéis admiradores. Reconhece, a todo o momento nos jovens discípulos, a força motriz capaz de transformar os demais componentes do complexo “organismo social” latino-americano. Assim, professa: “os dotes do espírito jovem – o entusiasmo e a esperança – correspondem, nas harmonias da História e da Natureza, ao movimento e à luz” (RODÓ, 1991, p.19, maiúsculas alegorizantes do autor)

Contudo, para legitimar, de forma plena, o prestígio que vota à juventude, Próspero retorna aos áureos tempos da Grécia, e a transforma em um verdadeiro paradigma a ser rememorado. Considera que a alma helênica sempre demonstrou possuir uma juventude perene:

Quando a Grécia nasceu, os deuses lhe presentearam o segredo de sua juventude imorredoura. A Grécia é a alma jovem [...] A Grécia realizou grandes coisas porque teve, da juventude, a alegria que é o ambiente da ação, e o entusiasmo, que é a alavanca onipotente (RODÓ, 1991, p.18).

Com base nessas palavras iniciais de Próspero, podemos compreender grande parte dos posicionamentos adotados ao longo do ensaio. É preciso ter em mente, ainda, que a presença de um enredo bem urdido, em *Ariel*, sinaliza para o fato de que todo o processo – de independência e desenvolvimento da América Latina – deveria seguir um roteiro previamente exposto por grandes conhecedores e homens de letras. Nesse enredo, que ora observamos, os encadeamentos das reflexões surgem a partir do encontro entre professor e alunos, mantendo bem revelado, desde o início, um ponto de hierarquia entre os interessados.

Textualmente, seu discurso encontra-se dividido em seis partes, além de um prólogo e um epílogo que dão conta das informações introdutórias, bem como do desfecho, com a dispersão dos alunos. A primeira parte irá expressar, sobretudo, a necessidade de uma juventude ativa, realizadora de metas ideais: “Cabe ao espírito juvenil a iniciativa ousada, a genialidade inovadora” (RODÓ, 1991, p.25). A segunda, no entanto, introduz a indesejável disseminação da ação utilitarista, empobrecedora e mutiladora do espírito, uma vez que estabelece a tirania de um objetivo único e interessado no coração das pessoas. Contra isso, Próspero recomenda: “Aspirai, pois, a desenvolver no possível não apenas um aspecto, mas a plenitude de vosso ser” (RODÓ, 1991, p.27).

A terceira parte contém uma valorização do “sentimento do belo”, e essa busca por uma compreensão do belo se justifica quando o mestre observa: “Parece-me indubitável que quem aprendeu a distinguir entre o vulgar e o delicado, o feio e o belo, já tem meio caminho andado para distinguir entre o mal e o bem” (RODÓ, 1991, p.41). Na quarta, intensifica a crítica ao utilitarismo, contudo, somente na quinta e na sexta partes, segmentos finais de sua exposição, Próspero fala reiteradamente na presença dos Estados Unidos como representantes do espírito utilitário e da democracia mal entendida: “A poderosa federação vem realizando entre nós uma espécie de conquista moral” (Idem, p.69).

Elaborado esse panorama, podemos voltar ao teor da mensagem presente em *Ariel*. Primeiramente, como observa Antonio Mitre, trata-se de um discurso com alvo certo: conscientizar a juventude a respeito do “perigo que a crescente influência norte-americana representava para os valores da tradição humanista do continente” (MITRE, 2003, p.104). Porém, outras questões também aparecem ao longo do texto ajudando a constituir essa complexa interpretação da cultura e sociedade latino-americana.

Na opinião do próprio Mitre, será a antinomia “tradição e mudança”, antes mesmo da crítica ao imperialismo norte-americano, que balizará todo esse intrincado esquema presente em *Ariel*. Conforme observa o autor, “[...] a matriz que organiza o discurso de *Ariel*, conferindo um sentido particular aos tópicos de que trata – a crítica ao utilitarismo e à deformação democrática, a vulgarização da cultura, a apologia do ócio, o cosmopolitismo e outros –, é o conflito entre tradição e mudança” (MITRE, 2003, p.104). Portanto, procuraremos analisar criticamente, em nossa leitura de *Ariel*, alguns dos aspectos pontuados por Mitre, entretanto, primeiramente abordaremos alguns acontecimentos que antecedem a escrita do ensaio, bem como rastreamos o poder de alcance do mesmo ao longo do século XX.

### **Contexto que antecede a escrita de *Ariel***

*Minha América, minha terra à vista  
Reino de paz, se um homem só a  
conquista.*

(Augusto de Campos, a partir de um poema de John Donne, “Elegia”)

Simón Bolívar, em sua *Carta da Jamaica* (1815), é o pioneiro a conceber uma ideia de união entre os países americanos. Demonstra seu sentimento agregador, propondo o estabelecimento de uma confederação americana que englobasse as repúblicas hispano-americanas. “Já que se tem uma única origem, uma língua, os mesmos costumes e uma mesma religião, deveríamos, por consequência, ter um só governo da confederação dos diferentes Estados que venham a se formar” (LARRAZÁBEL, 1865, apud SANTOS, 2004, p.78).

Reflexões como esta levam Bolívar a convocar uma reunião no istmo do Panamá, em 1826, cujo resultado é estender seu horizonte de compreensão americana. Devido a esse fato, Luís Cláudio Villafañe Santos, destaca: “Com o Congresso do Panamá, em 1826, essa concepção ampliou-se para também englobar os Estados Unidos e o Brasil, que acabaram sendo convidados para o projeto de confederação de Bolívar” (SANTOS, 2004, p.60).

O contexto de ação da vertente bolivariana coincide com a reação conservadora que se formava na Europa em torno da Santa Aliança do Congresso de Viena, surgida após a queda de Napoleão Bonaparte. Procurava-se, então, restaurar os princípios do Antigo Regime, o que acarretaria em intervenções europeias sobre terras americanas com o intuito de restabelecer os vínculos com as antigas colônias. Esse fato, ao mesmo tempo em que levou Bolívar a avançar em seu projeto integracionista, também colocou os EUA em estado de alerta. A expressão máxima desse posicionamento se concentra na mensagem levada ao Congresso pelo presidente James Monroe, em 1823, dizendo: “[...] os continentes americanos, por sua condição livre e independente que têm assumido e mantido, não serão desse modo considerados como sujeitos à colonização futura por quaisquer dos poderes europeus [...]” (MONROE, *apud* MORRIS 1964, p.124). Com estas palavras iniciava-se o que ficou conhecido como Doutrina Monroe, apoiando-se em três princípios gerais:

a) o continente americano não pode ser objeto de recolonização; b) é inadmissível a intervenção de qualquer país europeu nos negócios internos ou externos de países americanos e, finalmente c) os Estados Unidos se absterão de intervir nos negócios pertinentes aos países europeus (CHILLING, 1991, p.13).

Diante desse tripé de sustentação ideológica, percebe-se com mais clareza o significado das palavras contidas na mensagem do presidente Monroe. Porém, ela não é apenas fruto de uma reação à postura conservadora europeia, simbolizada na Santa

Aliança, antes disso, como bem observa Cristina Soreanu Pecequilo, em seu amplo estudo sobre a política externa dos Estados Unidos, as propostas de Monroe já estavam em pauta entre aqueles que lideravam as ações externas norte-americanas:

A Doutrina Monroe tem como antecedentes o processo de libertação das antigas colônias ibéricas no hemisfério, em uma onda que durou de 1808 a 1826, facilitada e impulsionada pelo menor controle europeu no continente devido a seus problemas internos (expansão napoleônica). À exceção do Brasil, que se tornou uma monarquia, os processos de independência foram influenciados pelos ideais das revoluções Americana e Francesa, visando, além da autonomia, a instalação de regimes políticos republicanos, democráticos e libertários. Neste quadro, pressionados por sua própria retórica de funcionarem como uma “luz” para a humanidade, para aqueles que desejassem seguir o exemplo e realidade de sua experiência, os Estados Unidos não podiam ignorar a inspiração desses movimentos, efetuando, pelo menos, o processo de reconhecimento desses novos Estados. (PECEQUILO, 2005, p.67)

Diante desse panorama transformativo, quando em 2 de dezembro de 1823, a Doutrina Monroe foi realmente promulgada, a mensagem que continha em seu cerne era uma verdadeira advertência às potências do outro lado do Atlântico. Primeiramente, o aviso para que não tentassem reativar a política de recolonização e, em seguida, a declaração de que não interferissem nos princípios republicanos adotados após o início do processo de emancipação das novas nacionalidades.

Alguns estudiosos desse período, quando avaliam os estágios de aproximação entre os países americanos, acreditam que o monroísmo não resultou, imediatamente, em iniciativas concretas. Luís Cláudio Santos, por exemplo, argumenta que: “indiscutivelmente, *a armada inglesa* foi o fator-chave para dissipar a ameaça de uma intervenção das antigas metrópoles, a despeito da declaração de 1823”. (SANTOS, 2004, p.70, grifo nosso). Segundo o autor, a efetiva atuação dos Estados Unidos nos assuntos relativos aos demais países do continente americano, deu-se apenas a partir da década de 1880, “quando passaram a liderar essas iniciativas sob a bandeira do pan-americanismo”. (SANTOS, 2004, p.70)

Nosso intuito não é precisar o momento exato em que os Estados Unidos conseguem se impor como líder continental, afastando as antigas metrópoles ibéricas e demais zonas de influência europeia, pretendemos apenas observar, brevemente, as transformações por que a Doutrina Monroe passa ao longo do século XIX, chegando a ser reconhecida como um primeiro estágio para as políticas pan-americanas, postas em



vigor nas últimas décadas do século XIX e início do século XX. Nesse segundo momento histórico, situam-se as produções ensaísticas de José Enrique Rodó e de Manoel Bomfim.

Antes de mais nada, porém, é preciso ter em mente que, ao longo do século XIX, as interpretações, em relação ao conceito base de “América para os americanos”, foram se transformando, dentro do próprio ideário norte-americano. Eduardo Prado, ácido crítico do modelo representado pelos EUA, em sua obra *A ilusão americana*, tece algumas considerações sobre esse fato. Para isso, menciona um conhecido estadista americano, antigo secretário de estado, referido apenas como Sr. Evarts. Este, segundo Prado, “entre as gargalhadas dos ianques e os sorrisos, amarelos, dos mexicanos (notáveis)”, em banquete presidido pelo General Grant<sup>17</sup>, discursava:

A doutrina Monroe é por certo uma boa coisa, mas, como todas as coisas boas antiquadas, precisa de ser reformada. Essa doutrina resume-se nesta frase: A América para os americanos. Ora, eu proporia com prazer um aditamento: Para os americanos, sim senhor, mas, entendamo-nos, para os americanos do norte. Começemos pelo nosso caro vizinho, o México, de que já comemos um bocado em 1848. [...]. A América Central virá depois, abrindo nosso apetite para quando chegar a vez da América do Sul. Olhando para o mapa vemos que aquele continente tem a forma de um presunto. Uncle Sam é bom garfo; há de devorar o presunto. Isto é fatal, isto é apenas questão de tempo. A bandeira estrelada é bastante grande para estender a sua sombra gloriosa de um oceano a outro. Um dia ela flutuará única e ovante do Polo Norte ao Polo Austral. (PRADO, 1961, p.51)

Como é referido, no fragmento, uma das fases desse itinerário de transformações por que passou os Estados Unidos em relação ao restante da América se anuncia no conflito territorial com o México (1846-1848). Entretanto, outro ponto de destaque nesse processo dinâmico de resignificação da expressão “América para os americanos” se encontra no desmantelamento das *Províncias Unidas de Centro América* entre 1838/39. Cinco pequenas repúblicas são formadas: Guatemala, El Salvador, Nicarágua, Honduras e Costa Rica. O aventureiro norte-americano William Walker, por exemplo, assume o poder na Nicarágua (1856-1857). Fato ainda relevante, nesse trabalho de revisão histórica dos posicionamentos em direção a uma relação cada vez mais assimétrica entre as nacionalidades latino-americanas e os Estados Unidos, é a experiência resultante da Guerra Hispano-Americana (1898). Como observa Pecequillo:

---

<sup>17</sup> Ulisses S. Grant comandou os federalistas do norte na Guerra de Secessão (1861-1865), sendo promovido a General após este conflito. Em 1868 elegeu-se como décimo oitavo presidente dos Estados Unidos

Com a Guerra Hispano-Americana, os Estados Unidos *inauguraram uma nova fase de seu relacionamento com o hemisfério*, mas, mais importante, sinalizaram que haviam se tornado uma potência pronta para defender seus interesses externamente, inclusive com o uso da força. A intervenção em Cuba teve vários significados: primeiro, retomou e aprofundou os temas definidos dentro das prioridades estabelecidas no sistema americano com a Doutrina Monroe e, segundo, sinalizou os primeiros passos em direção à expansão mais acentuada do poder norte-americano no mundo, criando o seu próprio império. (PECEQUILO, 2005, p.82, grifo nosso)

Alguns anos antes da eclosão do conflito, o cubano José Martí escreve “Nossa América” (1891), texto de caráter vigoroso e doutrinário cujo intuito é persuadir aqueles que se dedicam aos temas americanos. Escrito diretamente de Nova Iorque, onde se encontra exilado por articular a libertação de Cuba do jugo espanhol, seu texto contém a expressão das glórias e crises que particularmente o invadem como homem latino-americano de seu tempo. Em determinado momento, antecipa algumas discussões que serão recorrentes entre a intelectualidade latino-americana pós-1898:

O dever urgente de nossa América é mostrar-se como é, unida em alma e intenção, vencedora veloz de um passado sufocante. O desprezo do formidável vizinho [EUA], que nos desconhece, é o maior perigo de nossa América; e é urgente, já que o dia da visita está próximo, que o vizinho a conheça, que a conheça logo, para que não a despreze” (MARTÍ, 1983, p.200).

A América hispânica de uma maneira geral vive, na passagem do século XIX para o XX, o mal-estar do imediato pós-guerra hispano-americana, de 1898. Findado o conflito, os Estados Unidos expulsam a Espanha e assumem o controle sobre a ilha de Cuba. Esse fato leva à derrocada do antigo império espanhol, que deixa de exercer papel de mando sobre a ilha, uma vez que esta passa a ser protetorado dos Estados Unidos. Nesse momento, instaura-se, segundo palavras do cubano Fernando Martínez Heredia, o neocolonialismo: “Esse país (EUA) inaugurou o neocolonialismo no mundo conosco, há pouco mais de um século” (HEREDIA, 2006, p.192).

Diante desses acontecimentos, um número significativo de intelectuais hispano-americanos se posiciona contra essa explícita transferência de zona de poder, da Europa para os Estados Unidos. *Ariel* surge justamente estimulado pelo espírito dessa discussão. Maria Lígia Coelho Prado, em “O Brasil e a distante América do Sul”, confirma esse fato ao afirmar: “Publicado em 1900, *Ariel* valorizava as tradições hispânicas como fonte primordial da cultura latino-americana, e fora inspirado, pelo menos em parte, pela intervenção norte-americana na guerra hispano-cubana de 1898”

(PRADO, 2001, p.40). Octávio Ianni, por sua vez, em prefácio à edição brasileira da obra, registra:

[...] Rodó escreve *Ariel* na época em que a guerra hispano-americana de 1898 surpreendeu muitos latino-americanos. Em lugar da independência que almejavam, Porto Rico e Cuba foram submetidos pelo governo dos Estados Unidos. Nesse momento, uma parte do pensamento latino-americano colocou-se não só contra o intervencionismo dos Estados Unidos, mas contra o modelo norte-americano de modernização. (IANNI, 1991, p.10)

Outros historiadores também pontuam a importância que o contexto do imediato pós-guerra teve como dinamizador de novas proposições no cenário geopolítico ocidental de maneira geral, e latino-americano em particular. Esse é o caso do historiador Marcos Alves Souza, que, em um estudo particularmente focado no pensamento de Rodó, faz importantes considerações sobre as consequências do conflito na interpretação de alguns intelectuais latino-americanos:

[...] enquanto a vitória norte-americana sobre a Espanha, em 1898, significava, no cenário mundial, a elevação dos Estados Unidos à categoria de grande potência mundial, ao sul do rio Grande, a esta imagem, somou-se o temor da substituição da influência europeia pela americana, o que levou vários intelectuais latino-americanos a assumirem sua herança cultural espanhola e a declararem que a agressão norte-americana deveria ser sentida por toda a América Latina (SOUZA, 2006, p.78).

Maria Helena Capelato, ao analisar o impacto da independência de Cuba nos intelectuais espanhóis e hispano-americanos, tece observações interessantes em relação a este tão efervescente momento:

Em 1898 os Estados Unidos emergiram como grande potência, e um século depois ainda se mantinham como tal, alcançando uma hegemonia unipolar. Seu primeiro feito de destaque foi a derrubada dos últimos bastiões espanhóis na América (Cuba e Porto Rico) e na Ásia (Filipinas). Mas 98 não representou unicamente uma grande vitória da nova potência imperialista – os EUA –, mas o fim do decadente colonialismo espanhol” (CAPELATO, 2003, p.36).

Com o fim do conflito de 1898, ao menos dois fatos ocorrem simultaneamente: os Estados Unidos se elevam, definitivamente, à posição de liderança na América e a Espanha perde o *status* de dominadora em território americano. Por essa razão, Capelato percebe uma maior convergência ideológica entre espanhóis e hispânicos, formando o conceito de *hispanidad*, que trava, entre outras discussões, comparações em torno da cultura saxônica *versus* a cultura latina. Dentre os nomes dessa “geração de 98”,

destacam-se Miguel de Unamuno, Pio Baroja, Ramiro de Maeztu, Valle Inclán, Benavente e Rubén Darío.

Outros fatos também contribuíram para avivar o sentimento antinorte-americano, bem como produzir uma consciência a respeito da influência dos EUA nos assuntos da região, são eles: a anexação de Porto Rico, a anexação das Filipinas e a ocupação de Cuba. Dado esse quadro, podemos compreender melhor o que Capelato percebe como uma “mudança de visão” entre antiga metrópole e antiga colônia:

A mudança de visão da Espanha com relação à América e vice-versa se deu a partir de acontecimentos ocorridos nesses dois mundos: no que se refere ao mundo espanhol, é preciso levar em conta que a atuação conjunta de intelectuais hispano-americanos, como Rubén Darío, com os espanhóis no projeto regenerador foi muito importante; no mundo americano, há que se considerar que a chegada de inúmeros imigrantes espanhóis na América, a partir da segunda metade do século XIX, alterou a visão que os americanos tinham do poder da metrópole e de seus filhos colonizadores. O intercâmbio intelectual aproximou espanhóis e hispano-americanos. Além disso, a animosidade contra os EUA era um denominador comum (CAPELATO, 2003, p.50).

*Ariel*, de Rodó, participa desse clima de impasse ante as profundas transformações que, lentamente, se concretizam sobre a região continental latino-americana. Temendo transformações profundas, uma vez que percebe o quanto os olhares de admiração e subsequente submissão das lideranças latino-americanas são transferidos das nações europeias para os Estados Unidos, o pensador uruguaio alerta: “Imita-se aquele em cuja superioridade ou prestígio se acredita” (RODÓ, 1991, p.70). Com isso, teme que a América Latina seja invadida por uma grande onda utilitária capaz de frustrar, ideologicamente, qualquer sonho de uma América espiritual, etérea e, assim, original. Essa manobra imitativa resulta em uma *deslatinização* da América do Sul. Como demonstra sinteticamente Emir Rodríguez Monegal, “La guerra entre Estados Unidos y España por la posesión de Cuba, y lo que ella implicaba de amenaza intervencionista para las naciones hispanoamericanas, le preocupó intensamente” (MONEGAL, 1957, p.192). Será como resposta a essa preocupação absorvente que *Ariel* ganhará corpo discursivo, em forma de ensaio.

## Recepção crítica

*Para compreender que o céu é azul em toda parte, não nos é necessário percorrer o mundo.*

(Johann Wolfgang von Goethe)

Não é preciso muitas especulações a respeito de um autor e de uma obra para averiguarmos a existência de êxitos ou fracassos em suas realizações. Um simples comentário do crítico uruguaio Angel Rama pode ser suficiente para a compreensão do fenômeno *Ariel* entre seus companheiros de geração: “Como tercer opúsculo de *La Vida Nueva*<sup>18</sup>, aparece *Ariel* en febrero. El texto consigue el apoyo de la crítica española (Valera, Leopoldo Alas, Unamuno, Altamira, Gómez de Baquero, en la *Revista Crítica, El Imparcial, La lectura*, etc)” (RAMA, 1976, p.340). Em 1900, um jovem escritor de um pequeno país hispano-americano conseguir o apoio dos grandes expoentes da crítica espanhola era um feito significativo, ademais, proporcionava uma maior visibilidade à obra dentro de seu próprio continente, uma vez que, como observa Gonzalo Varela Petito, “al principio el libro se vendía poco, pero casi enseguida llegó el espaldarazo de Leopoldo Alas (*Clarín*) quien junto con Juan Valera (que con algunas reservas también reseñó el libro) enseñoreaba la crítica literaria en español” (PETITO, 2002, p.61).

Em se tratando de uma edição de *Ariel* publicada pela Biblioteca Ayacucho, Angel Rama irá fazer novamente importantes considerações em relação aos aspectos receptivos do ensaio rodoniano, registra que: “*Ariel* tuvo primera y segunda edición en Montevideo [...]. En vida del autor se hicieron otras cinco ediciones [...]” (RAMA, 1976, p.CV). Não nos é informada a tiragem de cada edição, mas de toda maneira, uma obra que ao longo de 17 anos recebe cinco edições certamente contém um material instigante e prolífero, capaz de perdurar por um longo período. Tanto é assim que Liliana Irene Weinberg, em “Una lectura de *Ariel*”, tece uma observação que une o presente ao passado, no processo de consolidação canônica da obra:

[...] *Ariel* sigue constituyendo un punto de referencia obligado para quienes deseen entender ese temprano movimiento que inspiró a muchos sectores pensantes de la región, tendió un puente fundamental

<sup>18</sup> *Ariel* faz parte de um conjunto sequencial de obras, a coleção *La vida nueva*, da qual saíram outros dois volumes. O primeiro contendo os escritos “El que vendrá” e “La novela nueva” e o segundo um estudo sobre “Ruben Dario”.

con representantes de la inteligencia europea y particularmente española y tuvo hondas repercusiones en la intelectualidad de principios del siglo XX (WEINBERG, 2002, p.134).

As razões de tamanho êxito se devem, no entanto, a um conjunto de elementos extra e intratextuais. Para citar apenas um exemplo de cada esfera, destacamos dois fatores em meio aos demais: primeiro, o contexto do pós-guerra hispano-americana (1898), alterador de relações na geopolítica do continente; segundo, a qualidade da proposta interpretativa de Rodó, utilizando-se de personagens simbólicos e recursos narrativos para obter um resultado final singular. Entrando em consonância com nossa argumentação, Fernando Ainsa em “El centenario de *Ariel*: una lectura para el 2000”<sup>19</sup>, tece as seguintes considerações:

Las interpretaciones de las razones del éxito singular de la obra de Rodó coincidirían desde el principio en que ‘las palabras de Ariel se dijeron en el momento oportuno’ (Pedro Henríquez Ureña), porque tuvieron la virtud profética de lanzar, en su hora, la palabra necesaria y decisiva (Alberto Zum Felde), ya que el autor de *Ariel* ‘simbolizó las más bellas y hermosas aspiraciones de nuestra América’ (Max Henríquez Ureña) (AINSA, 2002, p.89).

Em se tratando de uma discussão da recepção da obra, convém destacar que alguns de seus leitores críticos procuram com mais afinco mapear o alcance que essa obteve entre os pensadores do período situados em ambas as margens do Atlântico. Emir Rodríguez Monegal registra sua avaliação em relação ao fenômeno de *Ariel* da seguinte maneira:

La fama de Rodó no ha llegado aún más alta que *Ariel*. Es el libro que lo reveló a un ancho público hispánico; el libro que levó su palabra a España, a toda América; el libro que sigue asociado indisolublemente a su nombre. La popularidad fue inmediata. Los críticos más prestigiosos de habla española saludaron su aparición. En España escribieron Leopoldo Alas, Miguel de Unamuno, Juan Valera, Rafael Altamira; en América lo saludaron como maestro las jóvenes generaciones y acusaron temprano testimonio de su huella Pedro Henríquez Ureña, Alfonso Reyes, Francisco García Calderón, Jesús Castellanos, Gonzalo Zaldumbide. Las ediciones se multiplicaron (MONEGAL, 1957, p.201).

Focando-se mais diretamente na repercussão setorizada entre a juventude hispanoamericana, Gonzalo Varela Petito destaca alguns discípulos do “arielismo” e suas novas perspectivas:

---

<sup>19</sup> Nota-se que, dentro do fragmento retirado do ensaio de Fernando Ainsa, outros tantos distintos olhares críticos à Rodó são contemplados.

Quienes recibieron el ‘evangelio’ de *Ariel* en su juventud (Alfonso Reyes, Mario de la Cueva, Gonzalo Zaldumbide) recuerdan que antes habían sido educados en la noción de países latinoamericanos ajenos entre sí y que ‘España’ era mala palabra, pues sonaba a todos los males de Hispanoamérica. Rodó hizo mucho por cambiar esta perspectiva (PETITO, 2002, p.72).

Varela Petito revela em sua análise uma característica fundamental de *Ariel*: sua tentativa de reunir o conjunto de países latino-americanos em uma mesma sintonia, ao mesmo tempo em que busca certa reconciliação com a Espanha tida por muitos como “mala palabra”. Rodó ante ao duplo caminho apresentado pós-98, um aparentemente malogrado de raízes latinas e outro oferecendo a novidade da “nordomanía”, opta por aproximações com o derrocado império espanhol. Por essa razão, há dois movimentos em *Ariel*, um que busca uma aproximação entre os países latino-americanos (relação intracontinental), outro que aponta para o retorno à matriz latina situada na Europa (relação intercontinental).

Avançando um pouco mais no aspecto interpretativo, temos o comentário de María Andueza. Em “Los hijos de *Ariel*”, a autora sinaliza para o fato de existir um forte dualismo entre dois paradigmas. O primeiro, endossado por Rodó, estaria baseado no espiritualismo puro, disciplinado e auxiliador, simbolizado por Ariel que, transposto para a esfera político-social, deveria ser adotado como um ideal no território latino-americano. O segundo, refutado por Rodó, seria a encarnação da torpeza, da carnalidade, da inclinação corruptível manifesta no Homem, esse modelo passa a ser correlacionado com o caráter utilitarista e materialista presente na proposta de modernização norte-americana. Assim, Andueza afirma:

El entusiasmo que despertó la publicación de *Ariel* fue extraordinario entre el gran número de sus seguidores, congregados bajo el signo protector de *Ariel*. El triunfo de este libro sobrepasó las fronteras y estableció relaciones internacionales con el mundo hispánico. Muchos fueron los hijos de *Ariel*, pero también fueron muchos los disidentes que se dejaron seducir por Calibán, porque si bien la ideología arielista atraía profundamente por espiritual y desinteresada, el utilitarismo norteamericano arrastró poderosamente con su fuerte corriente materialista de lucro y de ambición” (ANDUEZA, 2002, p.107-108).

Em relação à excelente aceitação pública de seu “terceiro opúsculo”, o próprio José Enrique Rodó, em janeiro de 1908, em carta ao espanhol Rafael Altamira, observa: “Antes de lançar [*Motivos de*] *Proteu*, publicarei uma quarta edição de *Ariel*, do feliz

*Ariel* que, com uma boa sorte que me assombra, ainda hoje provoca acesos comentários e desperta ecos de simpatia em toda América” (RODÓ, 1991, p.114-115).

Para Antonio Mitre, *Ariel* é “uma das maiores influências na história intelectual do continente latino-americano” (MITRE, 2003, p.103). Esse fato decorre de seu amplo público leitor ao longo das primeiras décadas do século XX. Porém, esse público mostra-se reduzido nos dias atuais. Talvez o que tenha atenuado a popularidade desse ensaio seja a existência de certa crise em relação ao mito de uma América Latina espiritual e humanista. Ingredientes como esses não compõem um possível projeto de identidade na contemporaneidade, ao contrário, são refutados como alternativas antiquadas. Desse modo, pensar em uma América descompromissada com os valores utilitários se transformou em uma utopia absoluta ante uma sociedade culturalmente massificada.

### **José Veríssimo, leitor de *Ariel***

Após observar esses múltiplos olhares sobre a repercussão dessa destacada obra, reservamos um espaço especial para a discussão da leitura empreendida por José Veríssimo, em artigo intitulado “A regeneração da América Latina”. Dois livros são postos em destaque nesta oportunidade por Veríssimo, o primeiro o do “publicista e economista” argentino A. Rodríguez del Busto e o outro do “artista e crítico” uruguaio José Enrique Rodó. Segundo a historiadora Maria Ligia Prado, Veríssimo faz nesse artigo uma verdadeira resenha do livro de seu contemporâneo uruguaio.

Seu primeiro ato é questionar o próprio título da obra, *Ariel*, dizendo: “O opúsculo do escritor uruguaio Sr. Enrique Rodó, em vez do seu título enigmático de fantasia artística, poderia levar o que dei a este artigo [“A regeneração da América Latina”]” (VERÍSSIMO, 1986, p.23). Ao afirmar isso, Veríssimo assume um posicionamento diante de alguns dos embates vividos pela intelectualidade daquele momento. Propor um título homônimo ao de seu artigo é o mesmo que assentir com o posicionamento crítico de Rodó em relação ao utilitarismo representado pelo modelo norte-americano e sua oposição ao idealismo espiritualista latino-americano. Chamar esse processo de fortalecimento do símbolo de Ariel – o paradigma ideal – de “regeneração” é estar inclinado a aceitar como afirmativo o horizonte oferecido por Rodó.



Assim, afinam-se as bases interpretativas entre ambos os autores. Entretanto, mais adiante, Veríssimo contextualiza melhor alguns fatores geopolíticos responsáveis por conjugar muitas das preocupações presentes no ensaio rodoniano, e aproveita para expressar seu engano quando supôs um posicionamento hispano-americano de completa aversão aos antigos conquistadores espanhóis e de imediata adesão, “senão satisfação”, com a atitude estadunidense na guerra hispano-americana de 1898.

O panfleto do jovem escritor uruguaio é mais um sintoma do despertar do sentimento latino, ou antes do sentimento espanhol na porção ibérica da América. Por ocasião da guerra hispano-cubana e da intervenção norte-americana nessa pugna, *quem escreve estas linhas, com a sua ojeriza pela civilização espanhola*, feita de conquistas sanguinolentas, de inquisição, de fanatismo, e com o seu sincero amor de ver livre o pequeno povo que há vinte e cinco anos estava lutando pela sua independência uma luta atroz e desigual, cometeu o grave erro de supor que, recordando o que elas mesmas sofreram do duríssimo domínio espanhol, e o que lhes custou libertarem-se dele, as nações hispano-americanas veriam, ao menos com indiferença, senão com satisfação, os Estados Unidos tomarem a parte daquela heroica população, como elas hispano-americanas. Engano completo; desde que os Estados Unidos entraram na luta, as simpatias dos hispano-americanos, como previa acertadamente Castelar, voltaram-se todas para a antiga metrópole (VERÍSSIMO, 1986, p.24, grifos nossos).

Após registrar o expressivo “despertar do sentimento latino [...] na porção ibérica da América”, que para um luso-americano como Veríssimo parecia algo improvável, passa a focalizar mais atentamente o professor Próspero, “este mestre [que] ao mesmo tempo ensina a energia, a ação e o ócio nobre”. (Idem, p.28). Verifica que seus ensinamentos são solenes demais para a realidade americana, mantendo-se a todo o momento preso aos moldes da elegância grega. Por essa razão, afirma: “mestres como aquele e alunos como os seus, capazes, uns de discursarem largamente com tal calor e entusiasmo, com tanto coração e inteligência, tanto discernimento e agudeza, outros de o ouvirem atentos e simpáticos por tão largo espaço, creio que não os haverá na América”. (VERÍSSIMO, 1986, p.23)

Um ponto que provavelmente tenha chamado a atenção de Veríssimo é o aspecto pedagógico que a narrativa ensaística de Rodó revela, uma vez que tem como guia um respeitável professor. Impressionado com a aula, Veríssimo comenta: “disse-lhes nobres e comovidas palavras de alento e de energia. Falou-lhes nos deveres superiores da vida, não como um mestre-escola a simples cidadãos, mas a homens” (VERÍSSIMO, 1986, p.27).

Diante dessas observações de Veríssimo ao mestre Próspero, concluímos que o crítico brasileiro, embora considere preciosas as palavras do clássico professor, acredita particularmente estarem um pouco distantes da realidade cultural latino-americana, por esse motivo observamos que seu olhar para Próspero em diversos momentos revela certo aspecto irônico, além de sempre se referir àquele como se fosse um arquétipo do sonhador: “o velho pedagogo é, porém, um idealista impertérito”<sup>20</sup> (Idem, p.29).

### Dualismo em foco

*Quase que depois de Ariel esbarramos em Caliban. A razão é simples. É que a unidade deste livro funda-se numa binômia. Duas almas que moram nas cavernas de um cérebro pouco mais ou menos de poeta escreveram este livro, verdadeira medalha de duas faces.*

(Álvares de Azevedo, prefácio à segunda parte d’*A lira dos vinte anos*)

Uma problemática central em *Ariel* é o confronto entre tradição e mudança. Segundo Mitre, esta antinomia é mais recorrente do que o conteúdo antiimperialista de seu discurso, considerado, ao longo de muitas décadas, o ponto chave do ensaio. Para o crítico, se a denúncia ao imperialismo fosse o grande objetivo de Rodó em seu trabalho, ele não seria tão condescendente com a Europa, que, durante séculos, exerceu poder de mando em larga escala nos mais recônditos locais do globo.

No que concerne à existência de um conflito entre duas partes antagônicas, *Ariel* demonstra ser um espaço fecundo, uma vez que estão presentes em sua explanação, diversos jogos de antíteses: tradição/mudança; Velho Mundo/Novo Mundo; cultura clássica/cultura de massa; espiritualismo/utilitarismo; aristocracia/igualitarismo; idealismo/realismo. Esse jogo entre elementos antagônicos é bem observado por Carlos Real de Azúa:

Mírense las postulaciones básicas de *Ariel*: activa, enérgica incidencia en lo real pero – también – contemplación morosa; apetencias dinamizadoras del hacer humano pero – también – “desinterés” e “idealidad”; forzosa socialidad de la existencia pero – también – defendida retracción en lo íntimo; eficacia necesaria de la tarea

---

<sup>20</sup> Impávido, destemido.

individual pero – también – multiplicidad y versatilidad de atenciones; normas morales heredo-cristianas pero – también – “estética de la conducta”; igualdad democrática pero – también – autoridad de las “élites del valor”; firme sostén físico-natural de la realidad pero – también – un ideal que emerge de él y lo corona (AZÚA, 1976, p.XIX).

Em termos do simbolismo rodoniano, essas sucessivas oposições se condensam em duas figuras: Ariel e Caliban. O primeiro é a representação do espírito livre, puro, sublime e alado, repleto de uma cultura desinteressada, bela, verdadeira e boa. Ariel simboliza, assim, a perfeição clássica, capaz de desenvolver uma obra tão grandiosa que não se reduz a uma demonstração de poder material, mas sim, algo que, mesmo se extinguindo materialmente, como de certo modo ocorreu com a cultura grega, permanece inabalável no espírito da humanidade.

Uma grande civilização, um grande povo – na concepção que tem valor para a História – são aqueles que, ao desaparecer materialmente no tempo, deixam para sempre vibrante a melodia surgida de seu espírito e fazem persistir na posteridade seu legado imorredouro [...] (RODÓ, 1991, p.96).

Algumas páginas adiante, o autor retoma mais uma vez essa ideia, enfatizando que uma cultura desinteressada, sublime, ideal, seria capaz de deixar marcas perenes na história dos países latino-americanos. Ariel seria a razão sustentadora desse tão nobre espírito.

[...] mesmo depois de dissolvida nossa alma no seio das coisas, persistiria na herança transmitida pelas gerações humanas o melhor de seus sonhos e sentimentos, sua essência mais íntima e pura, qual o raio luminoso da estrela extinta que persiste no infinito e desce para nos acariciar com sua melancólica luz (RODÓ, 1991, p.104).

Caliban, ao contrário, é a conjugação de toda negação. Símbolo da torpeza, da carnalidade, do imediatismo, representa um escravo de seus próprios desejos – todos eles materiais – e sua força está justamente presa a uma cultura de base utilitária, prática e, por isso, fugaz, passageira, feita às pressas, com a intenção de não perdurar, historicamente, um tempo significativo, por ser substituída com velocidade, como qualquer outra mercadoria. Representa, então, o grau mais baixo da racionalidade humana e seu templo se encontra, justamente, na suntuosidade prática estadunidense. Conforme destaca R. H. Moreno-Duran:

Rodó plantea en *Ariel* dos versiones distintas, realmente antitéticas, según las cuales una primera sublimada en Ariel – el espíritu alado de

*La tempestad*, de Shakespeare – representa la parte correspondiente a la cultura de América Latina y la de otros pueblos, particularmente los que participan de la formación grecolatina, en tanto que la segunda, cobijada en la deforme figura de Calibán, representa toda la sajonización ascendente, es decir, las fuerzas expansionistas de los Estados Unidos de América (MORENO-DURAN, 1996, p.33).

Estabelecida essa diferenciação, Rodó propõe que a América Latina passe a ser um local onde se busque abrigar Ariel. Sugere que as cordilheiras formem a base de sustentação dessa grande estátua que cobriria com seu resplendor, perene e imortal, toda cultura latino-americana. “Não raro me inebrio com o sonho do dia em que as coisas reais farão pensar que a Cordilheira que se ergue no solo da América foi talhada para ser o pedestal definitivo desta estátua, para ser o altar imutável de sua veneração” (RODÓ, 1991, p.108-109).

Para tanto, Rodó se aproxima dos referenciais oferecidos pela cultura europeia. Como observou Octavio Ianni: “Por sua história, bem como heranças culturais, a América Latina seria naturalmente beneficiária dos modelos europeus” (IANNI, 1991, p.7). Afirma, então, que toda tentativa de afastamento desse antigo centro de produção básica de ideias, seria caminhar em direção ao utilitarismo do *american way of life*, envolvendo-se plenamente com a *nordomania* e sua pobreza espiritual resultante.

Por todos esses componentes em conflito, podemos perceber que, em *Ariel*, o estado de dualismo é constante. Não se posicionar, para um professor como Próspero, já é se posicionar contra Ariel, uma vez que o poderio de Caliban invadia com facilidade aqueles que se distanciavam dos ideais de pureza e beleza desinteressada.

### **Os personagens e seus múltiplos papéis**

*Eu sou 300, eu sou 350.*  
(Mario de Andrade, *Remate de males*)

A antinomia entre Ariel/Caliban é bastante retomada. Como registra Alcione Correa Alves, em verbete destinado a “Ariel” no *Dicionário de figuras e mitos literários das Américas*, já na França do século XIX, percebem-se algumas releituras dessa relação opositiva. Primeiramente, no conhecido prefácio do *Cromwell* de Victor Hugo, Ariel é apresentado como o clássico, enquanto Caliban é o grotesco. A seguir, Ernest Renan escreve *Caliban*, acompanhado por outro drama *L'eau de Jouvence*,

contudo, em ambas as peças, o enredo apresenta a continuação do destino dos personagens de *A tempestade* shakespeariana. O Ariel renaniano continua retratado como um fiel servo de Próspero, porém, Caliban com seu espírito selvagem, conduz o povo ao trono de Milão. *L'eau de Jouvence* apresenta, por sua vez, um Próspero desprovido de poderes mágicos que, ao final, reencontra Ariel independente e imortal, todavia pronto para renunciar à sua liberdade em favor à fidelidade ao seu antigo mestre.

Em solo latino-americano, o emprego da relação antitética Ariel/Caliban também expande com fertilidade. Em *Une tempête*, o martinicano Aimé Césaire, seguindo um percurso contrário à Rodó, retoma o texto shakespeariano acrescentando novas antinomias: Caliban/Próspero, Próspero/Ariel e Caliban/Ariel. Assim, temos que Próspero representa a figura do colonizador francês na ilha da Martinica, enquanto Caliban é a figura do escravo insubmisso e reivindicador do domínio na ilha, usurpada pelo colonizador. Ariel, nesse texto dramático, é representado como um escravo mulato, senhor dos ventos e controlador das forças da natureza martinicana, mas covarde quando o assunto é combater o colonizador francês.

O poeta e crítico cubano Roberto Fernández Retamar também empreende uma releitura dos termos propostos por Rodó. Assim como Césaire, propõe uma inversão de paradigmas, defendendo a aproximação de “nossa América Latina” aos atributos pertencentes à Caliban, o antigo habitante da ilha, em detrimento do exemplo de obediência e submissão representado por Ariel. O fragmento a seguir revela essa inversão sugerida pelo autor:

Nosso símbolo, então, não é Ariel, como pensou Rodó, mas Caliban. Isso se torna particularmente claro para nós, mestiços que habitamos as mesmas ilhas onde morou Caliban: Próspero invadiu as ilhas, matou os nossos antepassados, escravizou Caliban e lhe ensinou sua língua para poder se entender com ele (RETAMAR, 1988, p.29).

No início da década de 1980, Darcy Ribeiro publica o romance, *Utopia selvagem*, onde faz algumas releituras de lendas americanas. Em relação ao mito envolvendo a simbologia dos personagens aqui observados, Ribeiro trabalha mais atentamente com Caliban e Próspero. Referindo-se à interpretação empreendida por Rodó dos personagens de *A tempestade*, Ribeiro observa: “ressurge, depois, na singeleza de um cisplatino leitor de Renan, que confundindo tudo chama Próspero de Calibã,

reivindicando para nós a espiritualidade latina na triste figura de Ariel, intelectual dócil, servil e adamado” (RIBEIRO, 2007, p.23).

Por outro lado, o longo poema de Carlos Nejar, “O pai das coisas”, oferece uma releitura do mito de Ariel. Seu enredo centra-se na travessia empreendida por um cego e um possesso, um tentando guiar o outro. A estrutura do poema é dividida em cinco partes, como os cinco atos da peça shakespeariana, em que se acompanha a jornada de Daniel Oceano, o cego, e Fernando Neblina, o possesso, em direção a uma energia maior, seja Deus, o amor, o mar etc. Ao final, Oceano recupera a visão, e Neblina, ajudado por seu companheiro, encontra a razão, passando a se chamar Ariel.

Realizado essa coleta das diferentes leituras que o drama shakespeariano recebeu ao longo de dois séculos, é possível perceber o quão rica é a simbologia envolvendo os personagens de *A tempestade*. Cumpre, agora, para finalizar, ajustar o foco de nossa análise sobre o ensaísmo de Rodó, porém, conscientes da complexidade que todos esses intertextos imprimem ao estudioso de uma obra como *Ariel*. Diante desses multifocos, uma síntese da proposta de Rodó se faz necessária. No ensaio do uruguaio, o modelo arielista de nobreza, obediência e harmonia é contrastado pelo de feiura, revolta e perversão calibanesca. Novamente, temos que os aspectos de vilania são atribuídos a um representante, nesse caso Caliban, enquanto os atos heroicos são todos expressos por Ariel.

### **Crítica ao utilitarismo**

*Se foi possível dizer que o utilitarismo é o verbo do espírito inglês, os Estados Unidos podem ser considerados a encarnação do verbo utilitário. E o Evangelho desse verbo se difunde por todas as partes em prol dos milagres materiais do triunfo.*  
(José Enrique Rodó, *Ariel*)

Em *Ariel*, defende-se que a cultura do útil é nefasta à cultura do espírito, pois, enquanto aquela identifica no imediatismo dos homens as alternativas mais exitosas, esta se propõe a uma busca menos instantânea ao encontro do sublime e do nobre como saída absoluta, nem sempre atrativa, porém, mais elevada àquela tão prática e material. Um dos eixos centrais da aula ministrada por Próspero propõe uma discussão do

utilitarismo. O fragmento a seguir abarca, de certo modo, esse conceito, demonstrando a incompatibilidade entre uma educação para a utilidade – vista como negativa – e aquela feita de idealidade – afirmativa aos olhos de Próspero.

Quando o sentido da utilidade material e do bem-estar domina no caráter das sociedades humanas com a energia que mostra no presente, os resultados do espírito estreito e da cultura unilateral são particularmente funestos para a difusão daquelas preocupações puramente ideais que, sendo objeto de amor para os que lhes consagram as energias mais nobres e perseverantes de suas vidas, se convertem numa região remota e talvez insuspeita para uma imensa parcela dos demais. No estado atual das sociedades, todo gênero de meditação desinteressada, de contemplação ideal, de descanso íntimo, em que as lides diárias pela utilidade cedam transitoriamente seu império a um olhar nobre e sereno volvido do alto da razão por sobre as coisas, permanece ignorado para milhões de almas civilizadas e cultas, reduzidas pela influência da educação ou do costume ao automatismo de uma atividade definitivamente material (RODÓ, 1991, p.31-32).

Ao tecer críticas à doutrina utilitária, cuja teoria ética e social está grandemente baseada nos escritos dos pensadores ingleses Jeremy Bentham (1748-1832) e John Stuart Mill (1806-1873), Rodó tem por objetivo condenar as bases deste modo de pensar, cuja preocupação se concentra em estimular todo e qualquer comportamento que leve ao aumento do prazer e redução da dor e em desprezar toda condição que tenda a fazer o oposto. Percebendo ainda o grande respaldo que a estrutura religiosa norte-americana, por exemplo, oferecia em favor da disseminação total e irrestrita da cultura utilitária, Rodó pontua:

Em relação aos sentimentos morais, o impulso mecânico do utilitarismo encontrou o recurso moderador de uma forte tradição religiosa. Mas nem por isso se deve crer que ele cedeu a orientação da conduta a um verdadeiro princípio de desinteresse. A religiosidade americana, como derivação extrema da inglesa, não é senão uma força auxiliar da legislação penal, que abandonaria seu posto no dia em que fosse possível conferir à moral utilitária a autoridade religiosa que Stuart Mill ambicionava lhe conceder (Idem, p.85-86).

O avanço tecnológico, fabril e material cresce feito uma grande bolha – rapidamente expandido, mas vazio em seu interior e de frágil compleição para se sustentar a longo prazo. O fato é que os admiradores das novidades industriais logo percebem que elas se originam, em grande parte, de uma ainda jovem, entretanto, poderosa nação que, ao invés de se localizar geograficamente no antigo ponto de convergência entre os povos mais “aptos” e “civilizados” – a Europa –, se situa em um

novo espaço continental – a América. No tocante à recepção desse novo centro de emanção de ideias no cenário internacional, o escritor comenta: “a concepção utilitária, como ideia do destino humano, e a igualdade na mediocridade, como norma da proporção social, compõem, intimamente relacionadas, a fórmula do que se convencionou chamar, na Europa, de espírito do *americanismo*” (RODÓ, 1991, p.69).

José Enrique Rodó, como é possível observar por meio de suas declarações em *Ariel*, se posiciona em tom de crítica ao resplendor norte-americano. Consequentemente, manifesta oposição frente à tendência de tomar os Estados Unidos como paradigma de êxito, antes associa este à Caliban por seu aspecto dilacerante e tumultuoso em relação à antiga ordem latina. Talvez, uma de suas críticas mais contundentes seja justamente contra a doutrina utilitária alimentada pelas mãos de pragmáticos líderes norte-americanos.

Quando um certo conceito vulgarizado de educação, profundamente falso, que julga subordinada exclusivamente ao fim utilitário, empenha-se, através desse utilitarismo e de uma especialização prematura, em mutilar a integridade natural dos espíritos, e aspira a banir do ensino qualquer elemento desinteressado e ideal, não atenta suficientemente ao perigo de preparar para o futuro espíritos estreitos que, incapazes de considerar qualquer coisa além do único aspecto da realidade com que estejam em contato imediato, viverão separados por gélidos desertos dos espíritos que, dentro da mesma sociedade, tiverem aderido a outras manifestações de vida (RODÓ, 1991, p.27).

Por meio desse posicionamento crítico à civilização que se formava ao norte do continente americano, Rodó volta-se, plenamente, à cultura clássica e à moral cristã dos primeiros tempos da nova era, compondo, assim, o exemplo de Ariel, mantido sempre em oposição ferrenha ao espírito prático e utilitário de Caliban.

### **Deformação democrática**

*A democracia moderna é um produto do progresso; e nós somos, ainda, uma presa do passado. Querer um regime moderno, com as almas cristalizadas nos costumes de três séculos atrás, não é uma utopia – é uma monstruosidade.*

(Manoel Bomfim, *A América Latina*)



A presente abordagem pretende, ainda, discutir o conceito de democracia proposto no ensaio *Ariel*. Para tanto, inicia colocando em destaque duas importantes observações feitas por Antonio Mitre que, de maneira clara e objetiva, estabelecem os contornos daquilo que seria uma democracia para Rodó. Segundo Mitre, há dois argumentos importantes para a compreensão desse conceito: o primeiro é que, para Rodó, “o espírito igualitário da democracia é um princípio teleológico não só compatível, mas geneticamente ligado à herança cristã”; o segundo dita que “a democracia é um fenômeno consubstancial à existência republicana dos países da região”. Assim, podemos concluir com Mitre: “qualquer doutrina que pretenda negar a democracia acabará rejeitando necessariamente os dois fundamentos responsáveis pela própria origem histórica desses povos” (MITRE, 2003, p.113).

Rodó, contudo, busca conter os excessos da doutrina utilitária norte-americana, deturpadora da democracia por ele almejada. Por essa razão, sua crítica à degeneração democrática revela certo “espírito aristocratizante” que encontra raízes nas concepções teóricas de Ernest Renan e Friedrich Nietzsche, cujas leituras lhe são bastante caras. Em ambos os autores há uma percepção de que a “igualdade de direitos”, princípio fundamental da democracia, orienta a sociedade ao utilitário e ao vulgar. Com uma possível invasão da multidão nos cumes mais elevados da classificação social, ocorre uma imediata desestruturação “das almas que se erguem sobre o nível da humanidade” (RODÓ, 1991, p.60), levando a um nivelamento do pensamento e ao império da quantidade sobre a qualidade. Esse caminho resulta no desejo de se abolir as “hierarquias naturais” e instaurar a “tirania das multidões” (Idem, p.113-114).

Na América Latina, a situação é ainda mais crítica, pois as elites, frente à “multidão cosmopolita” crescente, dado o excesso imigratório no alvorecer do século XX, não encontram forças capazes de assimilá-la, dotando-a de uma identidade local. Porém, mesmo ante a esse quadro conturbado, verificamos um significativo afastamento de Rodó em relação às interpretações sociais presentes nas propostas de Nietzsche e Renan. A observação a seguir oferece uma análise crítica de Rodó aos posicionamentos nietzschianos:

O antiigualitarismo de Nietzsche – que marca um sulco tão profundo naquilo que poderíamos chamar de nossa moderna *literatura de ideias* – levou à sua poderosa reivindicação dos direitos que lhe parecem implícitos nas superioridades humanas, com um abominável, um reacionário espírito, visto que, negando toda fraternidade, toda piedade, coloca no coração do *super-homem*, a quem endeusa, um

menosprezo satânico pelos deserdados e pelos fracos, legítima nos privilegiados da vontade e da força o mister do verdugo, e com lógica resolução chega, como termo último, a afirmar que ‘a sociedade não existe em si, e sim para seus eleitos’ (RODÓ, 1991, p.65-66)

Da mesma maneira que critica os excessos “de caráter odioso das aristocracias tradicionais” (RODÓ, 1991, p.65) presentes no pensamento social de Nietzsche, Rodó também discorda de certas conclusões de seu mestre Ernest Renan. Diante da afirmação renaniana de que “Deus não quis que todos vivessem a vida do espírito no mesmo grau”, por exemplo, Rodó observa: “esses injustos paradoxos do mestre [...] são comparados à reprodução exagerada e deformada, em sonhos, de um pensamento real e fecundo que nos preocupa durante a vigília” (RODÓ, 1991, p.61).

Para Rodó, a defesa da democracia é, antes de mais nada, uma questão de sobrevivência para as nações hispano-americanas, uma vez que estas se beneficiaram, ainda na origem dos estados americanos, de princípios igualitários presentes na tradição iluminista, opor-se, assim, à democracia seria negar a origem destes estados. Por esse motivo, democracia e república em *Ariel* são as confirmações do anseio por independência. Preservar a soberania, portanto, passaria pelo fortalecimento do sistema democrático, evitando, porém, os excessos advindos do rápido crescimento das massas urbanas, capazes de fragilizar a constituição das elites locais. Destacamos, a seguir, a importância de se modular preocupações ideais e interesses materiais para a aquisição de um estado democrático sustentável:

[...] quando a democracia não enaltece seu espírito pela influência de uma forte preocupação ideal que compartilhe seu império com a preocupação pelos interesses materiais, ela conduz fatalmente ao convívio da mediocridade e, mais do que qualquer outro regime, carece de barreiras eficientes que assegurem a inviolabilidade da alta cultura dentro de um ambiente adequado (RODÓ, 1991, p.52).

Rodó posiciona-se contra o que se tornou uma ideia popular de democracia – igualitarismo. Segundo o uruguaio, no anseio de se atingir essa totalidade, obtém-se uma inevitável queda no índice de bom gosto, educação, estruturação artístico-cultural entre outras questões. Por isso, acusa a democracia de não erigir barreiras de proteção à alta cultura, sendo esta violada em seu aspecto mais sublime e desinteressado. Fred Warner Neal, no *Dicionário de Ciências Sociais*, em verbete reservado à palavra ‘democracia’, destaca justamente o aspecto de democracia refutado por Rodó: “no seu emprego mais amplo e mais recente, a ênfase conferida ao termo democracia passou a

se concentrar cada vez mais no nivelamento da sociedade” (NEAL, *apud* SILVA, 1986, p.317).

Para Rodó, na tentativa de se atender aos prazeres imediatos, e por isso utilitaristas, de um grande número de indivíduos da sociedade, a democracia “niveladora” não abre espaço para o incentivo de qualquer preocupação ideal, passa a abastecer apenas o império das preocupações materiais em um meio que, hoje, poderíamos chamar de sociedade de consumo. Esse desequilíbrio entre o ideal e o útil, que Rodó acusa estar impregnado na república norte-americana, traria a desestruturação total da alta cultura nos povos latinos. A democracia, nesse sentido de interpretação, estimularia o nivelamento de todos por baixo, e seria uma grande destruidora da genialidade:

Toda igualdade de condições é, na ordem das sociedades, tal como a homogeneidade na ordem da Natureza, um equilíbrio instável. A partir do momento em que a democracia tenha realizado sua obra de *negação* com o nivelamento das superioridades injustas, a igualdade conquistada não pode significar para ela senão um ponto de partida. Resta a *afirmação*. E o afirmativo e a glória da democracia consistirão em suscitar em seu seio, através de estímulos eficazes, a revelação e o domínio das *verdadeiras* superioridades humanas (RODÓ, 1991, p.53, grifos nossos).

Na perspectiva de Rodó, após o nivelamento geral e irrestrito entre todos os membros da sociedade, os que se mantivessem em seu percurso de subida aos mais elevados picos do saber e cultura seriam os agentes que transformariam “nossa América” em um altar definitivo para abrigar a estátua de Ariel. Os mais capazes comporiam esse conjunto de jovens a quem Próspero clama por união, e os incumbe de serem guias da multidão, “massa indiferente e obscura”.

Com o intuito de manter seu ideal medianeiro, Rodó endereça seus alertas primeiramente às minorias dominantes – corporificadas nos jovens seletos, reunidos ao redor de um mestre – na busca de conscientizá-las da “necessidade de assimilar rapidamente a massa de imigrantes estrangeiros e seus descendentes, reformando o sistema político antes que a situação se torne incontrolável” (MITRE, 2003, p.114).

Temos, então, o estabelecimento de dois polos para a realização das finalidades arielistas: a democracia do voto popular de um lado e o processo de hierarquização do outro. Ou seja, é preciso que o regime democrático, legitimado pelo voto popular, incorpore o componente hierárquico, consagrando aos espíritos superiores o papel de

líderes na ordem moral da sociedade. São palavras de Rodó: “Racionalmente concebida, a democracia admite sempre um imprescindível elemento aristocrático, que consiste em estabelecer a superioridade dos melhores, assegurando-a sobre o consentimento dos associados” (RODÓ, 1991, p.64).

O autor tem em mente uma democracia com forte elemento aristocrático, sendo função do Estado estimular o aparecimento das superioridades humanas, onde quer que elas aconteçam. Deve ser feito, então, o incentivo ao que Rodó denominou de uma “aristocracia consentida”, que de modo algum impõe a força do “berço” ou do “sangue” sobre os demais, mas considera aqueles que individualmente se destacam por suas originalidades e genialidades. Assim, entendemos a seguinte observação: “precisa da igualdade no ponto de partida, para que possa se produzir, e ao mesmo tempo da desigualdade como objetivo final, a qual dará vantagem aos melhores e mais capazes” (RODÓ, 1991, p. 64).

Em se tratando do aspecto democrático presente em *Ariel*, R. H. Moreno-Durán sintetiza muito bem os intuitos do autor uruguaio, quando comenta:

La democracia, para Rodó, no hace otra cosa que eliminar “las distinciones artificiales” y facilitar el desarrollo de los méritos individuales y positivos. Por eso él habla a una *élite*, a un grupo de conciencias privilegiadas destinadas a realizar la gran labor espiritual que simboliza Ariel, el aliado más caro del maestro, mientras que Calibán, es decir, Estados Unidos, no es más que la encarnación “del verbo utilitario” (MORENO-DURÁN, 1996, p.34).

Como podemos perceber nesse tópico da preleção de Próspero, a democracia é um conceito que precisa ser praticado com cuidado uma vez que há uma tênue fronteira que separa a igualdade da mediocridade. Desse modo, o professor é claro ao afirmar que as oportunidades devem ser dadas a todos, mas o incentivo e “patrocínio” somente àqueles que se destacarem da “massa informe”.

### **Aspectos culturais**

*O belo é, essencialmente, o espiritual que se exterioriza materialmente e se apresenta ao ser material.*  
(Hegel)

No que concerne a uma compreensão plena do termo “cultura” em *Ariel*, Julio Ramos aponta para sua dificuldade de precisão. Ao escrever sobre “Cultura e experiência do belo”, afirma:

Mesmo em *Ariel*, a ambiguidade do termo está presente; pode significar aprendizagem de um saber, no sentido da cultura “unilateral” das profissões, mas também aparece seu sentido antropológico, como cultura latina ou norte-americana. No campo das palavras, apesar de extenso em Rodó, cultura começa a ser relacionada com um tipo específico de faculdades intelectuais, “espirituais”, “desinteressadas”, frequentemente opostas à vida prática: “o motivo alto e desinteressado na ação, a espiritualidade na cultura”. “Cultura” aqui é território de Ariel, oposto a Calibán – “símbolo de sensualidade e idiotice”. “Cultura”, “alta cultura”; em Rodó já é clara sua oposição à “barbárie impetuosa” da massa urbana. Evidentemente que o uso deste conceito, nada descritivo, implica uma valoração de conotação classista (RAMOS, 2008, p.236).

Como é possível perceber nesse fragmento, *Ariel* oferece múltiplas interpretações para as atuações de procedências culturais. O termo abarca tanto aspectos individuais – uma espécie de cultura das profissões – como processos mais amplos de manifestações, o que Ramos aproxima dos estudos antropológicos. No entanto, quando se refere a “alta cultura”, esse território é sempre de Ariel. Nosso objetivo centra-se agora na investigação de alguns aspectos culturais contidos no ensaio, que estejam o mais próximo possível dos conceitos até aqui elencados, como os de utilitarismo e democracia, por exemplo.

Ante o indesejado sinal de deformação democrática, devido, em parte, a uma disseminação inconsequente dos instrumentos de produção e consumo de artigos culturais, Rodó afirma que a vulgarização da cultura está intimamente ligada aos posicionamentos utilitários, uma vez que legitimam o poder da quantidade sobre a qualidade. Assim, a multidão – “massa informe” – com sua força quantitativa, restringiriam os valores da cultura clássica a um público cada vez mais raro. A esse respeito, Marcos Alves de Souza registra:

Próspero buscou mostrar aos seus alunos que uma das principais virtudes do ser humano deveria ser o bom gosto, entendido aqui como discernimento e bom senso. Esta conclusão, a primeira vista, parece estranha. Poder-se-ia perguntar: por que tratar da beleza quando a finalidade última de sua proposta seria pregar um mundo de razão, não-utilitarista? O que pretende o autor é, através de exemplos os mais próximos possíveis, demonstrar a interação entre cultura e democracia, salientar como o cultivo de todas as faculdades interiores

possibilitariam um melhor entendimento da democracia (SOUZA, 2006, p.89).

Como mestre de um grupo de alunos, Próspero tem o intuito de deixar em seus ouvintes o desejo pela arte, entretanto, sabe que sua tarefa é factível no microcosmo de sua sala de estudos. Tanto é assim que expressa: “para a massa anônima, a superfluidade da arte não vale os trezentos dinheiros. Se por acaso ela a respeita, é como um culto esotérico” (RODÓ, 1991, p.38-39). Não espera a divulgação total e irrestrita dos valores nobres da arte, porém, mesmo assim, ao assumir suas preocupações pedagógicas e sociais, inclui em seu discurso vários direcionamentos acessíveis ao alcance dos mais interessados, como podemos observar no pensamento a seguir, quando aproxima dever e requinte estético:

Nunca a criatura humana haverá de aderir de maneira mais sólida ao cumprimento do dever do que quando, além de senti-lo como uma imposição, senti-lo esteticamente como uma harmonia. Nunca ela será mais inteiramente boa do que quando souber, nas formas com que sua virtude se manifeste ativamente, respeitar nos demais o sentimento do belo (RODÓ, 1991, p.39).

Nesse ponto, já se observa a aplicação sublime da arte no cumprimento de um dever cotidiano. Por esse viés se conectam os dois eixos paralelos que subjazem as ideias do mestre: primeiro, a riqueza suprema e inigualável da cultura clássica grega; segundo, a aplicação prática e contundente dos primeiros seguidores de Jesus Cristo na divulgação de suas novidades de fé. Esses dois eixos sustentariam de forma plena, na percepção do autor, as necessidades exigidas pelo espírito de Ariel, o que leva Próspero a afirmar: “seria preciso sonhar que o ideal cristão se reconcilie novamente com a serena e luminosa alegria da antiguidade [...]” (RODÓ, 1991, p.44). Ou ainda: “A perfeição da moralidade humana consistiria em verter o espírito da caridade nos moldes da elegância grega” (Idem, p.43).

Como é possível perceber, a base do que se transformou em um novo idealismo sul-americano ou, como ficou mais conhecido em nosso meio, a corrente “arielista”, possui uma forte consciência de raízes neoplatônicas e cristãs. Desse modo, seu anseio é o de harmonizar dois impulsos históricos que muito comunicaram à civilização ocidental ao longo de séculos. Essa conjunção entre pensamento clássico e tradição cristã fica nítida quando Rodó observa:

Quando a palavra do cristianismo nascente chegava, com São Paulo, ao seio das colônias gregas da Macedônia, a Tessalônica e Filipos, e o

Evangelho, ainda puro, se difundia na alma daquelas sociedades finas e espirituais, nas quais o selo da cultura helênica mantinha uma encantadora espontaneidade de distinções, foi possível crer que os dois ideais mais elevados da História iriam se enlaçar para sempre (RODÓ, 1991, p.43-44).

Verificamos, então, que na base da expressão de *Ariel* se remontam a tradição cristã, oferecendo a manutenção de um espírito igualitário, e o pensamento clássico, estabelecendo a ordem hierárquica. Essa busca por afinação entre dois horizontes culturais distintos é perseguida por Rodó ao longo de todo o ensaio, enquanto intenta construir o aspecto cultural imaginado para a América Latina.

### **A invasão cosmopolita e o discurso da derrota**

*Os povos de cultura latina e educação  
católica leem muito pouco.*

(Silvio Romero, “Das condições da  
produção literária no Brasil”)

O cosmopolitismo é um evento em franco desenvolvimento no Uruguai de José Enrique Rodó. O fluxo imigratório, tão intenso no período, não poderia ficar de fora das páginas de *Ariel*, visto que influía na constituição de aspectos identitários da região. Por esse motivo, Rodó dedica a sexta parte de sua obra à análise das cidades cosmopolitas que já se faziam presentes na América Latina: “já existem em nossa América Latina cidades cuja grandeza material e soma de civilização aparente levam-nas a se aproximar aceleradamente de uma participação entre as primeiras posições do mundo” (RODÓ, 1991, p.99).

Entretanto, é patente seu temor frente à grande onda imigratória que poderia levar à derrocada seus planos de uma América etérea, espiritual e extremamente latinizada. Rodó, no fragmento a seguir, registra explicitamente esse fato:

O acelerado crescimento de nossas democracias, com o incessante acréscimo de uma enorme multidão cosmopolita e o afluxo imigratório, que se incorpora a um núcleo ainda frágil para efetuar um ativo trabalho de assimilação e canalizar a torrente humana com os meios oferecidos pela secular solidez da estrutura social, pela ordem política segura e pelos elementos de uma cultura que tenha se arraigado intimamente, expõe-nos no futuro aos perigos da degeneração democrática, que afoga sob a força cega do número toda e qualquer noção de qualidade, que faz desvanecer na consciência das

sociedades todo e qualquer justo sentimento da ordem e que, entregando seu ordenamento hierárquico ao torpor do acaso, conduz forçosamente ao triunfo das mais injustificadas e ignóbeis supremacias” (RODÓ, 1991, p.53-54).

Seu receio é ver a porção latina da América se perder dentro de seu próprio território – dado o alto fluxo “invasor”, decorrente das políticas de incentivo à imigração. Não nega a fragilidade do núcleo latino, sua rápida assimilação ante os grandes e variados conjuntos humanos. Além disso, exatamente por não confiar nas transformações impostas pelas massas humanas, permanece ao lado de seu reduzido grupo de alunos, desprezando a “força cega do número”.

Por se manter firme em sua posição idealista, muitos leitores críticos de *Ariel*, como o ensaísta uruguaio Hugo Achugar, acreditam que o sóbrio discurso de Próspero oculta, na realidade, um desesperado discurso da derrota:

Minha proposta é ler *Ariel* como o discurso de uma derrota. Ou, pelo menos, como a de uma cultura ameaçada. O discurso de uma cultura que, juntamente com a derrota militar, confirma a ameaça ideológica sob o primeiro nome da globalização que foi o da “nordomanía”. É esse discurso do vencido e do ameaçado que atrai a muitos. *Ariel* intenta devolver – ou preservar – o orgulho de quem acaba de ser derrotado. Um discurso que intenta defender os valores locais e próprios diante da derrota militar e da ameaça cultural (ACHUGAR, 2006, p.105).

Como bem observa Achugar, o ataque à cultura de Caliban – os EUA ou “nordomanía” – assim como a crítica à excessiva corrida imigratória em direção à América, são estratégias encontradas por Rodó para se posicionar contra a perda dos valores latinos: “É assim que a visão de uma América *deslatinizada* por vontade própria [...] paira sobre os sonhos de muitos sinceros interessados em nosso porvir” (RODÓ, 1991, p.70). Esse embate, que alguns tomam por quixotesco, é classificado por Achugar como “discurso de uma derrota”.

Cumpramos lembrar, no entanto, que dos lábios do personagem Próspero não saem palavras de desânimo ou dúvida quanto à capacidade de nossa América Latina se impor, de maneira nobre ante as demais culturas ocidentais. Esse fato não nos garante ter chegado assim aos ouvidos de seus discípulos, na medida em que tais palavras, no processo de interpretação, podem ter sido tomadas como pertencentes a um discurso de um sonhador derrotado, temendo o total desmoronamento de suas verdades e saberes, em um mundo que deixa de ser latinizado para ser, gradativamente, globalizado.



## O modernismo de José Enrique Rodó

*Y de inmediato hace su profesión de fe modernista, de un Modernismo entendido anchamente, como renovación de las formas y de las ideas, como reacción superior.*  
(Emir Rodríguez Monegal, “El modernismo”)

O modernismo hispano-americano inicia-se quando em terras brasileiras vive-se um pluralismo designativo, com aparência de grande variedade, mas que, no entanto, não resulta em alternativas muito distantes uma das outras. Desse modo, enquanto no bloco lusófono americano há uma proliferação de *ismos*: realismo, naturalismo, parnasianismo e simbolismo, o conjunto dos países hispânicos subsiste, em arte, desde o último terço do século XIX, sob um termo abrangente: modernismo. Sobre esse aspecto, Bella Josef comenta:

No Brasil, correspondendo, em linhas gerais, ao Modernismo hispano-americano, podemos dividir didaticamente a segunda metade do século XIX em Parnasianismo (1868-1893) e Simbolismo (1893-1922). É a chamada geração de 1870, que inclui também o Realismo. Este espírito de transição entre os séculos XIX e XX ainda não foi bem delimitado e caracterizado em nossos países hispano-americanos, onde a literatura não obedece a uma ordem cronológica: há *justaposição* de correntes estéticas diante da *sucesão* europeia. Por isso, as fronteiras diluem-se e a terminologia varia” (JOSEF, 1989, p.113)

Devido ao fato de ser um nome aglutinador de diversas correntes artísticas em profusão, o modernismo hispano-americano é interpretado por muitos de seus críticos ao longo do século XX como um movimento estético complexo, largamente influenciado por tendências originadas em terras europeias, ou mais especificamente parisiense. Por essa heterogeneidade, Ricardo Gullón observa:

[...] el modernismo literario no debe ser considerado como un bloque, monolito en que las tendencias y las personalidades se reduzcan a un programa y una actitud. Si en ningún movimiento literario se advierte esa uniformidad, menos podría darse en un fenómeno epocal integrado por factores tan diversos (GULLÓN, 1963, p.8).

O autor complementa a ideia de multiformidade artística no modernismo literário, atacando as tentativas apressadas e didáticas de se compartimentar em blocos estanques um “fenômeno epocal”; por essa razão, afirma:

El deseo de precisar con rigor el concepto de modernismo se enfrenta con la propensión a simplificar, a encuadrar lo por naturaleza complejo y vario en esquemas profesoriales trazados por comodidad pseudo-didáctica. La tendencia simplista a reducir el modernismo a dos o tres de sus elementos más característicos, o que, sin serlo, pasan por tales, constituye uno de los males de nuestra historiografía literaria (GULLÓN, 1963, p.8).

Sob um viés de crítica literária, a caracterização do modernismo hispano-americano como uma expressão epocal constitui, paradoxalmente, uma importante definição interpretativa para a compreensão de seu caráter transformativo e oscilante. Nesse sentido é que entendemos a observação de Bella Josef a respeito do movimento:

[...] surgiu como uma orientação geral dos espíritos, uma tendência intelectual e cultural, com o intento de restabelecer a comunicação direta entre a sensibilidade e a realidade externa. *É a forma literária de um mundo em transformação, é síntese das inquietudes e ideias de uma época, como tomada de consciência.* Mais que uma escola, foi uma época – o momento de universalização da cultura hispano-americana e sua urgência em atualizar-se (JOSEF, 2006, p.83, grifos nossos).

Em se tratando de um estudo da escrita de Rodó em *Ariel*, duas tendências estéticas em vigor nesse momento nos chamam mais de perto a atenção: a parnasiana e a simbolista. Enquanto o parnasianismo é o primeiro a ser incorporado pelos poetas hispânicos, o simbolismo, como no caso brasileiro, chega próximo ao alvorecer do século XX, visto que floresce na Europa, nos anos 80 e 90 do século XIX.

A tendência parnasiana, de maneira geral, reage contra o subjetivismo e o sentimentalismo romântico por meio do cultivo de uma poesia objetiva, destacando temas que levam à exaltação da beleza expressa por meio da perfeição formal. Em um vocabulário aristocrático, fazendo-se uso de rimas ricas e metro perfeito, os versos parnasianos revelam-se estruturalmente impecáveis, resultando em uma arte predominantemente formal em detrimento de seu conteúdo; extremamente técnica, mas de pouca inspiração.

A corrente simbolista, por sua vez, toma a noção de correspondência entre os ritmos do poema e os ritmos do universo. Orienta-se em direção à interiorização e evocação do eu-poético frente aos acontecimentos ou situações inspirativas, levando a referências muitas vezes vagas e indiretas devido ao uso da sugestão. Nota-se certo retorno ao subjetivismo e sentimentalismo romântico, porém, com a marcante diferença de que, para o poeta simbolista, a coisa em si não é o elemento principal a ser expresso,

mas sim sua essência. Esta alcançará o perfeito uso da sugestão por meio da constituição de um símbolo.

Como síntese dessas duas tendências, temos a escrita ensaística de *Ariel*, uma vez que esta revela perfeição no trato com a linguagem que leva à exaltação da beleza, aproximando-se da arte clássica (traços parnasianos), ao mesmo tempo em que faz referências vagas, utilizando-se da sugestão, na constituição de símbolos (traços simbolistas). Entretanto, os aspectos distintivos entre essas correntes literárias, que na Europa se apresentam em alto grau de antagonismo, não encontram, em solo hispano-americano, grandes barreiras divisoras. Por esse motivo Gullón observa:

No siempre podemos separar *parnasianismo* y *simbolismo* dentro del modernismo, construyendo compartimentos estancos, incomunicados, ni es del todo exacto hablar de modernistas parnasianos y modernistas simbolistas, pues, a diferencia de lo acontecido en Francia, donde Leconte de Lisle y Rimbaud pertenecen a mundos incomunicables, en los poetas de nuestra lengua tal incomunicación no existe, y José Asunción Silva, Gutiérrez Nájera, Rubén, Juan Ramón Jiménez, Casal, Martí, Lugones y los Machado permanecen en el mismo ámbito (GULLÓN, 1963, p.12, grifos nossos).

Converge, nesse sentido, o comentário de Emir Rodríguez Monegal em relação ao modernismo hispânico:

[...] aparece incorporando simultáneamente a la literatura hispanoamericana un conjunto de corrientes que en las letras y el pensamiento europeos (como ha señalado el mismo [Federido] De Onís) se presentaban desvinculadas y, a veces antagónicas: Parnaso y Simbolismo, en poesía; naturalismo y psicologismo, en novela y teatro; positivismo e idealismo, en filosofía; socialismo y anarquismo en sociología (MONEGAL, 1957, p.80-81).

O aspecto que mais chama a atenção ao analisarmos essa paradoxal expressão, múltipla e sincrética, dos modernistas hispânicos é percebermos que a profusão de autores<sup>21</sup>, em sua maioria, é movida pelo desejo de algo novo, uma nova experiência de

<sup>21</sup> Seguindo uma lista de autores por nacionalidade teríamos a seguinte distribuição:

*México*: Salvador Díaz Mirón (1853-1928), Luiz G. Urbina (1868-1934), Amado Nervo (1870-1919), José Juan Tablada (1871-1945), Enrique González Martínez (1871-1952), José Ingenieros (1877-1925), José Vasconcelos (1881-1959), Manuel Gutiérrez Nájera (1859-1895). *Cuba*: José Martí (1853-1895), Enrique José Varona (1849-1933), Julián del Casal (1863-1893), Carlos Loveira (1882-1928). *Guatemala*: Enrique Gómez Carrillo (1873-1927). *Honduras*: Juan Ramón Molina (1875-1908). *Nicarágua*: Rubén Darío (1867-1916). *Costa Rica*: Rafael Cardona (1892), Joaquín García Monge (1881-1958), *Panamá*: Ricardo Miró (1883-1940), Darío Herrera (1870-1914). *Colômbia*: Guillermo Valencia (1873-1943), José Asunción Silva (1865-1896). *Venezuela*: Manuel Díaz Rodríguez (1868-1927), Rufino Blanco Fombona (1874-1944), Luís Manuel Urbaneja Achelpohl (1874-1937). *Equador*: Arturo Borja (1892-1912). *Peru*: José Santos Chocano (1875-1934), Manuel González Prada (1848-1918), José María Eguren (1882-1942). *Bolívia*: Ricardo Jaimes Freyre (1868-1933), Alcides Arguedas (1879-1946).

gozo estético, procurando manter certo distanciamento do modelo peninsular, mas imediatamente atraída pelo polo cultural francês, com sua urbanidade e cosmopolitismo. Convém observar que o modernismo será o primeiro movimento essencialmente urbano na América hispânica, revelando pela primeira vez uma afirmação de cultura sistemática, uma vez que não estamos mais diante de obras isoladas.

Assim, no decorrer de aproximadamente 30 anos de existência<sup>22</sup>, esse movimento estético busca alcançar sua emancipação diante da literatura espanhola, consolidando seus planos de instituição literária, na medida em que muitos escritores hispano-americanos saem em busca da autonomia da literatura percorrendo outras formas de expressão, com ênfase nos discursos políticos, educativos e ideológicos. Por essa razão, o gênero ensaístico é tão forte dentro do movimento. Autores como José Martí e José Enrique Rodó, por exemplo, emitem importantes considerações a respeito do “enigma” de uma identidade latino-americana, em textos-manifestos como “Nuestra América”, em que o aspecto autoanalítico é constantemente explorado: “Os povos se levantam e se cumprimentam. ‘Como somos?’ se perguntam; e uns a outros vão dizendo como são [...] As levitas ainda são da França, mas o pensamento começa a ser da América” (MARTÍ, 1983, p.199).

Como observa Julio Ramos, nesse momento, “a literatura começa a se autorizar como um modo alternativo e privilegiado para falar sobre a política” (RAMOS, 2007, p.22). Esse aspecto denota o anseio por uma construção identitária propriamente latino-americana, em que os próprios autores, muitas vezes, se colocam em explícito exercício de autodefinição. Vive-se a ânsia pela busca de identidade própria e coletiva, o que leva Rodó a se posicionar como pertencente ao movimento modernista, registrando, ao final de seu estudo sobre *Prosas profanas* de Ruben Darío, a seguinte observação:

Yo soy un *modernista* también; yo pertenezco con toda mi alma a la gran reacción que da carácter y sentido a la evolución del pensamiento en las postrimerías de este siglo; a la reacción que, partiendo del naturalismo literario y del positivismo filosófico, los conduce, sin

---

*Paraguai*: Eloy Fariña Nuñez (1885-1929), Rafael Barrett (1877-1910). *Argentina*: Leopoldo Lugones (1874-1938), Enrique Larreta (1875-1961). *Chile*: Carlos Pezoa Véliz (1879-1908) e *Uruguai*: Carlos Reyles (1868-1938), José Enrique Rodó (1871-1917), Horacio Quiroga (1879-1908), Julio Herrera y Reissig (1875-1910), Florencio Sanchez (1975-1910).

<sup>22</sup> Ricardo Gullón considera o período de meio século, que vai de 1890 a 1940, como pertencente ao modernismo. Outros autores como Iván A. Schulman, balizam os anos de 1882 a 1932. Porém, Bella Josef acredita que em 1905, o modernismo já havia cumprido sua missão, uma vez que a geração que veio depois já passa a corrigir os excessos dos fundadores do movimento, assim se encontram sob o termo de pós-modernismo autores como Pedro Henríquez Ureña (1884-1946) e Alfonso Reyes (1889-1959).

desvirtuarlos en lo que tienen de fecundos, a disolverse en concepciones más altas (RODÓ, 1957, p.187).

Mesmo inserindo-se nesse rico e vasto ambiente de manifestações artísticas, o autor ainda se mantém em estado de autonomia. Segue uma interpretação própria do que denomina de concepções culturais mais altas. Conservando esse perfil, Rodó encaminha seu percurso de representante artístico – no ensaísmo e em textos de crítica literária – e político – atuando como deputado e gozando de prestígio intelectual. Percorre também o espaço mais amplo de expressão latino-americana, uma vez que não é possível confinar um pensador transnacionalista, como é Rodó, ao seu reduzido espaço geográfico.

## TERCEIRA PARTE

### APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS

#### Reflexões sobre o gênero ensaio

*Escreve ensaisticamente quem compõe  
experimentando; quem vira e revira o seu  
objeto, quem o questiona e o apalpa, quem o  
prova e o submete à reflexão*  
(Max Bense, “Sobre o ensaio e sua prosa”)

A presente fase desse estudo tem o intuito de estabelecer relações comparativas e contrastivas entre os dois ensaios. Destacados por construírem alternativas próprias de observação e avaliação do continente americano, em um momento em que muitas das suas contradições internas se afluavam, *Ariel* (1900), de José Enrique Rodó e *América Latina* (1905), de Manoel Bomfim, são hoje recebidos como textos clássicos sobre o estudo das sociedades subcontinentais.

Um primeiro ponto de convergência entre as obras se fixa na tentativa de delinear um futuro transformador para “nossa” América Latina. Esse esforço leva a uma releitura do passado visando novas orientações para o porvir de uma jovem geração que se levanta, juntamente com o alvorecer de um novo século [XX]. Assim, os desencontros presentes na antinomia “civilização e barbárie” são constantemente retomados pelos autores, porém, contendo uma maior compreensão do caráter complexo e heterogêneo, imprescindível em toda interpretação histórica consistente do continente americano.

A opção por determinado gênero textual pode funcionar como um primeiro indicador das intenções de um escritor. Revela, em um grau significativo o horizonte no qual pretende espriar seus pensamentos. Deste modo, refletir sobre as características do gênero ensaístico faz-se de fundamental importância para melhor compreendermos as flexibilidades alcançadas no terreno fronteiro entre história e ficção.

Sem dúvida, há na forma do ensaio elementos indicadores das demandas, necessidades e inclinações culturais de um determinado conjunto de pensadores latino-americanos. Por essa razão, muitos críticos ao longo do século XX preocuparam-se em teorizar a respeito desse gênero tão popular nos meios intelectuais. Dentre eles, destacamos Afrânio Coutinho que, em *Notas de teoria literária*, observa:

[...] o ensaio exprime uma reação franca e humana de uma personalidade ante o impacto da realidade. Gênero elástico, flexível, livre, permite a maior liberdade no estilo, no assunto, no método. Forma de literatura criadora ou de imaginação, difere por isso da tese, monografia, artigo, editorial, que têm sentido objetivo, impessoal, informativo, bem como da biografia, autobiografia, história, que são relatos de fatos (COUTINHO, 2008, p.100-101).

O componente destacado por Coutinho, “reação franca e humana” em relação à realidade, pode ser nitidamente observado quando nos envolvemos na leitura do texto de Bomfim, que, em nota introdutória, revela: “A paixão da linguagem, aqui não dissimulada, *traduz* a sinceridade com que essas coisas foram pensadas e escritas” (BOMFIM, 2005, p.38, grifo nosso). É interessante pensarmos na escrita apaixonada como tradução da sinceridade do autor, ou seja, tem-se discursivamente a intenção de explicitar suas intuições e sensações pessoais, algo plenamente aceitável no texto ensaístico, mas encoberto nos tratados e teses científicas do período.

Em *Ariel*, por sua vez, podemos identificar também esse componente de “reação franca e humana [...] ante o impacto da realidade”. Apesar de oferecer uma maior elaboração simbólica no tocante ao processo de construção do ponto de vista de seu autor, uma vez que é mediado pela fala de um personagem, há, nas malhas de seu texto, diversos momentos daquilo que Coutinho chama de “reação franca”, ou seja, Rodó, sem nebulosidade alguma chega ao cerne da mensagem intencionada. O fragmento a seguir é um exemplo de tal clareza ante ao “impacto da realidade”: “Cabe ao espírito juvenil a iniciativa ousada, a genialidade inovadora. Hoje, talvez universalmente, a ação e a influência da juventude na marcha das sociedades humanas são menos efetivas e intensas do que deveriam ser” (RODÓ, 1991, p.25).

O caráter reativo, traço marcante no ensaísmo latino-americano, se justifica frente ao teor dos assuntos abordados. Um autor expoente na geração de Bomfim e Rodó como foi José Martí, notabilizou-se justamente pelo uso visceral que fez do gênero ensaio sob um viés político de denúncia de sua realidade insatisfatória.

A gênese do ensaio, no entanto, é bem anterior aos escritos dos autores aqui elencados, seguindo um percurso transformativo que revela a abrangência e elasticidade que o identificam. Nas palavras de Maria Antonieta Pereira, em “O ensaio e o pensamento crítico no Brasil”, esse processo fica bem exposto.

[...] poderíamos dizer que o século XVI de Montaigne produz um tipo de texto mais ágil, livre e individualizado, que difere muito do tratado. Funcionando como um auto-exercício da razão, o ensaio permite a elaboração de análises sem exigir as provas explícitas da ciência ou o esgotamento do assunto abordado. Entretanto, a liberdade de criação que tanto aproxima o ensaísmo do modelo ficcional é contrabalançada pela forma predominantemente dissertativa e descritiva, capaz de selecionar um problema e avançar na sua análise, a partir de uma rigorosa coerência interna. O caráter crítico desse livre exame o situa, portanto, como uma produção localizada na interface dos gêneros e dos valores, contexto que lhe permite oferecer reflexões que atendam ao local e discussões metonímicas que, espargindo o sentido, acelerem sua constante renovação. A preocupação interpretativa do gênero constrói, assim, intervenções pontuais e historicizadas que, em sua própria estruturação, já apontam seus limites e alertam para a necessidade de se continuar investindo na produção do saber. (PEREIRA, 2006, p.168-169)

Outro aspecto marcante é a necessidade de discussão de questões presentes no calor da hora. Segundo Maria Antonieta Pereira, esse gênero:

[...] não se dedica à construção de um sistema fechado, atemporal e capaz de responder às perguntas consideradas fundamentais pela tradição filosófico-científica em sua busca da verdade. Ao trabalhar com temas bem delimitados, com situações particulares e experiências localizadas, o gênero ensaístico presta-se à abordagem de assuntos emergentes e datados, funcionando como uma espécie de jornalismo político-científico de sua própria contemporaneidade. Além disso, por examinar fragmentos de saber e de sentido, o ensaio não precisa se limitar às fronteiras disciplinares e, frequentemente, estabelece conexões entre vários campos do conhecimento e das artes, produzindo um texto híbrido, aberto, em rede. (PEREIRA, 2006, p.168)

Essa distensão temporal, conjugada a um contínuo processo de reavaliação das obras pela crítica historiográfica e literária, evidencia o quanto o texto sob a forma de ensaio pode-se conservar repleto de valores, mesmo com o passar do tempo. Theodor W. Adorno faz uma interessante observação no tocante a esse aspecto:

A objeção corrente contra ele, de que seria fragmentário e contingente, postula por si mesma a totalidade como algo dado, e com isso a identidade entre sujeito e objeto, agindo como se o todo estivesse a seu dispor. O ensaio, porém, não quer procurar o eterno no transitório, nem destilá-lo a partir deste, mas sim eternizar o transitório. A sua



franqueza testemunha a própria não-identidade, que ele deve expressar; testemunha o excesso de intenção sobre a coisa e, com isso, aquela utopia bloqueada pela divisão do mundo entre o eterno e o transitório (ADORNO, 2003, p.27).

Observa-se, então, nesses ensaios o espaço aberto para a expressão de opiniões que irão embasar futuras gerações de intelectuais. Enquanto Rodó terá seguidores mais imediatos à primeira publicação de seu ensaio, Bomfim permanecerá alguns anos à sombra, para somente passadas algumas décadas da publicação de sua obra, encontrar um maior número de admiradores.

No âmbito latino-americano, a franqueza da não-identidade, presente no gênero ensaio, trouxe a alguns críticos, entre eles o uruguaio Hugo Achugar e o porto-riquenho Julio Ramos, estímulos importantes para o estabelecimento de considerações em relação a esse impreciso, aberto e fragmentado espaço textual. Para Achugar, o ensaio tem possibilitado a mais franca forma de expressão dos pensadores subcontinentais, pois, é através dele que se propaga o “balbucio teórico” de intérpretes preciosos, como José Enrique Rodó e Manoel Bomfim. Defende Achugar que:

O discurso teórico latino-americano não costuma apresentar-se em forma de ‘tratado ou curso sistemático e metódico’, mas sob a forma menos rigorosa do ensaio e do artigo e, inclui, não só ‘teóricos puros’ ou ‘críticos’ latino-americanos – como Afonso Reyes, Pedro Henríquez Ureña, etc. – mas também, sempre, segundo as palavras de Retamar, ‘protagonistas de nossa literatura’ – como Martí, Darío, etc. Ao que parece, não é possível ou não é aconselhável, o ‘tratado ou curso sistemático e metódico’, mas o ‘balbucio teórico’: o ensaio, o artigo e o discurso [...] (ACHUGAR, 2006, p.38).

Em *Desencontros da modernidade na América Latina*, Julio Ramos traça uma instigante relação entre literatura e política no século XIX, período que experimenta uma significativa revolução tecnológica. Para tanto, tem como objeto central de análise a leitura das crônicas do cubano José Martí, na época em que este trabalhava como correspondente latino-americano em Nova York. Nesse longo estudo, investiga também a “especialização da crítica da especialização”, uma vez que autores como José Martí e José Rodó, cientes de viver um acelerado processo de fragmentação do saber, tecem críticas à divisão do trabalho, ramificado em especializações atomizadas. Refletindo sobre esta crise, Ramos observa a importância do ensaio como forma de “elaboração dessa estratégia de legitimação, defensora e ao mesmo tempo produtora da cultura” (RAMOS, 2008, p.246). A seguir, de maneira mais direta, observa:

Não é casual que nas primeiras décadas deste século [XX] o ensaio prolifere concomitantemente ao projeto culturalista. A *forma* do ensaio representa o lugar ambíguo do literato perante a vontade

disciplinar, característica da modernização. O ensaio – entre a poesia e a ciência, como dizia Lukács – resiste à norma da pureza discursiva, à regulamentação dos discursos especializados. O ensaio opera *sobre* estes discursos, tomando-os como matéria-prima do olhar integrador, ainda que nunca definitivo (teórico), da cultura. O ensaio é a forma da metaespecialidade, reflexão sobre a especialização e crítica da mesma (RAMOS, 2008, p.246, grifos do autor).

Diante desses levantamentos, podemos compreender com mais clareza a acentuada tendência dos intérpretes sociais latino-americanos de optar pelo gênero ensaio ao desenvolver suas teorias e reflexões a respeito do continente americano. Nas palavras de Hugo Achugar, seria esse um “balbucio teórico”, porém, cumpre dizer, é um balbucio audível e bem articulado, pois expressa pensamentos profundos de uma realidade extremamente multifacetada e complexa. Para continuarmos com a metáfora de Achugar, devemos antes observar que esse balbucio está muito mais próximo da ideia de escassez da atividade analítica de qualidade em espaço latino-americano, do que balbucio no sentido de imperfeição desse trabalho. Essa última imagem de balbucio não condiz com este campo do pensar que já contou com representantes notáveis como José Martí, Manoel Bomfim, José Enrique Rodó, Sérgio Buarque de Holanda, Octávio Paz, Darcy Ribeiro e Roberto Fernández Retamar, para citar apenas alguns exemplos.

No que concerne ao aspecto híbrido do gênero ensaio, observamos que ele realmente dá margens a múltiplas interpretações. Uma obra-prima da literatura brasileira como é o livro *Os sertões*, de Euclides da Cunha, foi durante algum tempo lido como um registro histórico e científico da Guerra de Canudos, bem como da terra e do homem sertanejo. A esse respeito, Afrânio Coutinho, na *Enciclopédia de literatura brasileira*, em verbete destinado ao livro *Os sertões*, de Euclides da Cunha, observa:

O problema elementar de crítica em relação a *Os sertões* é o da sua classificação. A que gênero pertence? Muito tempo, a interpretação da obra foi dominada pelas teorias que a viam como um estudo social e histórico de um povo e de sua situação. Empréstaram-lhe caráter de objetividade científica, encararam-na como o produto da observação direta, como uma narração imparcial de fatos e uma sisuda história de acontecimentos críticos, ainda reforçada essa observação pelo tom científico que nela se lobiou (COUTINHO, 1989, p.1238).

Somente muitas décadas após a publicação de *Os sertões*, as pesquisas em literatura começaram a realçar a natureza predominantemente literária dessa narrativa de extração histórica. Coutinho elenca alguns dos primeiros críticos que abordaram a escrita euclidiana sob um viés literário; são eles: João Ribeiro, José Calasans, Eugênio

Gomes e Carlos Pontes.<sup>23</sup> Após o trabalho destes críticos inauguradores, pôde-se conhecer a obra sob o viés de leitura que temos hoje, chegando-se a uma análise da escrita do autor carioca como a observada no fragmento a seguir:

O acontecimento servia-lhe de escorva à imaginação criadora; o escritor frequentemente modifica, deforma os fatos pela lente da imaginação, transfigura-os pelo processo artístico. Em vez de cronista dos acontecimentos, é um artista que parte deles para construir um mundo novo, o da arte. O livro participa, assim, da natureza dos poemas heroicos, e o seu autor é um artista de gênio, que via a realidade, mas construía o seu quadro de conformidade com o seu temperamento, com a sua visão transfigurada. O nervo do livro, seu objetivo, seu alvo, não é a descrição científica do sertão e da sociedade sertaneja, mesmo porque a parte científica está morta, presa a concepções científicas superadas. O que sobreleva a tudo é a sua parte artística – no conteúdo trágico, na pintura dos tipos, na movimentação interna, no estilo (COUTINHO, 1989, p.1238).

Os aspectos detectados por Afrânio em relação aos escritos de Euclides da Cunha, também estão presentes nos trabalhos de Bomfim e Rodó. Não pretendemos com isso afirmar que *A América Latina* e *Ariel* possam ser lidos como duas obras de pura ficção, porém, é inegável que o elemento ficcional é um ingrediente de fundamental importância na constituição discursiva destes ensaios. Dessa forma, também não podemos encará-los como livros de História Social da América Latina, uma vez que é marcante o tom subjetivo e simbólico da linguagem empregada, bem como o viés interpretativo evidenciado nos recortes que fazem dos acontecimentos factuais. Com isso, concebemos estes textos como narrativas de extração histórica que possuem um alto teor de literariedade em sua constituição.

### **Recursos de linguagem em *A América Latina***

*Num livro contemporâneo de Os sertões, o  
Canaã de Graça Aranha, perpassa a utopia  
de um mundo justo*

(Franklin de Oliveira, referindo-se a *A América Latina* em “O nascimento de uma nação”)

---

<sup>23</sup> João Raimundo Ribeiro foi jornalista, poeta e contista; José Calasans foi ensaísta e folclorista; Eugênio Gomes dentre muitas de suas atividades intelectuais, dedicou-se à crítica literária; Carlos Pontes, competente biógrafo alagoano.

A formação em medicina de Manoel Bomfim foi decisiva para a definição de seu ponto de vista interpretativo e se revela de maneira clara quando, ao desenvolver sua leitura histórica da América Latina, elabora como argumento central, uma explicação metafórica do ato de exploração iniciado no período colonial, tratando-o como uma relação análoga ao parasitismo biológico. Convém lembrar que o curso de medicina daquela época apresentava como matérias obrigatórias o estudo zoobiológico; deste modo, os exemplos de parasitismo tão frequentes na natureza das plantas e dos insetos circulavam com grande naturalidade na mente criadora do jovem autor. Essa familiaridade com o universo zoobiológico fica explícita quando emprega os exemplos de parasitismo em formigas, abelhas, cochonilhas etc, costurando-os com um discurso social.

Nos organismos sociais inferiores, as cochonilhas se adaptam de tal forma a ser parasitadas pelas formigas, que perdem até a faculdade de desembaraçar-se por si mesmas do líquido açucarado de que, sobre elas, se alimentam as formigas parasitas. Os grupos humanos oferecem-nos grande número de exemplos análogos. As classes inferiores e mecânicas se adaptaram a viver em condições de pobreza, desconforto e miséria que parecem incompatíveis com a vida. Os escravos negros – coagidos pelo açoite – adaptaram-se, habituaram-se a trabalhar o mais possível e a viver com o mínimo de conforto de alimentação; os que se não afaziam a isto pereciam. Assim morreram os milhões de africanos importados para engordar os colonos espanhóis e europeus (BOMFIM, 2005, p.140).

Nesse excerto, o autor inicia falando do enfraquecimento vivido pelas cochonilhas na relação que estabelecem com as formigas, “perdem até a faculdade de desembaraçar-se [...] do líquido açucarado”, e termina dizendo que os escravos negros precisavam habituar-se a ter o “mínimo conforto de alimentação”, o que de certa forma os levariam a embaraçar-se nos metafóricos “líquidos açucarados”, que seriam, nesse caso, o produto extraído da assimétrica relação com o trabalho humano. De um lado, homens enfrentando toda sorte de doenças contagiosas, torturas e assassinatos bárbaros; de outro, fartos colonos espanhóis e portugueses. Assim, as “cochonilhas africanas” seriam associáveis às cochonilhas presentes na natureza, pois o traço da exploração perpassa a ligação formigas-cochonilhas, chegando à relação escravos africanos-colonizadores europeus.

Há, contudo, inúmeros outros empregos de passagens metafóricas ao longo da narrativa, que não se referem diretamente ao ato de exploração parasitária. Este artifício metafórico dá ao texto de Bomfim um caráter extremamente imagético e de rápida

assimilação, na medida em que torna prático o seu argumento. Assim, os exemplos visivelmente verificáveis na esfera natural oferecem um alto poder de convencimento, pois ilustram com resultados práticos alguns fatos observados nas sociedades latino-americanas. Dentre tantos exemplos, destacamos os seguintes:

A sociedade é um organismo em evolução, um corpo em movimento, total, contínuo, integral – como o de um rio no seu declive; os conservadores põem-lhes diques, suspendem o progresso normal: as águas, as injustiças acumulam-se, e, um dia o peso rompe o dique – é a revolução social; foram os conservadores que a prepararam (BOMFIM, 2005, p.181).

Os animais rudimentares são muito mais variáveis e adaptáveis que aqueles de organização complexa; os povos jovens são mais progressistas – adaptáveis – que os povos feitos, presos a um passado, que ora os seduz, ora os domina (BOMFIM, 2005, p.261).

Como é possível perceber, o artifício metafórico dá ao texto do autor um caráter subjetivo. Deste modo, não segue um percurso metodológico em que se privilegiam as provas e conclusões, como é próprio dos tratados e teses científicas, ao contrário, a metáfora anuvia o acesso à verdade, fazendo do parasitismo um conceito chave para uma interpretação da história latino-americana que se quer particularizada. Como o próprio Bomfim adverte: “[...] seria fácil impingir teorias e conclusões sociológicas, destemperando a linguagem e moldando a forma à hipócrita imparcialidade, exigida pelos críticos de curta vista” (BOMFIM, 2005, p.38).

Desse modo, o recurso metafórico, por seu alto valor expressivo, é o que singulariza a análise sócio-histórica do sergipano e traz importantes traços estilísticos ao ensaio, conferindo o caráter experimental observado por Max Bense. Portanto, o presente estudo se propõe justamente a destacar estes traços especiais de escrita, com o intuito de tentar demonstrar o quanto o trabalho ensaístico pode se valer de elementos tradicionalmente presentes na prosa literária.

## **O universo ficcional de *Ariel***

*Uma paráfrase de A tempestade recriada com elementos da época. Mas apanhando metáforas e tipologias que continuam a desafiar o pensamento latino-americano, da mesma maneira que o europeu e o norte-americano*

(Octavio Ianni, “Apresentação do livro *Ariel*”)

José Enrique Rodó, assim como Bomfim, se lançará no hercúleo esforço de pensar a América que lhe surgia às faces em 1900. Dados advindos de informações biográficas do uruguaio também são relevantes para a compreensão do espírito da obra. Rodó, ao contrário de Bomfim, não conclui sua formação acadêmica e, assim, vive em maior grau seu autodidatismo, o que o leva a desenvolver inclinações intelectuais singulares.

Profissionaliza-se ainda jovem como crítico cultural e literário. Também ministra aulas de literatura e desde muito cedo escreve em periódicos literários. Demonstra acentuada admiração pela cultura clássica grega, ao mesmo tempo em que se apresenta como um profundo conhecedor dos escritores canônicos europeus do período moderno. Por essa razão, sua apropriação de personagens da obra *A tempestade* (1611), de William Shakespeare, faz parte de uma predisposição autêntica do seu perfil de leitor. Rodó é um admirador confesso de autores e obras renomados pela tradição europeia; deste modo, estão presentes em seu ensaio nomes como Johann Wolfgang von Goethe, Ernest Renan, Gustave Flaubert, Thomas Carlyle, Auguste Comte entre outros.

Enquanto o brasileiro Manoel Bomfim traça desvios e estabelece novas imagens seguindo leituras advindas de sua mais familiar área do conhecimento, situada na fronteira entre o universo biológico e sociológico, o estudo social proposto por Rodó vai explorar outra fronteira, a do universo social e filosófico com a produção artística. Retoma, assim, o drama shakespeariano, escrito 289 anos antes, e desenvolve um minucioso trabalho de caracterização dos personagens, além de privilegiar outros elementos da narrativa.

Há, em *Ariel*, logo no início, uma descrição do espaço onde a *diegese* ocorre: “Já haviam chegado à ampla sala de estudos”. Trata-se de uma sala repleta de livros, em que a presença dos alunos (ou discípulos) é um elemento imprescindível para a concretização do diálogo entre o mestre – um senhor avançado em idade que compartilha suas experiências, reflexões e sonhos – e os jovens aprendizes que o ouvem atentamente<sup>24</sup>. Dispostos em círculo, em torno do guia intelectual, acabam por centralizar, materialmente e espiritualmente, a sabedoria daquele que, por alusão, denominam de Próspero.

---

<sup>24</sup> Rodó repete a estrutura dos diálogos de Platão em que temos Sócrates falando para os jovens discípulos.

Além do espaço, o tempo também é trabalhado de maneira representativa. Findo um ano de trabalhos contínuos com aquela turma, todos agora estão se despedindo. Essa referência inicial – o tempo da história – é retomada ao final do ensaio quando os alunos se dispersam e saem a caminho de seus próprios afazeres, com o intento de colocar em prática as reflexões transmitidas pelo professor.

Contudo, na fala de Próspero, ou melhor, em seu discurso ao longo daquela última preleção, há um recuo temporal ao passado histórico. Neste itinerário, passa-se pela Grécia, pelos primeiros cristãos, pela origem das tradições latinas e anglo-saxônicas, até chegar aos acontecimentos mais próximos do presente imediato daquela aula, momento em que se discutem as diferenças entre o espírito utilitário norte-americano e o idealismo racional proposto como alternativa ideal para a porção latino-americana. No entanto, o que mais singulariza este ensaio é o trabalho de caracterização dos personagens, aspecto que será melhor abordado adiante.

## PERSONAGENS SIMBÓLICOS

### Parasitas e parasitados

*Seu conceito de “parasitismo social” é  
essencialmente uma linguagem, um  
paradigma, através do qual, falando de  
coisas mais evidentes, visíveis e explicadas,  
ele as utiliza como alegorias para  
esclarecer o recôndito do ser nacional  
invisível*

(Darcy Ribeiro, “Manoel Bomfim,  
antropólogo”)

Podemos afirmar que há na escrita da narrativa histórica de Manoel Bomfim uma insistente recorrência a elementos ficcionais. Para confirmar essa interpretação, lançaremos mão de alguns aspectos básicos presentes nas narrativas literárias. Logo nas primeiras páginas do ensaio, há um ingrediente imprescindível para o desenvolvimento da ação em muitas obras ficcionais, ou seja, a presença de um destacado antagonismo de

forças. Com isso, podemos separar os elementos em dois grupos conflitantes: os parasitas e os parasitados.

Ao longo de toda história, o parasita carrega traços de extrema vilania. Este personagem de aspecto cruel está a cargo de um *alguém* social não particularizado, por ser mais genérico que o indivíduo. De toda maneira, traços de perversidade e banditismo são, por diversas vezes, associados aos navegadores, descobridores e colonizadores ibéricos. Espanha e Portugal passam a assumir, desse modo, o papel de antagonistas em *A América Latina*, realizando ações de saques e rapinas.

As consequências destes atos estão sugeridas em afirmativas como: “Pelo caminho da ignorância, da opressão e da miséria, chega-se naturalmente, chega-se fatalmente, à depravação dos costumes” (BOMFIM, 2005, p.126). Ou ainda, em posicionamentos mais diretos, em que as atitudes do personagem-parasita são centralizadas em suas ações:

O espanhol, que apenas iniciara o seu parasitismo sobre a América, por essa forma depredadora, adaptou logo suas tendências e apetites naturais às condições novas que se lhe ofereciam. Enquanto houve riqueza acumulada, ele foi depredador, guerreiro, conquistador. Esgotaram-se as riquezas, ele fez-se imediatamente sedentário. (BOMFIM, 2005, p.113)

Entrando em sintonia com a narrativa elaborada por Silviano Santiago em *As raízes e o labirinto da América Latina*, onde estabelece um diálogo entre dois intérpretes latino-americanos – o brasileiro Sérgio Buarque de Holanda, autor de *Raízes do Brasil* (1936), e o mexicano Octávio Paz, autor de *O labirinto da solidão* (1950) –, percebe-se que o trabalho ensaístico de Manoel Bomfim proporciona, do mesmo modo que a dupla privilegiada por Santiago, a construção de *tipos humanos*. Nas palavras do comparatista:

Os dois intérpretes [Sérgio Buarque de Holanda e Octávio Paz] deveriam eleger no catálogo *alguém* que, sendo singular, fosse um *tipo humano*: alguém que, no contexto ocidental, viesse a ser o mais apropriado dos possíveis representantes da atualidade civilizacional latino-americana. Teriam de eleger um tipo humano que a escrita ensaísta poderia elevar à condição de “*round character*” (personagem complexo), para nos valer da nomenclatura de E. M. Foster, em *Aspects of the novel* (SANTIAGO, 2006, 1926, grifos do autor).

A categoria de *round character* se configura e se esclarece quando Foster observa: “O teste para uma personagem redonda está nela ser capaz de surpreender de



modo convincente. Se ela nunca surpreende, é plana. Se não convence, é plana pretendendo ser redonda” (FOSTER, 1969, p.61).

Ao contrário da leitura de Santiago em relação à Buarque de Holanda e Paz, a personagem-parasita construída por Bomfim não parece viver um processo marcadamente transformador. Por mais que passe de um primeiro estágio – o parasitismo depredador –, para um novo modo de proceder – o parasitismo sedentário –, o fato é que o parasita, representando a coletividade portuguesa e espanhola, inicia a narrativa como um exemplo negativo e assim permanecerá até a última página. Prova dessa mudança desprovida do elemento surpresa, o leitor encontra diante de observações tais como:

Agora, o intento é mostrar, apenas, na sucessão cronológica da vida das nações ibéricas, como elas viveram sempre, desde o primeiro momento de uma vida parasitária; como se educaram nessas depredações; como se viciaram e se perverteram; como, de guerreiras por necessidade, passaram a aventureiras por educação, e como, de aventureiras e depredadoras, se fizeram parasitas sedentárias (BOMFIM, 2005, p.116-117).

Tendo em vista este acentuado aspecto vilanesco dos personagens parasitas, representados pelos “conquistadores” ibéricos, o parasita torna-se o principal responsável por degradar e arruinar a vida daquele a quem Bomfim atribui, em sua obra, um caráter heroico: o parasitado. Mesmo que este heroísmo se assemelhe muito mais aos observados em protagonistas como o vaqueiro Fabiano de *Vidas secas*, do escritor alagoano Graciliano Ramos, o fato é que há em *A América Latina* uma nítida polarização entre duas forças antagônicas que impelem, do início ao fim, toda a ação que este ensaio possui. A figura do parasitado passa a ser representada por exemplos de personagens sociais historicamente oprimidos ou explorados. Entretanto, três *tipos humanos* tornam-se emblemáticos no todo da obra, são eles: o sertanejo, o escravo e o índio; estes serão individualmente abordados a seguir.

## O sertanejo

*E se somos Severinos  
iguais em tudo na vida,  
morremos de morte igual,  
mesma morte severina:  
que é a morte de que se morre  
de velhice antes dos trinta,  
de emboscada antes dos vinte  
de fome um pouco por dia  
(de fraqueza e de doença  
é que a morte severina  
ataca em qualquer idade,  
e até gente não nascida)*  
(João Cabral de Melo Neto, “Morte e vida  
Severina”)

O primeiro deles que vamos analisar representa, nas palavras de Darcy Ribeiro, um elemento do sertão e seu “vasto reservatório de força de trabalho barata” (RIBEIRO, 2006, p.313). Caracteriza-se por certo isolamento das demais populações litorâneas, o que frequentemente acarreta traços de arcaísmo cultural e religioso, ao mesmo tempo, apresenta inúmeras peculiaridades adaptativas ao meio, revelando uma rusticidade e um laconismo singulares. Manoel Bomfim aborda, em sua análise, esse personagem social brasileiro. A citação a seguir revela seu ponto de vista frente à realidade sertaneja:

Que iniciativa se pode esperar de populações ignorantes e paupérrimas? Que é que podem fazer 30 ou 40 criadores rotineiros, incultos, espalhados por 20 ou 30 léguas de sertão, no sentido de debelar as secas, por exemplo? Nada. Atrasados, obstinadamente tradicionais, ignorantes de tudo que se faz pelo mundo, eles veem o gado crescer à lei da natureza, deixando que se reproduza indistintamente toda novilha que se criou, grande ou pequena, boa ou má. Quando um pasto se esgotou, transporta a manada a outro, até o dia em que vem a seca: os campos estorricam, as fontes se estancam, os regatos ficam em poeira, e, num raio de 10, 12 léguas, não há um poço onde a criação se possa desalterar – nem pastos, nem água!... Impotente, desesperado, ele vê morrer, um a um, todo o rebanho... Quando passar o flagelo, ei-lo que recomeçará a criar, se ainda lhe restar com que adquirir um ou dois casais de bois e cabras enfezadas. Contra a seca, que poderia ele fazer? Promover a construção de barragens e açudes, semear poços artesianos, recorrer a irrigação?... Mas eles nem *sabem* que existem estas coisas!... (BOMFIM, 2005, p.221, grifo do autor).

Como é possível perceber, Bomfim traz em sua leitura um discurso transformador em relação aos habitantes do semi-árido nordestino. Não lançará mão de uma visada determinista para dizer que o meio é o elemento causador do processo de atraso e pobreza vivido por aquelas populações. Contrário a essa interpretação cientificista, tão em voga nos dias em que escreve seu livro, buscará entender a problemática sertaneja valendo-se do próprio descaso que as políticas públicas e as organizações sociais do país demonstram ter frente ao caso.

Para Bomfim, o sertanejo não consegue construir sozinho a sua autocapacitação técnica ou promover alternativas para o desenvolvimento econômico regional; para isso, necessita de incentivos e instruções advindos de estratos sociais mais elevados. Por essa razão, observa: “contra a seca, que poderia ele fazer? Promover a construção de barragens e açudes, semear poços artesianos, recorrer a irrigação?... Mas eles nem *sabem* que existem estas coisas!... (BOMFIM, 2005, p.221, grifo do autor).

A seguir, valendo-se de ferramenta do processo narrativo ficcional, desenvolve uma espécie de análise mental, transferindo a voz ao sertanejo. Busca fazer inferências de suas reflexões mais subjetivas e, deste modo, enriquece o poder argumentativo de seu texto, expondo com mais clareza seu posicionamento:

Vivem num estado absolutamente primitivo – e querem, os governantes, que eles, por um esforço próprio, por simples inspiração, diante do desastre, quando a única riqueza, representada pelos rebanhos, já desapareceu – querem que eles nestas circunstâncias, digam de si para si: “Não, agora, quero ser um homem de progresso; vou aprender a ler e escrever; vou instruir-me, para saber como é que os outros homens combinam para achar os meios de fazer barragens e açudes, vou aprender a fazer irrigações...” (BOMFIM, 2005, p.221).<sup>25</sup>

Graciliano Ramos, em seu romance *Vidas secas*, também registrará importantes denúncias em relação à situação do homem sertanejo. O “parasitado” Fabiano e sua família são vítimas abandonadas, mudas e distantes, vagando na região do semi-árido nordestino. Entretanto, uma possível leitura da denúncia expressa por Ramos é de que este homem e sua família só vivem esse presente trágico, pois existem muitas omissões sociais de setores públicos que deveriam agir. Na construção histórica deste descaso, Bomfim encontra rapidamente a fonte dos problemas: nossos “males de origem”, ou seja, nosso passado de exploração. Graciliano parece dizer o mesmo, no entanto, sem

---

<sup>25</sup> Observa-se que o verbo passa para a primeira pessoa do singular do presente do indicativo – recurso linguístico que proporciona uma hipotética análise mental do personagem parasitado.

precisar dizer. A arte de sua obra não visa em primeira instância persuadir o leitor sobre o problema da seca, ela, quer ser, sobretudo, a representação da seca vida humana. O fragmento abaixo nos proporciona uma descrição do personagem Fabiano, evidenciando a presença de um enorme conjunto de ausências, tanto no plano material quanto no plano intelectual:

Vivia longe dos homens, só se dava bem com os animais. Os seus pés duros quebravam espinhos e não sentiam a quentura da terra. Montado, confundia-se com o cavalo, grudava-se a ele. E falava em língua cantada, monossilábica e gutural, que o companheiro entendia. A pé, não se aguentava bem. Pendia para um lado, para o outro, cambaio, torto e feio. Às vezes utilizava nas relações com as pessoas a mesma língua com que se dirigia aos brutos – exclamações, onomatopeias. Na verdade falava pouco [...] (RAMOS, 1970, p.55).

Outro importante retratista da realidade sertaneja foi o contemporâneo de Bomfim, Euclides da Cunha. Em *Os sertões*, o autor debruça-se sobre o sertão baiano e dessa perspectiva propõe uma reflexão sobre o Brasil. Em pleno processo de mudança política – Monarquia para República – bem como de transformações modernizadoras – urbanização e imigração – Euclides, que inicialmente se posicionava como um jornalista republicano ao lado da ciência, passa a rever seus pressupostos e encontra no sertanejo antes de tudo uma fortaleza, em uma terra que surpreende Euclides por suas características singulares. A luta também é revista pelo autor, que questiona, ao final, a raivosidade do numeroso exército diante de quatro sobreviventes do arraial. No fragmento a seguir, tem-se a descrição euclidiana da figura do personagem sertanejo:

É desgracioso, desengonçado, torto. Hércules-Quasímodo, reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos. O andar sem firmeza, sem aprumo, quase gigante e sinuoso, aparenta a translação de membros desarticulados. Agrava-o a postura normalmente abatida, num manifestar de displicência que lhe dá um caráter de humildade deprimente. A pé, quando parado, recosta-se invariavelmente ao primeiro umbral ou parede que encontra; a cavalo, se sofreia o animal para trocar duas palavras com um conhecido, cai logo sobre um dos estribos, descansando sobre a espenda da sela. Caminhando, mesmo a passo rápido, não traça trajetória retilínea e firme. Avança celeremente, num bambolear característico, de que parecem ser o traço geométrico os meandros das trilhas sertanejas. E se na marcha estaca pelo motivo mais vulgar, para enrolar um cigarro, bater o isqueiro, ou travar ligeira conversa com um amigo, cai logo – cai é o termo – de cócoras, atravessando largo tempo numa posição de equilíbrio instável, em que todo o seu corpo fica suspenso pelos dedos grandes dos pés, sentado sobre os calcanhares, com uma simplicidade a um tempo ridícula e adorável (CUNHA, Euclides da. 1979, p.91).

Como é possível perceber, a temática do parasitismo social perpassa a obra de um grande número de autores literários brasileiros. Embora “parasitismo” seja um termo bomfiniano e, por essa razão, fique muitas vezes restrito às discussões propostas por Manoel Bomfim em *A América Latina*, o fato é que o tema da exploração social é muito caro também à literatura.

## O escravo

*Quem são estes desgraçados  
Que não encontram em vós,  
Mais que o rir calmo da turba  
Que excita a fúria do algoz?  
[...]  
São guerreiros ousados  
Que com os tigres mosqueados  
Combatem na solidão.  
Ontem simples, fortes, bravos...  
Hoje míseros escravos,  
Sem luz, sem ar, sem razão...  
(Castro Alves, “O navio negreiro”)*

O segundo representante máximo a funcionar como resposta direta do processo parasitário, o escravo, também é abordado de modo especial no ensaio de Bomfim. Utilizando-se de uma descrição minuciosa, passa a focalizar a situação de servidão vivida pela “escravaria ignara”. O ato de descrever um objeto, embora seja uma tarefa mais contemplativa e estática, assume na escrita de Manoel Bomfim uma função ativa, de denúncia de uma condição. Em relação à técnica da descrição, o filólogo Othon M. Garcia, tece importantes considerações:

A finalidade da descrição é transmitir a impressão que a coisa vista (um acidente, um assalto, uma festa) desperta em nossa mente através dos sentidos. Ela é mais do que fotografia, porque é interpretação também, salvo se se trata de descrição técnica e científica (GARCIA, 2003, p.246).

Como já observamos, pelo fato de Manoel Bomfim não seguir a risca o discurso científico legitimado pela prática em voga, sua descrição não se revela, como sugere Garcia, uma fotografia, dado seu aspecto de “descrição técnica e científica”. Ao menos não se assemelha à fotografia no sentido de apreensão precisa da realidade observada. Se quisermos pensá-la como uma fotografia, ela será, no mínimo, estilizada, com

ampliações em detalhes e descentralizações de pontos comumente postos em destaque. Observando-se a imagem produzida na passagem a seguir, temos uma melhor compreensão da nova focalização proposta por Bomfim:

Em toda fazenda havia um quarto – uma prisão aparelhado com dois ou três troncos, gargalheiras, cepos, correntes... Ali apodreciam, invariavelmente, um ou dois negros. Pela manhã, ao tempo em que se marcavam as tarefas aos outros escravos, esses que no *quarto do tronco* expiavam o crime de haver *fugido* ao trabalho devorador – esses recebiam a refeição quotidiana, de bolos ou açoites, quatro ou cinco dúzias, aplicadas com todo requinte sobre as carnes doloridas, inflamadas, sensíveis como uma chama muitas vezes magoada e renovada. Levantava-se o desgraçado, bambas as pernas pela abstinência, trôpegas, atormentadas, da posição contrafeita e dolorosa no *tronco*, pisados os músculos, emaciado o rosto, apagados os olhos pelo sofrer acumulado; as mãos, inchadas, não se fecham, túrgidas, luzentes; a sãnie transuda por entre os dedos abertos; a pele rachou desde os primeiros dias; as unhas já caíram; as costas estão em carne viva... O miserável, num desvario de bruto, estende a mão ao executor. Cai o primeiro bolo, soa um grito, uivo e lamento, gemido violento de todas as dores que acordam... E os golpes se repetem: é um – Ai!... Ai!... contínuo, como uma vida que se esfrangalha, uma alma que se esgota. O lamento desesperado passa travando os corações, num acento de miséria que transpassa os ânimos; envenena, alucina... Um espírito justo, a ouvir aquele grito cinco minutos enlouqueceria... (BOMFIM, 2005, p.164-165).

A cena descrita acima, com todo requinte de detalhes, revela a predisposição do autor em, como bem observa Antonio Candido, dar vazão à sua “imaginação histórico-social”. Bomfim preenche as lacunas deixadas pela história, principalmente aquelas que diziam respeito aos grupos socialmente excluídos, utilizando-se de sua fértil criação ficcional. Exemplo disso é o brutal fragmento a seguir:

Cai o madeiro bruto [...] soa o bolo, reabrem-se todas as carnes rachadas, espirra o sangue negro das pontas dos dedos, centenas de salpicos vão engrossar a camada nauseabunda, que forma, na parede, uma barra contínua em torno de todo quarto: uma faixa de sangue que tem espirrado das mãos que, diariamente, há um século, talvez, recebem ali, àquela hora, a sua refeição de bolos... (BOMFIM, 2005, p.165).

O intuito do autor é denunciar, por meio do teor agressivo de seu relato, a desumanidade que foi a escravidão. As minúcias e o cuidado na descrição se justificam uma vez que o autor acredita ser o escravo o maior representante do *tipo humano* parasitado. Note-se: “A colônia é parasitada; mas, mesmo dentro da colônia, o

parasitismo se exerce. Em suma, a vítima das vítimas é o escravo, e este é o único que não tem voz, nem para queixar-se!...” (BOMFIM, 2005, p.131).

Na ânsia de buscar o teor exato da injustiça e dos infortúnios vividos pelos escravos, Bomfim abandona o rigor factual, que a responsabilidade de historiar o passado impunha, e se envolve na magia do relato, quebrando com a certeza científica na medida em que centraliza detalhes que dão maior impressão da realidade crua dos fatos. Se por um lado isso o afasta do espírito historicista hegemônico no Brasil daquele momento, por outro, revela a sensibilidade de um autor que, já na introdução da obra, evidencia seu posicionamento crítico em relação às regras científicas da época e admite não ocultar em momento algum sua subjetividade: “Como seria fácil impingir teorias e conclusões sociológicas, destemperando a linguagem e moldando a forma à hipócrita imparcialidade, exigida pelos críticos de curta vista!...” (BOMFIM, 2005, p.38).

O realce dado ao escravo na narrativa de Bomfim era fruto da parca existência de análises sobre este personagem social brasileiro, importado da África. O abolicionista Joaquim Nabuco, demonstrando em seu discurso existir uma carência de registro capaz de oferecer o outro lado da questão, afirma:

Diz-se que entre nós a escravidão é suave, e os senhores são bons. A verdade, porém, é que toda a escravidão é a mesma, e quanto à bondade dos senhores esta não passa da resignação dos escravos. Quem se desse ao trabalho de fazer uma estatística dos crimes ou de escravos ou contra escravos; quem pudesse abrir um inquérito sobre a escravidão e ouvir as queixas dos que a sofrem, veria que ela no Brasil ainda hoje é tão dura, bárbara e cruel, como foi em qualquer outro país da América. Pela sua própria natureza a escravidão é tudo isso, e quando deixa de o ser, não é porque os senhores se tornem melhores, mas sim, porque os escravos se resignaram completamente à anulação de toda a sua personalidade (NABUCO, 2000, p.93).

Nabuco destaca, em período anterior à abolição da escravatura – 1883 –, um ponto sombrio na relação entre senhores e escravos: os castigos aplicados por aqueles contra estes. Levantando a ideia de se “abrir um inquérito sobre a escravidão” para uma melhor avaliação de seu aspecto bárbaro e cruel, Nabuco busca fazer uma denúncia contra as forças conservadoras dominantes no país. Em *O abolicionismo*, a manutenção da escravidão é vista como um elemento gerador da estrutura arcaica e corruptível da nação; por essa razão, amplia o conceito de escravidão, tomando-o como o eixo de sua interpretação da sociedade brasileira. Sua influência maléfica, como observa Roberto

Ventura, “estenderia às diversas esferas sociais, desde os cativos, agregados e moradores até a camada dos proprietários, políticos e burocratas” (VENTURA, 1999, p.337).

Manoel Bomfim, em período pós-abolicionista, ainda relembra a complicada relação estabelecida entre senhores e escravos. Em tom mais sensacionalista que Nabuco, oferece o desfecho trágico de alguns episódios envolvendo esses grupos antagônicos:

Não havia nada de humano nas relações de *senhor* e escravo. Arrancado à selva nativa, abandonado aqui à ganância implacável do colono, o pobre africano só tinha um meio de libertar-se: a morte. Quantos milhares que aí procuraram descanso! Em certas fazendas – ainda em nossos dias, raro era o mês em que se não desciam das árvores dois, três cadáveres de negros, enforcados. Era o único meio de não pagar no tronco, na gargalheira, no *almoço* diário de dúzias de bolos, a tentativa de fuga” (BOMFIM, 2005, p.149, grifos do autor).

Podemos imaginar o quanto essa interpretação dissidente da relação de poder entre senhores e escravos deve ter causado aversão em muitos contemporâneos à primeira edição de *A América Latina*. Convém lembrar que o Brasil do início do século XX era dominado por uma elite extremamente conservadora, fato que Bomfim constata dentro de sua própria obra. Diante desse cenário, as ideias só poderiam ser polarizadas, uma vez que de um lado havia uma minoria abastada e segregacionista, enquanto de outro sobrevivia uma multidão de ignorantes. Assim, o discurso crítico de Bomfim só poderia se transformar em contradiscurso, ou seja, o avesso do revelado pela ideologia da elite dominante em 1905.

## O índio

*Um índio preservado em pleno corpo físico  
em todo sólido, todo gás e todo líquido,  
em átomos, palavras, alma, cor,  
em gesto, em cheiro, em sombra, em luz, em  
som magnífico.  
(Caetano Veloso, “Um índio”)*

O último integrante do parasitismo, compondo esse painel de parasitados, é o elemento indígena. Esse herói, segundo Bomfim, se destaca por apresentar algumas características: “A coragem, no índio, é feita sobretudo de uma quase absoluta



indiferença pela dor física e pela morte – é a impassibilidade. [...] são temerários sem arrojo, são valentes sem galhardia; são principalmente, obstinados, ferozmente obstinados” (BOMFIM, 2005, p.264).

Embora não haja um olhar completamente idealizado em relação ao indígena, como a prosa e a poesia romântica procuraram criar, há, ainda na perspectiva de Bomfim, uma exaltação da coragem e da energia física do índio. Percebe-se na caracterização do personagem indígena, em *A América Latina*, alguns ecos das poesias americanas de um Gonçalves Dias, quando este descreve, por exemplo, o destemor do nativo em relação à morte: “Um dia vivemos!/ O homem que é forte/ Não teme da morte” (DIAS, 2002, p.68).

Seu discurso de valorização indígena não busca, porém, elevá-lo a uma posição mítica de herói grego climatizado no Brasil,<sup>26</sup> mas sim encontrar no processo de releitura da história brechas que levem a um maior respeito à cultura e tradição ameríndia. Confirma esse intuito de reinterpretação histórica o fato de se voltar ao conflito entre Brasil, Argentina e Uruguai, de um lado, e o Paraguai, de outro, na famosa Guerra do Paraguai, mantendo um olhar transformador. Assim, irá deslocar o espelho que refletia um Paraguai digno de ódio e desprezo, para mostrar justamente um ângulo novo em que a imagem do país revela um povo guerreiro e arrasado ao mesmo tempo:

A guerra do Paraguai, na qual uma nação insignificante, de um milhão e pouco de habitantes, resiste, durante cinco anos, ao ataque combinado, encarnizado de três nações vizinhas, vinte vezes mais fortes do que ela, e resiste até que tenham sucumbido todos os homens válidos, e grande parte dos velhos, adolescentes e mulheres – até morrerem na luta 2/3 da população – essa guerra é um dos mais extraordinários exemplos de resistência coletiva que se conhecem. O modo pelo qual aqueles *descendentes de guaranis* afrontaram a morte é especial, deles (BOMFIM, 2005, p.264, grifos nossos).

Novamente, temos posto em realce o mito, extremamente difundido pela literatura indianista, de destemor e ousadia indígena ante os combates e a morte. Esse fato nos remete novamente ao primeiro verso da referida “Canção do Tamoio”<sup>27</sup>:

Não chores, meu filho;

<sup>26</sup> Nas palavras de Gonçalves de Magalhães (1811-1882), considerado nosso primeiro romântico histórico: “A poesia brasileira não é uma indígena civilizada; é uma Grega vestida à francesa e à portuguesa, e climatizada no Brasil”.

<sup>27</sup> Os tamoiós eram indígenas da tribo tupi que habitavam o território do atual Rio de Janeiro. Ficou conhecida a aliança que fizeram com os franceses na luta contra os portugueses.

Não chores, que a vida  
 É luta renhida:  
*Viver é lutar*  
 A vida é combate,  
 Que os fracos abate,  
 Que os fortes, os bravos  
 Só pode exaltar (DIAS, 2002, p.67, grifo nosso).

Ou mesmo, à segunda parte de “O canto do guerreiro”:

*Valente na guerra*  
 Quem há, como eu sou?  
 Quem vibra o tacape  
 Com mais valentia?  
 Quem golpes daria  
 Fatais, como eu dou?  
 – Guerreiros, ouvi-me  
 – Quem há, como eu sou? (DIAS, 2002, p.3-4, grifo nosso).

Todas essas insinuações de valentia indígena compõem o imaginário de Bomfim que, mesmo em face à Guerra do Paraguai, conservou seu olhar de admiração e respeito à coragem daqueles “descendentes de guarani”. Em *A América Latina*, ao referir-se a esse componente da tríade parasitada, sempre o situa como um personagem de carne e sangue que luta obstinadamente por sua liberdade.

O índio foi vencido, mas não se submeteu nunca; recuava, internava-se, sempre revel, sempre intratável. E, recuando, lutava sempre; perfidamente atacado e escravizado, defendeu-se perfidamente; respondeu ao massacre com as represálias. Nesta luta, que não cessou nunca, há, de parte a parte, requintes de crueldade – o branco perverso e implacável, o índio feroz, inumano. Quando o apanhavam, tratavam-no mais desapiedadamente que trataram depois ao negro. [...] O índio porém, menos brando que o africano – vingava-se” (BOMFIM, 2005, p.166).

Assim, percebemos que o índio é valorizado, ao longo do ensaio, por seus impulsos de coragem e destemor, travando lutas constantes com o colonizador ibérico, bem como, no caso da Guerra do Paraguai, com três nacionalidades inimigas. No entanto, o tom de sua análise não visa à construção de um mito de pureza e idealização, como ocorre em obras da tradição indianistas, ao contrário, essas figuras são dotadas também de aspectos de crueldade e inumanidade em muitos de seus comportamentos.

## William Shakespeare e *A tempestade*

*A tempestade apresenta um aspecto elíptico  
que sugere uma dimensão bastante  
simbólica.*

(Harold Bloom, “A tempestade”)

O intuito de investigar a relação existente entre dois textos de caráter distintos – um dramático, outro ensaístico –, pode parecer inicialmente um equívoco, mas esse pensamento logo é desfeito quando se observa que os textos convergem para um ponto central, uma vez que são construídos sob um mesmo tripé de personagens representativos.

O primeiro texto, *A tempestade* (1611), é um produto do dramaturgo inglês William Shakespeare (1564-1616). Refere-se a sua última peça teatral que, na opinião de Henry James, embora ofereça uma renovada harmonia artística, contempla uma história de menor significância, uma vez que seus acontecimentos se encaminham sem grandes emoções. Formalmente, subdivide-se em 5 atos, o primeiro e segundo, contando cada um com duas cenas; o terceiro com três cenas; o quarto e o quinto com uma cena cada um; somados a um epílogo.

Nessa história, temos um número aproximado de 15 personagens, uma vez desconsiderados o numeroso grupo de marinheiros e a equipe de espíritos que povoam a ilha. Desses 15, podemos destacar, em primeiro lugar, Próspero, o antigo Duque de Milão, expulso de suas terras por interesse de seu próprio irmão e sucessor, Antônio; Miranda, filha de Próspero, também condenada à expulsão do antigo ducado; Ariel, o espírito sublime que se encontrava preso a uma árvore da ilha ao qual se destinam Próspero e sua filha, e o monstro Caliban, figura assustadora e repulsiva, metade homem, metade peixe, filho da bruxa argelina Sycorax com um monstro marinho, que não se sabe ao certo se era um peixe ou um anfíbio.

Frank Kermode, em *A linguagem de Shakespeare*, desenvolve uma análise de *A tempestade* em que observa algumas características da história buscando situá-la, porém, em certa ordem cronológica. Esse exercício parece evidenciar a parca significância da história na peça, como observou anteriormente James:

Contar a história de *A tempestade* na ordem cronológica de seus acontecimentos – extrair o que alguns chamam a *fábula* do produto

completo – exigiria antes a descrição do maligno complô que expulsou o estudioso Próspero e sua filha Miranda, sua viagem em um barco que vazava água, e sua permanência de doze anos em uma ilha com dois outros habitantes, um espírito e um “escravo deformado”. Anos mais tarde, por sorte e alguma ajuda do mago Próspero, os criminosos conspiradores envolvidos em sua derrubada são atirados à praia na ilha, onde ficam à mercê do governante contra quem transgrediram” (KERMODE, 2006, p. 406-407).

Entretanto, o grande relevo é o poder simbólico que a tríade de personagens assume, levando inúmeros autores, tanto europeus como latino-americanos, recorrerem-se a eles para a construção de novos universos de significação. A tempestade é um artifício empregado por Próspero, com a ajuda de seu bom companheiro Ariel, visando colocar sob seu controle a vida de seus antigos inimigos que o haviam traído há aproximadamente 12 anos, usurpando de Próspero seu prestigiado cargo e seus poderes políticos em Milão.

Lançando mão de conhecimentos mágicos, Próspero faz uso da força dos ventos, do poder da chuva, de trovões e relâmpagos, entre outros elementos naturais, para mudar a rota dos tripulantes da embarcação que passavam próximo à ilha. A tempestade chega trazendo muito desentendimento entre eles, até o momento em que muitos são arremessados ao mar e obrigados a nadar em direção à costa da ilha, para sobreviver. Com a ajuda de Ariel, a tempestade permanece sempre sob controle, não ocasionando nenhuma vítima fatal. No entanto, a confusão os divide em diferentes grupos ilha adentro, cenário em que se dará o desenlace de toda trama.

O primeiro a alcançar a ilha a nado é Ferdinando, filho de Alonso, rei de Nápoles. O príncipe logo se encontra com Miranda, filha de Próspero, por quem se apaixona. O jovem casal busca, imediatamente, estabelecer um intenso envolvimento. Porém, Próspero, como forma de testar as verdadeiras intenções do jovem príncipe em relação à sua filha, obriga-o a exercer alguns trabalhos forçados, para que o príncipe tenha oportunidade de dar claras demonstrações do seu amor à tão doce e pura Miranda.

Os próximos a serem flagrados caminhando perdidos pela ilha é o grupo formado por Alonso; Sebastião, seu irmão; Antônio, irmão de Próspero; Gonçalo, um sábio e bondoso homem; e mais dois lordes, Adriano e Francisco. Esse grupo oferecerá elementos para o desenvolvimento de intrigas mais embaraçosas envolvendo ora os sentimentos de traição e inveja – Sebastião e Antônio –, ora boas reflexões estimuladas por Gonçalo.

Dois tripulantes bebedores, Trínculo e Estéfano, formam com Caliban o trio dos personagens aproveitadores, que apenas objetivam levar a cabo um plano para assassinar Próspero, e tomar posse da ilha. Contudo, proporcionam os aspectos mais cômicos presentes na história, uma vez que articulam seus conflitos humanos com altas doses de vinho.

Esses diferentes conjuntos de visitantes, a cada progresso da narrativa, vão-se aproximando e se afunilando por meio dos encantos orquestrados pelo servo Ariel. Até que uma última tensão os encaminha para o grande encontro final em que Próspero se revela a todos e emite seu discurso. Por fim, Próspero atira em alto-mar seu antigo livro de magia e quebra sua vareta mágica, para, assim, reassumir seus poderes de duque em Milão.

### **Dos palcos ao ensaísmo crítico de José Enrique Rodó**

*Há um lirismo disperso  
Nos ares...O próprio vento  
Esse bronco, esse praguento,  
Fala em verso.*

(Vicente de Carvalho, “Fantasias de luar”)

Passados 289 anos da data de elaboração da peça *A tempestade* (1611), o ensaísta uruguaio José Enrique Rodó buscará apropriar-se dos personagens centrais e empregá-los na construção desse que talvez seja seu texto de maior repercussão, cujo título faz uma referência direta à obra do dramaturgo inglês, uma vez que leva o nome de um de seus personagens centrais: *Ariel*.

Dividido em 6 partes, acrescidas de uma pequena introdução e conclusão, trata-se do registro de uma aula extraordinária contendo variados ensinamentos. Ao introduzir o assunto, o autor incide luz sobre um estimado professor, conhecido por seus alunos pelo nome de Próspero, “numa alusão ao sábio mago de *A tempestade* shakespeariana” (RODÓ, 1991, p.13). Ainda nesta parte, descreve uma primorosa estátua de bronze, apresentando Ariel no momento em que este efetuava seu mais surpreendente voo tendo como destino a liberdade. Essa estátua exerce um expressivo poder simbólico não apenas sobre o mestre, mas também sobre seus alunos, ajudando a compor, com cada livro que preenche as estantes da sala de estudos, uma atmosfera

apropriada para o estudo e a reflexão. É ainda neste texto introdutório que Rodó define o que entende por Ariel:

Ariel, gênio do ar, representa no simbolismo da obra de Shakespeare a parte nobre e alada do espírito. Ariel é o império da razão e do sentimento sobre os baixos estímulos da irracionalidade; é o entusiasmo generoso, o móvel elevado e desinteressado na ação, a espiritualidade da cultura; a vivacidade e a graça da inteligência – o término ideal a que ascende a seleção humana, corrigindo no homem superior os vestígios tenazes de Caliban, símbolo de sensualidade e torpeza, com o cinzel perseverante da vida (RODÓ, 1991, p.13-14).

Como é possível perceber, Ariel tem para Rodó diversos pontos de estima, simbolizando a parte mais nobre do espírito, onde há o “império da razão”, o “entusiasmo generoso”, a “graça da inteligência”, entre outras qualidades superiores. Fica claro, no fragmento acima, que Ariel é o contraponto de Caliban, “símbolo de sensualidade e torpeza”.

Ainda no texto introdutório de *Ariel*, são narrados os gestos de afeto e devoção que o mestre Próspero dedica à rica estátua ao seu lado, como forma de buscar inspiração para o seu discurso: “Próspero, meditando, acariciou a fronte da estátua” (RODÓ, 1991, p.14). A seguir, o professor passa a organizar seus alunos em círculo, objetivando começar, oficialmente, seu último encontro com aquela turma.

A primeira parte dessa grande aula dirigida pelo professor Próspero irá falar a respeito da importância que a juventude tem em sua sociedade, pois, será durante essa etapa da vida, denominada pelo professor com muita graça de “primavera humana”, que as gerações encontram suas mais altas doses de força para trabalhar, além de cultivar amplas e distintas funções. Neste momento, o mestre toma como exemplo a Grécia com sua juventude imorredoura.

O segundo tópico da aula é reservado para o professor desenvolver sua crítica às especialidades. Segundo Próspero, não é de bom efeito que o homem aprimore um aspecto apenas de seu espírito, é preciso que ele se abra para o aperfeiçoamento de sua natureza inteira. Esse fato leva o mestre a confirmar a necessidade de se preservar uma parte da alma para preocupações puramente ideais.

Na sequência, o terceiro conjunto de ensinamentos dessa preleção coloca em destaque a necessidade de se cultivar o sentimento do belo, para que se consiga diferenciar os bons projetos dos maus. Fala a respeito da importância que a cultura estética tem no processo de formação do caráter dos povos e busca ainda aproximar

alguns aspectos do cristianismo, em seu estado nascente, com os ideais mais elevados da cultura clássica: “A perfeição da moralidade humana consistiria em verter o espírito da caridade nos moldes da elegância grega” (RODÓ, 1991, p.43).

O quarto passo desse encontro, busca diferenciar uma concepção racional da vida, de uma concepção utilitária. São debatidos a importância e os perigos da democracia; evidencia-se a necessidade de se educar o espírito democrático para que sempre estimule o governo dos melhores sobre a massa inculta. Nessa ocasião, fala sobre a importância do constante predomínio da qualidade sobre a quantidade, em uma sociedade ideal.

Encontra-se, no início da penúltima parte, a discussão mais direta em relação ao modelo representado pelos Estados Unidos frente aos demais países americanos. Observa-se que esse país passa a representar o espírito utilitário e o exemplo da democracia mal entendida. Contudo, seu poder de disseminar ideologias, de certo modo, preocupa Próspero, como podemos observar no fragmento a seguir:

A poderosa federação vem realizando entre nós uma espécie de conquista moral. A admiração por sua grandeza e força é um sentimento que avança a passos largos no espírito de nossos homens dirigentes e, talvez ainda mais, no das multidões, que se sentem fascinadas com a impressão da vitória. E de admirá-la é fácilimo passar a imitá-la (RODÓ, 1991, p.69-70).

O momento final do discurso do professor tem como pensamento central a observação de que não basta a obtenção de grandeza material para que se efetive as glórias perenes de um povo:

Uma sociedade definitivamente organizada que limite sua ideia de civilização à acumulação de abundantes elementos de prosperidade, e sua ideia de justiça à distribuição equitativa entre os associados, não fará das cidades onde habite nada que se distinga essencialmente do formigueiro ou da colmeia (Idem, p.97).

Volta a insistir na urgência de se cultivar atividades desinteressadas no espírito, seja por intermédio da arte, ciência, religião, moral, política, entre outras estratégias de atuação social. O posicionamento que se quer defender explicita o quanto os ganhos materiais devem estar conciliados com o cultivo de sentimentos nobres. Porém, esse exercício de transformação exige a observação de paradigmas, o que leva a caracterização de personagens antagônicos como Ariel e Caliban. Passaremos agora, a

tecer considerações mais rentes entre os personagens no drama shakespeariano e suas recriações no ensaio de Rodó.

### **Ariel em *A tempestade***

*Infinitos espíritos dispersos,  
inefáveis, edênicos, aéreos,  
fecundai o Mistério destes versos  
com a chama ideal de todos os mistérios.  
(Cruz e Souza, “Antífona”)*

Mencionado por Próspero como “meu criado”, “meu bom espírito”, “meu passarinho”, entre outras expressões possessivas e carinhosas ao mesmo tempo, Ariel coleciona muitos elogios do mago, dentre eles uma breve análise de sua competência: “[...] quem seria tão firme, tão equilibrado, que não se deixasse infectar em seu juízo por essa confusão?” (SHAKESPEARE, 2007, p.20). Ou seja, esse espírito reage ao meio em que está inserido e não se deixa contaminar pelo caos circundante.

A razão para todos esses elogios de Próspero a Ariel se deve ao fato deste satisfazer os desejos de seu mestre. Segundo Harold Bloom, Ariel é um espírito ou anjo (o nome em hebraico significa ‘leão de Deus’) totalmente a serviço de Próspero. Para tanto, lança mão de suas múltiplas habilidades: mergulha no fogo, nada, voa, executa uma tempestade encomendada por Próspero, entre muitas outras peripécias. Por fim, o mago só sabe exclamar: “Ariel, você desempenhou sua incumbência à perfeição” (SHAKESPEARE, 2007, p.22). Conforme observa Frank Kermode, Ariel é “um espírito que transforma a execução de ordens em tarefa misteriosa, lindamente não-humana” (KERMODE, 2006, p.415).

Ariel, no entanto, quer sua liberdade, pois esse é o pagamento prometido por Próspero caso o espírito se comportasse com responsabilidade e obediência. Na ânsia de antecipar seu voo de liberdade, em momento inoportuno, acaba por fazer sua autodefesa: “[...] lembre-se de que lhe prestei serviços valiosos, não lhe menti, não o enganei, servi ao amo sem reclamar, sem resmungar; o senhor prometeu abater um ano do meu tempo de servidão” (SHAKESPEARE, 2007, p.22).

Próspero, por sua vez, percebendo não haver chegado a hora de libertar Ariel, passa a rememorar o passado inglório do servo, fazendo com que este valorize, assim,



sua condição atual. Ariel era servo da bruxa Sicorax, nascida na Argélia, mas expulsa de lá por causar inúmeros prejuízos com suas feitiçarias aos demais habitantes argelinos. Foi levada para a ilha, que serve de cenário para *A tempestade*, e abandonada por marinheiros. Nessa ocasião, encontrava-se grávida de uma criança, que se chamaria Caliban.

Na peça de Shakespeare, é Próspero quem expõe grande parte das intempéries anteriores ao início dos acontecimentos acompanhados pelos expectadores/leitores. Por essa razão, são suas muitas das palavras ditas a respeito de Ariel em fase pregressa à chegada do mago à ilha: “Sendo um espírito delicado demais para levar a cabo as ordens dela [Sicorax], sórdidas e abomináveis, ao recusar-se a cumprir seus comandos ela o confinou [...] no tronco de um pinheiro” (SHAKESPEARE, 2007, p.23-24).

Atado ao pinheiro, Ariel permaneceu por 12 anos; nesse meio tempo, a bruxa Sicorax morreu, mas ele não encontrou maneiras de se desatar do tronco até a chegada de Próspero. Este, com sua arte de magia, fez rachar o pinheiro e libertou Ariel. São palavras do libertador: “Você bem sabe em que tormento encontrei você: seus gemidos faziam os lobos uivar, calavam fundo no peito dos ursos eternamente zangados; era tormento que se aflige aos condenados ao Inferno, e que Sicorax não podia desfazer” (Idem, p.24).

Diante de palavras tão incisivas, renasce em Ariel instantaneamente tanto o sentimento de angústia em relação ao seu passado, quanto o sentimento de gratidão em relação à Próspero e, assim, cala-se e sai determinado a cumprir à perfeição todas as suas obrigações. O mago, percebendo o renovado esforço de obediência de seu espírito auxiliador, refaz seus votos de libertação futura, afirmando: “Você será livre, como o vento nas montanhas. Mas para isso execute com exatidão cada detalhe de minhas ordens” (Idem, p.34-35). Desse modo, na relação entre Próspero e Ariel percebemos a constante promessa de liberdade após o exercício de um árduo trabalho. Será a persistência e obediência de Ariel que o libertará ao final da história.

### **Ariel em Ariel**

*A beleza tem tantos sentidos como  
modalidades tem o homem. É o símbolo dos  
símbolos. Revela tudo, porque não expressa  
nada.*

(Oscar Wilde)

Na obra de Rodó, Ariel, possui duas marcantes manifestações. Primeiramente, está representado na imagem esculpida, oferecendo sua presença material no centro da sala de livros. Em segundo lugar, e de maneira mais significativa, pertence ao imaginário do mestre e de seus discípulos como um modelo de nobreza a ser seguido. Entendemos assim sua presença espiritual ao longo dos sucessivos encontros entre professor e alunos, não estar ausente durante a última preleção do ano.

A representação artística, em bronze, registra o gênio aéreo prestes a se lançar ao céu, em voo definitivo a caminho da liberdade.

Abertas as asas; solta e flutuante a leve vestimenta, adamacada de ouro pela carícia da luz no bronze; erguida a ampla fronte; entreabertos os lábios por sereno sorriso, tudo na atitude de Ariel indicava admiravelmente a graciosa arremetida do voo; e, com feliz inspiração, a arte que dera firmeza escultural à sua imagem havia conseguido, ao mesmo tempo, conservar nela a aparência seráfica e a leveza ideal (RODÓ, 1991, p.14).

Por outro lado, a marcante presença espiritual do exemplo de Ariel se faz sentir, por exemplo, quando Próspero expressa: “Invoco ARIEL como meu nume.”<sup>28</sup> Quisera agora para minha palavra a mais suave e persuasiva unção que ela jamais teve” (RODÓ, 1991, p.15).

O modelo de Ariel, para Rodó, seria simbolicamente aplicável à América Latina. Esta deveria permanecer cumprindo suas funções atreladas à Europa [Próspero], sem se envergonhar ou lamentar dessa situação. Em um momento propício, a América Latina [Ariel] conseguiria dar o seu voo de libertação em relação ao antigo continente e, então, seria plenamente livre e autônoma. O ponto de vista de Rodó era o de obediência filial até o momento em que a emancipação se daria naturalmente; assim, seria algo definitivo, para toda a vida latino-americana. Ariel, como guia de uma porção dos países da América, implicaria em atitudes firmes tanto diante de Próspero [Europa] quanto diante de Caliban [EUA]. Nas palavras de Rodó, Ariel serve, sobretudo, como paradigma de um espírito obediente, correto, lúcido e superior:

Ariel é a razão e o sentimento superior. Ariel é este sublime instinto de perfectibilidade [...]. Ariel é, para a Natureza, o excelso coroamento de sua obra, que conclui o processo de ascensão das formas organizadas com a labareda do espírito. Ariel triunfante significa idealidade e ordem na vida, nobre inspiração no pensamento,

---

<sup>28</sup> Deidade, gênio.

desinteresse na moral, bom gosto na arte, heroísmo na ação, delicadeza nos costumes” (Idem, p.106).

Desse modo, temos esclarecida a admiração que o Próspero rodoniano conserva por Ariel, haja vista que seu poder na vida do mago era transformador e iluminador. Em seu discurso, pede aos alunos que cultivem a obediência e o sentimento nobre, pois, procedendo dessa forma encontrarão um dia a liberdade plena e irrevogável.

### **Caliban em *A tempestade***

*Calibán, no drama shakespeareano, é um  
monstro horrível que habita uma ilha  
deserta aonde chega Próspero e o escraviza.  
Aprende a língua de Próspero, mas resiste a  
ele.  
(Elena Palmero González, “Calibán”)*

Caliban é fruto da relação híbrida entre a bruxa argeliana Sicorax e um monstro marinho, não se sabe ao certo se peixe ou anfíbio. Próspero o chama de “escravo venenoso, gerado pelo próprio demônio dentro de tua monstruosa mãe” (SHAKESPEARE, 2007, p.26). Assim como Ariel, Caliban também desempenha a função de serviçal de Próspero e sua filha Miranda. Porém, ao contrário de Ariel, não expressa nenhuma gratidão à Próspero, considerando-o como um invasor de suas terras, uma vez que Caliban é o único personagem nascido na própria ilha. Por essa razão, Próspero diz: “Caliban! Tu, que és da terra: fala” (Idem, p.25).

Conforme registra Harold Bloom, Caliban é “criatura marcante, embora covarde” (BLOOM, 2000, p.802), rebela-se aos gritos, mas não consegue se posicionar com firmeza diante do “invasor”, tendo sempre manifestações apenas “balbuciantes”. Por esse motivo, Próspero dirá que o escravo Caliban jamais tem uma resposta gentil para lhe dar, todavia, mesmo assim, ainda lhe é útil, uma vez que, nas palavras do mago: “ele nos faz o fogo, busca a lenha e serve-nos de modo a nos ser vantajoso”. (SHAKESPEARE, 2007, p.25)

Diante disso, Caliban pragueja contra Próspero e sua filha Miranda: “que caia sobre vocês dois o orvalho da madrugada, tão amaldiçoado como o que minha mãe colhia, com uma pena de corvo, de um pântano insalubre. Que bafeje em vocês a umidade do vento sudoeste, e que ele os cubra de feridas pustulentas”

(SHAKESPEARE, 2007, p.26). Embora tenha aprendido a falar uma língua, o uso que faz dela é distinto do de seus superiores. Seu vocabulário é chulo, sua estrutura de pensamento é plana e previsível, recorrendo sempre ao praguejar, ao rosnar, ao balbuciar. Esse proceder acarreta em uma relação conflituosa com os administradores da ilha, que são Próspero e sua filha. Por essa razão, Kermode observa:

Próspero é ainda menos cortês com Caliban. Este é um personagem corretamente celebrado como uma das mais notáveis invenções de Shakespeare. Pois um mestre da língua inventa um personagem a quem a língua tem de ser ensinada, e mostra até mesmo a disposição para tratar dos problemas de quem adquire uma língua sem adquirir seus contextos sociais de respeito e privilégio (KERMODE, 2006, p.413).

Após todo o trabalho que teve para aprender a língua de Próspero e Miranda, Caliban somente encontra sentido no fato de poder praguejar contra eles, e ser compreendido. “Que a peste vermelha acabe com vocês, por me terem ensinado sua linguagem” (SHAKESPEARE, 2007, p.28). Porém, talvez a mais grave crise entre Próspero e Caliban tenha se iniciado quando este tentou violar a honra de Miranda, na ânsia de povoar a ilha de Calibanzinhos. Tal desejo foi tomado por Próspero como insulto, uma vez que Caliban era um híbrido disforme e tosco. Deste momento em diante, as hostilidades se acentuam.

### **Caliban em *Ariel***

*E se algum dia seu nome fosse caracterizar  
um gosto artístico, só poderia ser o gosto  
que envolve a negação da própria arte: a  
brutalidade do efeito rebuscado, o  
desconhecimento de qualquer tom suave e  
qualquer estilo requintado, o culto a uma  
falsa grandeza, o sensualismo que exclui a  
nobre serenidade inconciliável com a pressa  
de uma vida febril.*

(José Enrique Rodó, *Ariel*)

A primeira referência direta que Rodó faz ao personagem antagonista em sua narrativa é: “Caliban, símbolo de sensualidade e torpeza, com o cinzel perseverante da vida” (RODÓ, 1991, p. 14). Nas palavras de Harold Bloom: “Ariel e, principalmente, Próspero são figuras mais centrais em *A tempestade* do que Caliban” (BLOOM, 2000,

p.807); o mesmo ocorre no ensaio do pensador uruguaio. Em consonância com a peça shakespeariana, em que o personagem Caliban não conta com mais de cem versos, em *Ariel*, de Rodó, Caliban está mais oculto do que amostra. Contudo, paradoxalmente, faz-se presente a todo o momento, servindo de contraponto ao exemplo afirmativo inspirado por Ariel. Esse fato pode ser comprovado quando Rodó, comentando as afirmações do pensador francês Ernest Renan sobre a democracia, refere-se explicitamente a Caliban como antítese irreconciliável de Ariel.

Pensa o mestre [Ernest Renan], pois, que uma alta preocupação pelos *interesses ideais* da espécie é inteiramente contrária ao espírito da democracia. Pensa ele que a concepção de vida numa sociedade em que domine esse espírito se ajustará progressivamente à busca exclusiva do bem-estar material, como benefício que se pode estender ao maior número de pessoas. Segundo ele, sendo a democracia a entronização de Caliban, Ariel só pode ser o derrotado nessa conquista (RODÓ, 1991, p.51, grifos do autor).

Nos momentos finais do livro, Caliban volta a ser mencionado nominalmente, mais uma vez em pleno embate com Ariel:

Sua força incomparável [de Ariel] tem por impulso todo o movimento ascendente da vida. Mil e uma vezes derrotado pela indomável rebelião de Caliban, proscrito pela barbárie vitoriosa, asfixiado no fumo das batalhas, maculadas as asas transparentes ao roçar a “eterna esterqueira de Jó”, Ariel ressurge imortal (RODÓ, 1991, p.107).

Caliban, como podemos observar no ensaio rodoniano, não obtém êxito até o final. Rodó não omite o fato desse personagem possuir incontáveis vitórias ao longo das trajetórias conflituosas, mas quando menos se espera, Ariel ressurge renovado e imortal.

### **Próspero em *A tempestade***

**Próspero** – *Nós somos esta matéria de que se fabricam os sonhos, e nossas vidas pequenas têm por acabamento o sono.*  
(William Shakespeare, *A tempestade*)

Na peça shakespeariana, Próspero caracteriza-se, sobretudo, por ser um homem que se encontra em estado de exílio e aguarda o momento exato de sua vingança. Vive com sua filha Miranda há 12 anos, completamente afastado da sociedade, em uma ilha deserta. Foi traído por seu próprio irmão, Antônio, que se aproveitou de seu

temperamento aéreo e contemplativo, para roubar-lhe o ducado de Milão. Porém, no presente da narrativa, Próspero demonstra características de um personagem frio e distante, revelando-se, ao mesmo tempo, extremamente sábio e terrivelmente antipático.

Um traço fundamental de Próspero é que não possui inclinações transcendentais, apesar de tanto lidar com espíritos e magias. Não se mostra em momento algum predisposto a se envolver com os mistérios eternos, e quem espera encontrar demonstrações de conhecimentos esotéricos em sua *arte*, logo se frustrará. Esse fato levou o crítico Harold Bloom a indagar: “[...] será a arte de Próspero, como a de Shakespeare, estética em vez de mística” (BLOOM, 2000, p.810).

O certo é que o Próspero de *A tempestade* parece estar mais interessado em reaver seus poderes políticos em Milão, do que permanecer como um sábio solitário em sua ilha mágica. Uma possível interpretação do ensaio rodoniano é que este seja uma continuação da fábula presente na peça shakespeareana, desse modo, Próspero estaria de volta à suas funções de líder político, já distante de Ariel, e fazendo o que mais gostava: transmitir conhecimento.

### **Próspero em *Ariel***

*O narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes.*  
(Walter Benjamim, “O narrador”)

Na narrativa do ensaísta uruguaio, Próspero ascende à categoria de narrador-personagem, relatando os eventos de um centro fixo, limitado exclusivamente às suas percepções. Mostra-se um professor reflexivo e meditativo, extremamente disposto a aconselhar seus solícitos alunos sobre questões concernentes ao planejamento pessoal de cada um, suas filosofias de vida, a formação do caráter e, por fim, um plano de política especial para os países latino-americanos.

Apresenta-se como um velho e venerado mestre, cujos discípulos costumam chamá-lo de Próspero, justamente em alusão ao sábio mago de *A tempestade*, de William Shakespeare, uma vez que, em seus colóquios, além de discursar com autoridade, posiciona-se próximo à estátua de Ariel:

O mestre se sentava habitualmente junto a esta estátua, e por isso davam-lhe o nome do mago que, na peça, recebe os serviços e préstimos do fantástico personagem que fora interpretado pelo escultor. Talvez houvesse, em seu ensinamento e caráter, uma razão e um sentido mais profundos para tal nome (RODÓ, 1991, p.13).

Os livros são para Próspero fiéis companheiros. Evidencia-se, assim, a importância da cultura letrada na formação de uma juventude atuante. Por essa razão, começa a falar com um reduzido grupo de jovens ao seu redor. É interessante destacarmos a descrição de sua voz firme, em seu ambiente de estudos:

[...] voz *magistral* que, para fixar a ideia e insinuar-se nas profundezas do espírito, possuía ora a esclarecedora penetração do raio de luz, ora o golpe incisivo do cinzel no mármore, ora o golpe impregnante do pincel na tela ou da onda na areia, começou a dizer, perante uma afetuosa atenção: – Junto à estátua que, a cada tarde, vistes presidir a nossos colóquios de amigos, em que procurei despojar o ensino de qualquer ingrata austeridade, vou falar-vos novamente, para que nossa despedida seja como o sinete impresso num pacto de sentimentos e ideias (Idem, p.14-15).

O fragmento acima contém o momento exato em que o autor passa a dar a voz ao personagem-narrador Próspero. Este faz uma longa reflexão filosófica a respeito da juventude, do pensamento grego, da beleza, passando por uma crítica ao utilitarismo e à democracia, até chegar a uma análise do fenômeno Estados Unidos e seu poder de dominação, chegando a comentar com certa ironia: “Eles pretendem rever o Gênesis para ocupar essa primeira página” (RODÓ, 1991, p.91)

Próspero, em *Ariel*, é, portanto, o porta-voz do arielismo, seu divulgador máximo, concentrando no registro de sua última preleção aos alunos a síntese de todo o seu curso que visava, em última instância, proporcionar uma formação integral à juventude, “letrada, branca e masculina”, como bem observa Hugo Achugar, da América Latina.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*O enfraquecimento nos espíritos da ideia de eternidade coincide com uma aversão cada vez maior ao trabalho prolongado.*  
(Paul Valéry)

Encaminhamo-nos para o final desse estudo comparado sem, no entanto, empreender um definitivo, ou ainda, um ostensivo entrelaçamento entre as obras em cotejo. Contudo, o que aparentemente não se amarra, proporciona uma alavanca para muitas reflexões sobre ambas as obras interpretativas. Como observa Eduardo Coutinho: “a literatura comparada é hoje, uma seara ampla e movediça, com inúmeras possibilidades de exploração, que ultrapassou o anseio totalizador de suas fases anteriores e se erige como um diálogo transcultural, calcado na aceitação das diferenças” (COUTINHO, 2003, p.40). Desse modo, nosso foco, embora objetivasse o realce de aproximações, voltou-se constantemente para a focalização das diferenças ou incomunicabilidade entre os ensaios, registrando uma das “inúmeras possibilidades” da pesquisa comparada.

Em *As raízes e o labirinto da América Latina*,<sup>29</sup> de Silviano Santiago, observamos também uma ampliação dos horizontes que o exercício de comparação proporciona. O fragmento a seguir elucida muito bem essa abertura: “Tal é o pano de fundo de que Sérgio se vale para poder jogar no palco do livro as concreções metafóricas do *semeador* e do *ladrilhador*, cujos traços psicológicos ajudarão a contrastar, respectivamente, o personagem brasileiro e o personagem hispano-americano” (SANTIAGO, 2006, p.80, grifos do autor). A comparação de Santiago se estabelece justamente no contraste entre as perspectivas das obras, e, partindo de pontos divergentes, tece suas relações de aproximação. Outra passagem do livro demonstra o aspecto contrastivo que o ato de comparar também contempla: “A escrita de *El labirinto de la soledad* vai se definir pelo *personagem* que está situado no extremo inferior da

---

<sup>29</sup> Estudo comparado desenvolvido por Silviano Santiago, tendo os ensaios *As raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, e *O labirinto da solidão*, de Octavio Paz, como objetos de análise



hierarquia social, ao contrário da escrita de *Raízes do Brasil*, que se definiu pelo personagem que detém em excesso o poder dito nacional (SANTIAGO, 2003, p.27, grifos do autor). Assim, oriundos de esferas diferentes na hierarquia social, os “personagens” de *Raízes do Brasil* e *O labirinto da solidão* também dialogam. Inúmeras outras aproximações contrastivas, entre a obra de Sérgio e Paz, compõe o estudo crítico de Santiago, mas por ora esses exemplos nos bastam.

Pautado nessa perspectiva que os estudos comparados contemplam, optamos por expor as duas obras centrais deste estudo, que são: *A América Latina* e *Ariel*, mantendo-as definidas em suas singularidades. Assim, procuramos iniciar a presente dissertação com um breve relato biográfico de ambos os autores, em seguida fizemos um levantamento da fortuna crítica de cada um no que concerne à recepção dos ensaios, bem como elencamos seus principais questionamentos e observações. Finalizado esse primeiro momento, somente então, partimos para o estreitamento entre as propostas interpretativas, apoiados nos recursos de linguagem e artifícios literários que ambas oferecem. Entretanto, reservamos este espaço de considerações finais, para concluirmos o jogo de relações entre as obras.

Se, de um lado, encontramos *A América Latina*, texto mais extenso e, ao mesmo tempo, mais rude e truncado, por outro, nos deparamos com *Ariel*, ensaio poético ligeiro, escrito em uma linguagem primorosa. Se em um, temos o realce do inconformismo rebelde contra os “males de origem”, em outro, observamos a serenidade de um mestre polido que nada tem contra a tradição europeia, muito pelo contrário a admira. Portanto, enquanto a escrita de Bomfim é constantemente violenta e provocativa, a de Rodó é sutil e sugestiva.

Em relação à perspectiva analítica, enquanto Bomfim vincula-se constantemente à sua formação médica, produzindo um estudo baseado em parasitologia, repleto de “receitas” e “remédios” para os males dos “pacientes” latino-americanos, Rodó se apoia grandemente em Shakespeare para compor a simbologia de seu ensaio, bem como em Johann Wolfgang von Goethe, Ernest Renan, Gustave Flaubert, Thomas Carlyle, Auguste Comte entre outros, para fazer sua fundamentação teórica. Em síntese, podemos concluir que, enquanto a eleição de *Ariel* e *Caliban* como representantes identitários vem de um intelectual com fortes tendências poéticas, a escolha de *parasita* e *parasitado*, demonstra a forte ligação de Bomfim com a bibliografia médica, dando ao seu texto aspectos de prosa naturalista.

Outro diferencial que consideramos digno de ser retomado nestas páginas finais é o fato de serem interpretações latino-americanas com ênfase em colonizações diferentes. Enquanto o foco de Manoel Bomfim está na relação vivida em território americano ao longo de três séculos de exploração ibérica, ou seja, na primeira colonização, Rodó, em *Ariel*, reflete sobre os riscos de uma nova colonização cultural, agora entre as Américas, em que os Estados Unidos são o novo líder. Assim, enquanto Bomfim narra a exploração física do território latino-americano, com saques e rapinas, Rodó coloca sua ênfase na exploração espiritual, diante da relação de submissão que se intensifica entre a América Latina e os EUA.

Após esse encadeamento de contrastes, voltamo-nos agora para as sintonias. Em primeiro lugar, os dois quebram a noção de pureza genérica uma vez que incorporam ao gênero ensaio, outros gêneros: teatro, poesia, narrativas ficcionais, entre outras. Isso é curioso, pois, naquele momento, apostar em um texto híbrido era afrontar o cientificismo em voga. Em um tempo em que as teses e tratados científicos se avolumavam nas prateleiras das bibliotecas, os autores optam pelo ensaio, esse “balbucio teórico”, para utilizarmos as palavras de Hugo Achugar.

*A América Latina e Ariel* convergem, ainda, pelo fato de serem ambas narrativas de extração histórica com inúmeras marcas de estilo ficcional em sua composição. Desse modo, enquanto em *Ariel* observa-se um intertexto explícito com a peça *A Tempestade*, de William Shakespeare, em *A América Latina*, além dos ingredientes romanescos anteriormente demonstrados, há uma seleção de epígrafes de autores expoentes no cenário literário brasileiro como Olavo Bilac e Machado de Assis.

Observamos também que em ambos os ensaios, o ideal pedagógico é um tema central, pois, somente por meio de um povo melhor instruído a sociedade conseguirá encontrar “gentes de vontade educada” (BOMFIM, 2005, p.339). Em *Ariel*, o universo acadêmico está evidente, haja vista que o encontro entre Próspero e seus alunos se dá em uma sala de estudos repleta de livros. Assim, a ênfase na instrução é completa.

Finalmente, um fator extratextual, mas de significativo valor nesse exercício de aproximação entre os autores, prende-se ao fato de ambos escreverem seus ensaios em uma fase ainda jovem de suas vidas. Rodó quando publica *Ariel* contava apenas 29 anos, enquanto Manoel Bomfim, em 1905, ano de publicação de *A América Latina*, tinha 37 anos. Sendo assim, eram ainda jovens pensadores em suas nacionalidades, mas que se preocupavam com o futuro das igualmente jovens nações latino-americanas.

Rodó dedica seu ensaio “*À juventude da América*”. Além disso, em diversos momentos do discurso de Próspero, faz referência a esta fase da vida como “primavera do espírito humano” ou ainda “um sorriso da História”, e afirma: “Cabe ao espírito juvenil a iniciativa ousada, a genialidade inovadora” (RODÓ, 1991, p.25). Bomfim, além de confiar na força do jovem exercendo o trabalho ativo de instrução da massa ignorante, objetivando, desse modo, vencer o conservadorismo sufocante impregnado em solo latino-americano, também acredita na importância do futuro para essas novas nações: “a sociedade que pretende durar deve, não só organizar o presente, como preparar o futuro”. (BOMFIM, 2005, p.380)

O vigor da juventude presente em cada autor aqui estudado talvez explique a liberdade criativa com que procuram expor suas ideias, não temendo transitar na fronteira que separa o discurso histórico do ficcional. Igualmente, não se intimidam com o fato de abordarem um assunto extremamente abrangente e complexo, como o passado histórico-social do continente americano. Procuram, também, abandonar seus campos específicos de atuação – a medicina no caso de Bomfim, e o ensino e a crítica da literatura no caso de Rodó – para discutirem questões sociais americanas. Agem, dessa maneira, no pleno exercício do papel intelectual.

À guisa de conclusão, podemos afirmar que tanto *A América Latina* quanto *Ariel*, são obras centrais na bibliografia dos autores, uma vez que os notabilizam no espaço discursivo latino-americano, bem como fora dele. Dessa forma, mais que contribuições interpretativas, podemos reconhecê-las como dois estudos clássicos que ajudaram a consolidar, no imaginário intelectual latino-americano, algumas ideias e valores que se transformaram em traços constitutivos desse bloco transnacional.

## BIBLIOGRAFIA

### Da pesquisa:

BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

RODÓ, José Enrique. *Ariel*. Tradução de Denise Bottmann. Campinas: Editora UNICAMP, 1991.

### De apoio à pesquisa:

ACHUGAR, Hugo. *Planetas sem boca: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura*. Tradução Lyslei Nascimento. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

ADORNO, Theodor W. O ensaio como forma. In: *Notas de literatura I*. Tradução Jorge M. B. de Almeida. São Paulo: Duas cidades; Ed. 34, 2003.

AGUIAR, Flávio Wolf de & CHIAPPINI, Ligia (Orgs.). *Literatura e História na América Latina*. São Paulo-SP: Centro Ángel Rama/ EDUSP, 1993.

AGUIAR, Isabel Cristina Domingues. *Disputa intelectual ou a impertinência de um polemista?: uma análise comparatista entre As Américas de Silvio Romero e Manoel Bomfim*. 117f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, UNESP – Universidade Estadual Paulista, 2009

AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

AINSA, Fernando. El centenario de *Ariel*: uma lectura para el 2000. In: ZEA, Leopoldo; TABOADA Hernán (Compiladores). *Arielismo y globalización*. México: Fondo de cultura económica, 2002, p.89-106.

ALVES, Alcione Correa. *Ariel*. In: BÉRNND, Zilá (Org.). *Dicionário de figuras e mitos literários das Américas*. Porto Alegre: Tomo editorial/Editora da universidade, 2007, p.483-488.

ALVES FILHO, Aluizio. *Manoel Bomfim: combate ao racismo, educação popular e democracia racial*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

ANDUEZA, Maria. Los hijos de *Ariel*. In: ZEA, Leopoldo; TABOADA Hernán (Compiladores). *Arielismo y globalización*. México: Fondo de cultura económica, 2002, p.107-113.

AZÚA, Carlos Real de. Prologo a *Ariel*. In: *Ariel/Motivos de Proteo*. Venezuela: Biblioteca Ayacucho, 1976.

BAGGIO, Kátia Gerab. *A “Outra” América: a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas*. Tese de doutoramento, Departamento de História da USP, 1998. Mimeo.

BERND, Zilá (Org.) *Dicionário de figuras e mitos literários das Américas*. Porto Alegre: Tomo Editorial/ Editora da UFRGS, 2007.

BERND, Zilá (Org.) *Dicionário das mobilidades culturais: percursos americanos*. Porto Alegre: Literalis, 2010.

BLOOM, Harold. A tempestade. In: *Shakespeare: a invenção do humano*. Tradução José Roberto O'Shea. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 802-828.

BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1929.

BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1930.

BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1931.

BOTELHO, André & Schwarcz, Lilia Moritz (Orgs). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CAIRO, Luiz Roberto. História da Literatura, literatura comparada e crítica literária: frágeis fronteiras disciplinares. In: *Poligrafias*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1997, p.35-45.

CAIRO, Luiz Roberto. José Enrique Rodó e o instinto de americanidade da crítica brasileira do século XIX. In: *Escritura e sociedade: o intelectual em questão* (Orgs. P. Peterle, A. Santurbano, L.R.V.Cairo e I. Margato). Assis: FCL- UNESP- Publicações, 2006, p. 169-179.

CAIRO, Luiz Roberto. *O salto por cima da própria sombra*. São Paulo: Annablume, 1996.

CANCLINI, Néstor Garcia. *Latino-americanos à procura de um lugar neste século*. Trad. Sérgio Molina. São Paulo: Iluminuras, 2008.

CANDIDO, Antonio. Literatura de dois gumes. In: *A educação pela noite*. São Paulo: Ática, 1987, p.163-180.

CANDIDO, Antonio. Literatura e subdesenvolvimento. In: *A educação pela noite*. São Paulo: Ática, 1987, p.140-162.

CANDIDO, Antonio. Os brasileiros e a nossa América. In: *Recortes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.130-139.

CANDIDO, Antonio (Org.) *Silvio Romero. Teoria, crítica e história literária*. São Paulo-SP: EDUSP; Rio de Janeiro-RJ: LTC, 1978.

CAPELATO, Maria Helena. O “gigante brasileiro” na América Latina: ser ou não ser latino-americano. In: *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. A

Grande Transição. (Org. Carlos Guilherme Mota). 2. ed. São Paulo: SENAC, 2000, p. 287-316.

CARVALHAL, Tânia Franco. *Literatura Comparada*. São Paulo: Ática, 1986.

CARVALHAL, Tânia Franco. *O próprio e o alheio*. São Leopoldo: Ed. da UNISINOS, 2003.

CHACON, Vamireh. A encruzilhada do nacionalismo. In: *História das ideias socialistas no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.

COUTINHO, Afrânio. Gêneros ensaísticos. In: *Notas de teoria literária*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p.99-114.

COUTINHO, Afrânio; SOUSA, J. Galante de (Dir.) *Enciclopédia de literatura brasileira*. Rio de Janeiro: FAE, 1989.

COUTINHO, Eduardo Faria. *Literatura comparada na América Latina: ensaios*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões: Campanha de Canudos*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

D'ANGELO, Biagio (Org.). *Espacios y discursos compartidos en la literatura de América Latina*. Lima, Peru: Fondo Editorial UCSS/AILC-ICLA, 2004.

DIAS, Gonçalves. *Poesia indianista*. Org. Márcia Lígia Guidin. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOSTER, E.M.. *Aspectos do romance*. Tradução Maria Helena Martins. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

FUNARI, Pedro Paulo. *Grécia e Roma*. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

FURTADO, Celso. Aspectos Econômicos da Revolução Cubana. IN: *Formação Econômica da América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lia, Editor S.A., 1970, p.329-353.

GONZÁLEZ, Elena Palmero. Calibán. In: BÉRND, Zilá (Org.). *Dicionário de figuras e mitos literários das Américas*. Porto Alegre: Tomo editorial/Editora da universidade, 2007, p.72-78.

GULLÓN, Ricardo. *Direcciones del modernismo*. Madrid: Editorial Gredos, 1963.

HENRIQUEZ UREÑA, Pedro. Martí escritor. In: *La utopía de América*. Venezuela: Biblioteca Ayacucho, 1989, p.290-293.

HEREDIA, Fernando Martinez. Nossa América e a águia temível. In: *Oito visões da América Latina* (Org. Aduato Novaes). São Paulo: Ed. SENAC, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

IANNI, Octavio. Apresentação. In: *Ariel*. Tradução de Denise Bottmann. Campinas: Editora UNICAMP, 1991, p. 7-12.

IGLÉSIAS, Francisco. Segundo momento: 1838-1931. Além de Vranhagen. In: *Historiadores do Brasil: Capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, 2000.

JOZEF, Bella. Primeira geração modernista. In: *História da literatura hispano-americana*. 3. ed, rev. ampl. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989, p.115-116.

JOSEF, Bella. Do modernismo à modernidade. In: *A máscara e o enigma*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2006, p.79-95.

KERMODE, Frank. A tempestade. In: *A linguagem de Shakespeare*. Tradução de Barbara Heliodora. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006, p.405-427.

LEITE, Dante Moreira. Prenúncios de libertação. In: *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. São Paulo: Pioneira, 1976, p.250-255.

MARGATO, Izabel & GOMES, Renato Cordeiro. *O papel do intelectual hoje*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

MAUL, Carlos (Org.). *O Brasil*. São Paulo, Editora Nacional, 1935.

MEIRELES, Cecília. O quadro negro. In: *Poesia completa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001, p.1454-1455, 2 v.

MITRE, Antonio. Fenômenos de massa na sociedade oligárquica: o despontar da modernidade em *Ariel* de Rodó. In: *O dilema do centauro*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p.103-121.

MONEGAL, Emir Rodríguez. Introducción general. In: *Obras Completas*. Madrid: Aguilar, 1957

MORENO-DURÁN, R.H. Próspero – Calibán (Ariel). In: *De la barbarie a la imaginación. La experiencia leída*. 4. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 2002, p. 32-46.

MORRIS, Richard B. *Documentos básicos da história dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1964.

MORSE, Richard M. *O espelho de Próspero: cultura e ideias nas Américas*. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

NASCIMENTO, Priscila Cristina Teixeira do. *Revista Americana (1909-1919): Uma Revista das Américas*. 300p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2006.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha, 2000.

ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 7. ed. Campinas: Pontes, 2007

ORTIZ, Renato. Memória coletiva e sincretismo científico: as teorias raciais do século XIX. In: *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2005. p.13-35.

PALERMO, Zulma. Comparatismo contrastivo y hermenéuticas pluritópicas: variaciones latinoamericanas. In: D'ANGELO, Biagio. (Editor) *Espacios y discursos compartidos en la literatura de América Latina*. Lima: Fondo editorial UCSS, 2003, p.319-331.

PAZ, Octávio. *O labirinto da solidão e Post.Scriptum*. Tradução Eliane Zagury. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?* 2. ed. ampl. atual. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

PEREIRA, Maria Antonieta. O ensaio e o pensamento crítico no Brasil. In: MOREIRA, Maria Eunice; CAIRO, Luiz Roberto Velloso (Orgs.) *Questões de crítica e historiografia literária*. Porto Alegre: Nova Prova, 2006, p.165-174.

PETITO, Gonzalo Varela. *Ariel* em su centenário. In: ZEA, Leopoldo; TABOADA Hernán (Compiladores). *Arielismo y globalización*. México: Fondo de cultura económica, 2002, p.61-87.

PIZARRO, Ana (Org.) *América Latina: palavra, literatura e cultura*. São Paulo: Memorial; Campinas: UNICAMP, 1995, 3 v.

PRADO, Eduardo. *A ilusão americana*. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

PRADO, Maria Lígia Coelho. Natureza e Identidade Nacional nas Américas. In: *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo: Edusp; Bauru: Edusc, 1999.

PRADO, Maria Lígia Coelho. Davi e Golias: as relações entre Brasil e Estados Unidos no século XX. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transação*. São Paulo: Editora SENAC, 2000, p.321-347.

RAMA, Angel. Edición y Cronología. In: *Ariel/Motivos de Proteo*. Venezuela: Biblioteca Ayacucho, 1976.

RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. 27. ed. São Paulo: Martins, 1970.

RAMOS, Júlio. *Desencontros da modernidade na América Latina*. Literatura e política no século 19. Trad. Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

REIS, José Carlos. Manoel Bomfim e a identidade nacional brasileira. In: LOPES, Marco Antônio (Org.). *Grandes Nomes da História Intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003, p.493-505.



REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil 2: De Calmon a Bomfim: A favor do Brasil: direita ou esquerda?* Rio de Janeiro: FGV, 2006.

RETAMAR, Roberto Fernández. Introdução a José Martí. In: *Nossa América: Antologia*. Tradução Maria Angélica de Almeida Trajber. São Paulo: Hucitec, 1983, p. 13-62.

RETAMAR, Roberto Fernández. *Caliban e outros ensaios*. Tradução Maria Elena M. Hiriart e Emir Sader. São Paulo: Busca Vida, 1988.

RIBEIRO, Darcy. Manoel Bomfim, antropólogo. In: *A América Latina – males de origem*. Rio de Janeiro: Toopbooks, 2005.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RIBEIRO, Darcy. *Utopia selvagem: saudades da inocência perdida: uma fábula*. Belo Horizonte: Editora Leitura, 2007.

RICOEUR, Paul. Entre retórica e poética: Aristóteles. In: *A metáfora viva*. Tradução Dion Davi Macedo. São Paulo: Loyola, 2000, p.17-42.

RODÓ, José Enrique. *Obras Completas*. Madrid: Aguilar, 1957.

RODÓ, José Enrique. *Ariel/Motivos de Proteo*. Venezuela: Biblioteca Ayacucho, 1976.

ROMERO, Sílvio. *A América Latina: análise do livro de igual título do Dr. Manoel Bomfim*. Porto: Chadron, 1906.

ROTKLER, Susana. *Ensayistas de Nuestra América*. Buenos Aires: Losada, 1994, 2 v.

SAID, Edward. *Representações do intelectual: as palestras de Reith de 1993*. Lisboa: Edições Colibri, 2000.

SANTIAGO, Silviano. *As raízes e o labirinto da América Latina*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. *O Brasil entre a América e a Europa*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

SARDINHA, Tony Berber. *Metáfora*. São Paulo: Parábola editorial, 2007.

SARTRE, Jean-Paul. *Em defesa dos intelectuais*. São Paulo: Ática, 1994.

SCHILLING, Voltaire. *EUA X América Latina: as etapas da dominação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.

SCHILLING, Voltaire. *Estados Unidos e América Latina: da Doutrina Monroe à ALCA*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

SEARLE, John R. Metáfora: formulando o problema. In: *Expressão e significado*. Trad. Ana Cecília G. A. de Camargo e Ana Luiza M. Garcia. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SHAKESPEARE, William. *A tempestade*. Trad. Beatriz Viégas-Faria. Porto Alegre: L&PM, 2007.

SILVA, Benedicto (org.). *Dicionário de ciências sociais*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1986.

SOUZA, Marcos Alves de. *Ideologia e política em José Enrique Rodó: liberalismo e jacobinismo no Uruguai (1895-1917)*. Tese (Doutorado em História). Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2006.

SÜSSEKIND, Flora; VENTURA, Roberto. *História e dependência*. São Paulo: Moderna, 1984.

SÜSSEKIND, Flora. A América Latina. In: *Intérpretes do Brasil* (org. Silviano Santiago). 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002, 3 v.

SÜSSEKIND, Flora. *Tal Brasil, qual romance?* Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

ULLMANN, Stephen. Semelhança de sentidos (metáfora). In: *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. Tradução J.A.Osório Mateus. 4ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.

VENTURA, Roberto. A América Latina – males de origem. In: *Introdução ao Brasil: Um banquete no trópico*. São Paulo: Senac, 2000, p.239-258.

VENTURA, Roberto. Um Brasil mestiço: raça e cultura na passagem da monarquia à república. In: *Viagem incompleta 1500 – 2000: a experiência brasileira*. (Org.) Carlos Guilherme Mota. São Paulo: Editora Senac, 1999, p.331-359.

VENTURA, Roberto. *O Estilo Tropical: história intelectual e polêmica literária no Brasil (1870-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VERÍSSIMO, JOSÉ. *Cultura, literatura e política na América Latina*. Seleção e apresentação João Alexandre Barbosa. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

WASSERMAN, Claudia. A historiografia latino-americana da questão nacional: nações inacabadas; inimigos da nação e a ontologia da nacionalidade. In: MALERBA, Jurandir; ROJAS, Carlos Aguirre (Org.). *Historiografia contemporânea em perspectiva crítica*. Bauru, SP: EDUSC, 2007, p. 259-285.

WEINBERG, Liliana Irene. Una lectura del *Ariel*. In: ZEA, Leopoldo; TABOADA Hernán (Compiladores). *Arielismo y globalización*. México: Fondo de cultura económica, 2002, p. 133-154.